

**TAINARA BATISTA BARROS**

**EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: REFLEXÕES E COPRODUÇÕES COM  
EDUCADORES/AS INFANTIS DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRAS - MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientadora: Rita de Cássia de Souza

Coorientadora: Maria Simone Euclides

**VIÇOSA - MINAS GERAIS  
2023**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade  
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

Barros, Tainara Batista, 1994-  
B277e Educação antirracista: reflexões e coproduções com  
2023 educadores/as infantis do município de Teixeiras - MG / Tainara  
Batista Barros. – Viçosa, MG, 2023.

1 dissertação eletrônica (120 f.): il. (algumas color.).

Inclui apêndices.

Orientador: Rita de Cássia de Souza.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa,  
Departamento de Educação, 2023.

Referências bibliográficas: f.107-115.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2023.564>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Professores de educação infantil - Formação.  
2. Antiracismo. 3. Construcionismo social. 4. Racismo na  
educação. I. Souza, Rita de Cássia de, 1972-. II. Universidade  
Federal de Viçosa. Departamento de Educação. Programa de  
Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDD 22. ed. 370.71

**TAINARA BATISTA BARROS**

**EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: REFLEXÕES E COPRODUÇÕES COM  
EDUCADORES/AS INFANTIS DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRAS - MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 21 de julho de 2023

Assentimento:



Documento assinado digitalmente

TAINARA BATISTA BARROS

Data: 25/09/2023 09:51:44-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---

Tainara Batista Barros  
Autora



Documento assinado digitalmente

RITA DE CASSIA DE SOUZA

Data: 22/09/2023 15:19:30-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---

Rita de Cássia de Souza  
Orientadora

Dedico este trabalho aos MEUS, pois...

“Eu sou porque nós somos.”

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me conceder o maior presente que é a vida e por nunca me abandonar nos momentos mais difíceis que tive ao longo da minha trajetória, em especial, durante a realização do mestrado. Sou grata pelo Senhor ter me mantido de pé e por ter colocado pessoas tão extraordinárias no decorrer da minha caminhada.

Aos meus pais, irmãs e demais pessoas especiais da minha vida, por me incentivarem a acreditar em meus sonhos.

À minha orientadora Rita de Cássia de Souza por ter acreditado em meu potencial e ter aceitado o desafio de discutir uma temática até então “nova” em relação aos seus estudos já realizados. Minha coorientadora Maria Simone Euclides por ter aceitado contribuir conosco no desenvolvimento deste trabalho. Muito obrigada pela incansável disponibilidade, compreensão, humildade e trocas nesta caminhada. Aprendi muito com vocês.

À Universidade Federal de Viçosa, mais especificamente, ao Programa de Pós-Graduação em Educação dessa instituição, pela oportunidade de realizar essa pesquisa. À Secretaria Municipal de Educação de Teixeiras – MG, professores/as, auxiliares de desenvolvimento infantil e demais funcionários/as da rede agradeço pela cordialidade e por terem contribuído para a realização deste trabalho. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Por fim, agradeço a mim mesma. O mundo “me ensinou a não acreditar nos meus sonhos”. Obrigada por não ter acreditado no mundo, Tainara! “Nada é tão nosso quanto os nossos sonhos!”

*“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele ou por sua origem, ou sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender. E se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar[...].”*

*(Nelson Mandela)*

## RESUMO

BARROS, Tainara Batista, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, julho de 2023. **Educação Antirracista: reflexões e coproduções com educadores/as infantis do município de Teixeira - MG.** Orientadora: Rita de Cássia de Souza. Coorientadora: Maria Simone Euclides.

Compreendendo o racismo como algo estruturado em nossa sociedade e ao mesmo tempo, partindo de um compromisso ético e político e entendendo também a necessidade de fomentar maiores diálogos sobre as dimensões de raça, racismo e relações raciais na Educação Infantil, a presente pesquisa objetivou conhecer as experiências de educadores/as infantis da rede municipal da cidade de Teixeira – MG em relação ao racismo no contexto escolar, bem como sensibilizá-los/as para atuarem na proposição de uma educação antirracista. Ancorada na proposta construcionista social de que as pessoas produzem sentidos a partir da relação com o outro, nessa pesquisa buscamos focar nas reflexões produzidas coletivamente pelo grupo. Para a construção desse trabalho, além de um estudo teórico trazendo termos e conceitos cruciais para entendermos o racismo, suas implicações no contexto educacional e o papel fundamental dos educadores no enfrentamento dessa violência, foi disponibilizado um questionário *on-line* via *Google Forms* e foram realizadas duas oficinas via *Google Meet* com os/as educadores/as infantis do município de Teixeira - MG. Na primeira etapa (preenchimento do questionário), contamos com a participação de 1 educador e 24 educadoras que atuam no âmbito infantil. Já na segunda etapa foram realizadas duas oficinas: a 1ª oficina, contou com a participação de 40 pessoas. Já a 2ª oficina, contou com 25 participantes. No que diz respeito as experiências de racismo, foram relatadas nos questionários e, principalmente, nas oficinas muitas situações vivenciadas e/ou presenciadas dentro e fora do ambiente escolar, demonstrando como o racismo ainda é forte nas nossas relações e que essas situações não passaram despercebidas pelo grupo. Outro ponto relevante a ser destacado é que, a partir dos relatos de uma das educadoras, pudemos vislumbrar o quanto o racismo acarreta marcas indelévels na vida das pessoas negras. Em relação à sensibilização, reconhecer a necessidade de uma educação antirracista e acreditar que ela é possível são pontos cruciais para que os educadores e as educadoras possam se sensibilizar e se movimentar na contramão desse sistema de opressão que é o racismo. Apesar de alguns educadores/as terem demonstrado a superação do primeiro ponto – entendendo a necessidade de uma educação antirracista – ainda é preciso superar a desesperança da parte de outros. Por fim, destacamos o papel fundamental das instituições escolares no combate ao racismo, ressaltamos que é imprescindível que os/as educadores/as tenham mais formação para

tratar sobre a temática e enfatizamos a necessidade de um trabalho coletivo em âmbito municipal, estadual e federal, que possibilite mudanças no âmbito escolar, pois o racismo é um problema estrutural e para a sua desestruturação é necessária uma união que vise a construção de um sistema educacional antirracista.

**Palavras-chave:** Educação Antirracista. Construcionismo Social. Educação Infantil. Formação de educadores/as.

## ABSTRACT

BARROS, Tainara Batista, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, July 2023. **Anti-racist education: reflections and co-productions with early childhood educators in the city of Teixeiras - MG.** Advisor: Rita de Cássia de Souza. Co-advisor: Maria Simone Euclides.

Understanding racism as something structured in our society and, at the same time, starting from an ethical and political commitment and also understanding the need to foster greater dialogues on the dimensions of race, racism and racial relations in Early Childhood Education, this research aimed to know the experiences of children's educators from the municipal network of the city of Teixeiras - MG in relation to racism in the school context, as well as to sensitize them to act in the proposition of an anti-racist education. Anchored in the social constructionist proposal that people produce meanings from the relationship with the other, in this research we seek to focus on the reflections produced collectively by the group. For the construction of this work, in addition to a theoretical study bringing crucial terms and concepts to understand racism, its implications in the educational context and the fundamental role of educators in facing this violence, an online questionnaire was made available via Google Forms and two workshops via Google Meet with early childhood educators in the municipality of Teixeiras-MG. In the first stage (completion of the questionnaire), we had the participation of 1 educator and 24 educators who work with children. In the second stage, two workshops were held: the 1st workshop, with the participation of 40 people. The 2nd workshop had 25 participants. With regard to experiences of racism, many situations experienced and/or witnessed inside and outside the school environment were reported in the questionnaires and, mainly, in the workshops, demonstrating how racism is still strong in our relationships and that these situations did not go unnoticed by the group. Another relevant point to be highlighted is that, based on the reports of one of the educators, we were able to glimpse how much racism causes indelible marks in the lives of black people. Regarding awareness, recognizing the need for anti-racist education and believing that it is possible are crucial points for educators to be able to raise awareness and move against this system of oppression that is racism. Although some educators have demonstrated that they have overcome the first point – understanding the need for an anti-racist education – it is still necessary to overcome the hopelessness on the part of others. Finally, we highlight the fundamental role of school institutions in the fight against racism, we emphasize that it is essential that educators have more training to deal with the subject and we emphasize the need for collective work at the municipal, state and federal levels,

that enables changes in the school environment, as racism is a structural problem and for its disruption a union is needed aimed at building an anti-racist educational system.

**Keywords:** Anti-racist Education. Social Constructionism. Child education. Training of educators.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Fotografia 1</b> – Medalha de melhor aluna recebida no ano de 2002.....	17
<b>Fotografia 2</b> – Formatura do pré-escolar no ano de 2000.....	18
<b>Imagem 1</b> - Localização do município de Teixeira – MG.....	53
<b>Fotografia 3</b> - Slide usado na oficina - Tema do primeiro encontro.....	83
<b>Fotografia 4</b> - Slide usado na oficina - História “Minha mãe é negra sim!”.....	84
<b>Fotografia 5</b> - Slide usado na oficina - Primeiro Caso apresentado .....	85
<b>Fotografia 6</b> – Slide usado na oficina - Segundo Caso apresentado.....	85
<b>Fotografia 7</b> – Slide usado na oficina - Tema do Segundo Encontro.....	87
<b>Fotografia 8</b> – Slide usado na oficina - Primeiro Caso apresentado na Oficina 2.....	88
<b>Fotografia 9</b> – Slides usados na oficina - Segundo Caso apresentado na Oficina 2 .....	88

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Revistas Brasileiras da área da Educação incluídas na revisão.....	42
<b>Quadro 2</b> – Instituições e tipos de trabalhos realizados.....	43
<b>Quadro 3</b> – Identificação de trabalhos e autoras e autores.....	43
<b>Quadro 4</b> – Classificação dos trabalhos em categorias.....	47
<b>Quadro 5</b> - Estabelecimentos de ensino e suas modalidades de abrangência na cidade de Teixeira-MG em 2022.....	53
<b>Quadro 6</b> - Perfil dos/as participantes.....	59
<b>Quadro 7</b> - Nível de formação dos/as educadores/as.....	61
<b>Quadro 8</b> - Tempo de experiência dos/as educadores/as na educação infantil.....	61
<b>Quadro 9</b> - Número de estudantes declarados pardos e pretos matriculados na educação infantil do município de Teixeira – MG.....	63
<b>Quadro 10</b> - O racismo na perspectiva das educadoras infantis.....	68
<b>Quadro 11</b> - A educação antirracista como uma forma de combate ao racismo.....	70
<b>Quadro 12</b> - A educação antirracista como uma forma de respeitar e valorizar a todos.....	72
<b>Quadro 13</b> - A valorização da cultura afro-brasileira e africana como um dos passos na construção de uma educação antirracista.....	74
<b>Quadro 14</b> - Práticas realizadas pelas educadoras.....	77
<b>Quadro 15</b> - Manifestações individuais dos/as educadores/as em prol de uma educação antirracista no município de Teixeira, MG.....	90

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Porcentagem de crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creches no Brasil – 2019.....	32
<b>Gráfico 2</b> - Porcentagem de crianças de 4 a 5 anos matriculadas em Pré-Escolas no Brasil – 2019.....	32
<b>Gráfico 3</b> – Porcentagem de Jovens de 16 anos que concluíram o ensino fundamental no Brasil no ano de 2020.....	35
<b>Gráfico 4</b> - Porcentagem de Jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio no Brasil no ano de 2020.....	36
<b>Gráfico 5</b> – Número de respostas sobre a existência de materiais disponíveis na escola para trabalhar a educação antirracista.....	79

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AT	Análise Temática
COVID-19	Coronavírus 2019
DCNEI	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil
DCNERER	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MG	Minas Gerais
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFV	Universidade Federal de Viçosa

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>1. O RACISMO NOSSO DE CADA DIA: A OPERACIONALIDADE NO NOSSO TECIDO SOCIAL.....</b>	<b>21</b>
1.1 Racismo: individual, institucional e estrutural.....	26
1.2 Ninguém nasce racista: o racismo e o ser racista como construção social.....	28
<b>2. O RACISMO E O CAMPO DA EDUCAÇÃO.....</b>	<b>30</b>
2.1 Os impactos do racismo na educação brasileira.....	31
2.2 O que é uma educação antirracista?.....	36
2.3 Escolas e educadores/as antirracistas.....	38
<b>3. UMA REVISÃO DE LITERATURA SOBRE FORMAÇÃO DE PROFESSORES/AS INFANTIS PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL.....</b>	<b>41</b>
3.1 Práticas pedagógicas antirracistas: possibilidades e limitações no cotidiano escolar.....	47
3.2 Legislações brasileiras e suas abordagens sobre educação antirracista.....	48
3.3 Construção da identidade da criança negra.....	50
3.4 O Mito da democracia racial .....	51
3.5 Diferentes caminhos, novas possibilidades.....	52
<b>4. CAMINHOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>53</b>
4.1 O contexto de realização da pesquisa.....	53
4.2 O caminhar da pesquisa.....	54
4.3 Todo ponto de vista é a vista de um ponto: explicitando as lentes que me guiaram.....	56
<b>5. ENTRE CONSTRUÇÕES, DESCONSTRUÇÕES E RECONSTRUÇÕES: O QUE NOS DIZEM OS QUESTIONÁRIOS?.....</b>	<b>59</b>
5.1 O perfil dos/das educadores/as.....	59
5.2 Das experiências de racismo à educação antirracista... O que nos dizem os/as 25 educadores/as participantes?.....	65
5.3 O racismo e a educação antirracista na perspectiva dos/as educadores/as infantis.....	68
5.4 Legislações para uma educação antirracista.....	75

5.5 Da formação continuada à pratica.....	76
<b>6. PROMOVENDO ENCONTROS FORMATIVOS COM OS/AS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL .....</b>	<b>81</b>
6.1 Oficina 1: Precisamos de uma educação antirracista?.....	83
6.2 Oficina 2: Podemos implementar uma educação antirracista? Como?.....	87
6.3 (In)Compreensão do que é racismo e seus desdobramentos.....	93
6.4 Práticas antirracistas: entre tentativas e alternativas.....	95
6.5 Xiu! Do silêncio ao silenciamento.....	97
6.6 (Des) esperança.....	98
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>102</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>107</b>
<b>APÊNDICE A – ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO.....</b>	<b>116</b>
<b>APÊNDICE B - ROTEIRO DAS OFICINAS.....</b>	<b>119</b>

## INTRODUÇÃO

Oriunda de uma família pobre e numerosa (sou a quarta filha de um total de cinco), cresci ouvindo dos meus pais que era muito importante estudar para “se tornar alguém na vida”. Apesar da baixa escolaridade, meus progenitores sempre fizeram questão de ressaltar a necessidade dos estudos, principalmente no que dizia respeito à probabilidade de alcançar melhores oportunidades no mercado de trabalho.

Movida por este discurso ao longo do meu percurso escolar, sempre via, indiscriminadamente, a educação como uma chance de mudança na condição social dos sujeitos, sendo uma perspectiva de ascensão social. Todavia, após ingressar no curso de Pedagogia na Universidade Federal de Viçosa - UFV, no ano de 2013, aos poucos fui conhecendo e reconhecendo outras faces da educação num processo que se iniciou, em especial, na disciplina de Sociologia da Educação. Através das discussões realizadas, pude conhecer as diferentes possibilidades do campo da educação, percebendo que a mesma pode constituir-se, tanto como um mecanismo de transformação, quanto de reprodução e conseqüente acentuação das discrepâncias sociais existentes.

A partir desse conhecimento, a questão da educação reprodutora e/ou transformadora se tornou um “dilema” vivenciado durante toda minha graduação: Seria a educação um mecanismo de transformação ou de reprodução das desigualdades sociais? Como ela pode ser transformadora? E reprodutora? Por isso, decidi que encerraria uma importante etapa da minha vida acadêmica, discorrendo acerca deste assunto que havia se tornado uma inquietude que me acompanhou para além do espaço acadêmico.

Assim sendo, em meados de 2016, realizei uma pesquisa bibliográfica para o meu Trabalho de Conclusão de Curso - TCC que culminou em uma monografia intitulada “Os impactos da desigualdade social no sistema educacional brasileiro”. Como resultado deste estudo, identifiquei que a presença de alguns fatores influencia fortemente o processo de escolarização de determinadas populações, sendo um destes fatores a cor/raça dos estudantes. Compreender como a origem étnico-racial dos sujeitos influencia o seu processo de escolarização me tocou profundamente, haja vista que eu sou uma estudante negra. Nesse processo, refleti muito sobre o racismo presente na sociedade e como ele se articula no cotidiano das nossas relações, inclusive no âmbito escolar. Questionei-me: Por que estes estudantes têm sua trajetória afetada? Sendo uma estudante negra, o racismo impactou na minha trajetória escolar? E a dos meus colegas de escola? Como foi o caminho que percorri até chegar numa universidade pública? Tais questionamentos me fizeram revisitar minha trajetória escolar.

Iniciei a minha vida escolar no ano 2000 aos 5 anos de idade em uma escola pública municipal localizada na periferia da cidade de Viçosa-MG. Lembro-me que a minha primeira professora era uma mulher negra chamada Augusta, uma pessoa muito simpática, com uma voz suave e uma feição tranquila. Augusta também tinha uma grande sensibilidade para contornar situações delicadas e lidar com as crianças. Recordo-me que, na minha primeira festa junina na escola, fiquei sem par. A professora então trouxe o sobrinho dela, um garoto 1 ano mais novo que eu, para dançar comigo. Infelizmente, Augusta foi substituída e eu não pude encerrar o ano letivo com ela. Não me lembro muito bem o nome da outra professora, mas o fato é que eu lamentei não ter uma foto com Augusta na minha formatura.

No decorrer do meu percurso escolar, apesar da existência de casos de racismo que, inegavelmente, impactaram a minha subjetividade, contei com alguns educadores/as que, assim como meus pais, me incentivavam a estudar. Teve, inclusive, um episódio em que ganhei uma medalha de melhor aluna quando estava na, até então chamada 2<sup>o</sup> série, atual 3<sup>o</sup> ano do ensino fundamental.

**Fotografia 1:** Medalha de melhor aluna recebida no ano de 2002



**Fonte:** Arquivo pessoal da pesquisadora, 2023

Sempre tive o histórico de boa aluna, em meio a isso, ao retornar às lembranças de minha infância, percebo o quanto o silêncio permeou e ainda permeia a minha trajetória não apenas escolar, mas também de vida. Hoje vejo que se tratava de um silenciamento pelo lugar social que ocupo de mulher, negra e pobre e que, mesmo sabendo que todos temos voz, por vezes me calo por inferir, de antemão, que não serei ouvida. Creio que essa tenha sido a principal marca que o racismo deixou em mim desde a infância. Falar, se expressar, questionar parecia algo que só poderia ser feito por algumas pessoas dentre as quais eu não estava incluída.

Entretanto, sempre tive meus momentos de “rebeldia” e espantava as pessoas falando em situações que elas imaginavam que eu jamais me expressaria, como, por exemplo, na apresentação da minha formatura do pré-escolar em que declamei os versos durante a cerimônia.

**Fotografia 2:** Formatura do pré-escolar no ano de 2000



**Fonte:** Arquivo pessoal da pesquisadora, 2023

Das cinco filhas, fui a primeira a concluir o Ensino Superior em uma Universidade Federal. Ao me reportar a este fato é importante também elucidar que, no período em que terminei o Ensino Médio, no final de 2011, estava ocorrendo uma abertura maior aos diversos segmentos populacionais para o acesso à Educação Superior, havendo a possibilidade de entrada a partir da nota do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM<sup>1</sup>. Além disso, no ano seguinte - 2012 - foi promulgada a Lei 12.711/2012<sup>2</sup>, destinando cotas para estudantes nas universidades públicas, a partir de critérios como renda, raça/cor e para os estudantes de escolas públicas, o que contribuiu fortemente para que eu ingressasse em uma Universidade Federal no ano de 2013.

---

<sup>1</sup> O Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM foi criado em 1998 com o objetivo de avaliar o desempenho dos estudantes que concluíam o ensino médio. A partir de 2004, a prova passou a ser utilizada como ferramenta para ingresso em instituições do ensino superior e, em 2010, foi incluído no Sistema de Seleção Unificada ([Sisu](https://www.educamaisbrasil.com.br/programas-do-governo/enem/o-que-e)), sendo reconhecido como o maior e mais completo exame educacional do Brasil, substituindo o tradicional exame de vestibular se tornando, assim, o principal meio de acesso ao ensino superior e também uma importante ferramenta de concessão de bolsas de estudos em instituições particulares. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/programas-do-governo/enem/o-que-e> Acesso em: 25 nov. 2021

<sup>2</sup> Popularmente conhecida como lei de cotas, a lei 12.711/2012, veio a partir de lutas de grupos que reivindicavam um ensino superior mais equitativo. Esta lei dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm) Acesso em: 25 nov. 2021

Além das lembranças de estudante, também tenho experiências como educadora que já viu e sentiu o racismo emanado nos cotidianos escolares desde a educação infantil, etapa na qual trabalhei durante 7 anos, antes, durante e após minha graduação em Pedagogia.

Recordo-me de quando ouvi uma professora de educação infantil se referir a um aluno negro, de apenas três anos de idade, como um futuro bandido. De todas as situações que já tive o desprazer de ver, essa foi sem dúvida uma das mais marcantes, pois, havia na turma uma outra criança – branca – que tinha os mesmos tipos de comportamentos, porém, a percepção do comportamento da criança branca era totalmente diferente da referente à criança negra. Enquanto uma era vista como uma criança “travessa” e “agitada”, a outra era considerada um potencial bandido.

As lembranças da minha vida escolar atreladas às minhas vivências como professora, me levaram a refletir sobre o que nós, educadores e educadoras, podemos fazer para identificarmos o racismo no cotidiano escolar e erradicá-lo. Por racismo compreendemos todas as formas de relações de poder na qual negros e brancos historicamente carregam marcas do processo escravocrata até os dias atuais. Identificar como o racismo atua no cotidiano das escolas é fundamental para se propor a implementação de uma educação antirracista. O racismo não nasce na escola, porém nela, se não contraposto, se reproduz e se fortalece.

A demarcação da pertinência de uma educação antirracista no âmbito infantil foi fruto de uma confluência de fatores que inclui a incansável luta do Movimento Negro por educação, a profícua produção de pesquisadores/as e professores/as negros/as e as organizações negras na área da educação. Enfim, esse movimento trata-se de um esforço coletivo de diversos intelectuais que evidenciam a legitimidade do combate ao racismo desde a primeira infância.

Pesquisas realizadas por Eliane Cavalleiro (1998, 2006), por exemplo, apontam a pertinência de se iniciar a implementação de uma educação antirracista no cotidiano escolar desde a Educação Infantil. Na infância, crianças negras e brancas têm as primeiras experiências com as diferenças, e nesta etapa, as distinções raciais passam a ser construídas, aparecendo, por exemplo, os primeiros apelidos negativos com relação à cor, ao cabelo, iniciando a construção de uma imagem negativa das crianças negras sobre si mesmas e das crianças brancas sobre suas companheiras não brancas. Marília Pinto de Carvalho (2004) também traz contribuições importantes acerca de como raça e gênero influenciam nas trajetórias de estudantes negros e negras. Seus estudos apontam que, no âmbito da escola, a identidade racial de meninos e meninas é construída tendo como referência, além das características fenotípicas e status socioeconômico, o seu desempenho escolar.

Compreendendo o racismo como algo estruturado em nossa sociedade e ao mesmo tempo, partindo de um compromisso ético e político e entendendo também a necessidade de fomentar maiores diálogos sobre as dimensões de raça, racismo e relações raciais na Educação Infantil, esta pesquisa teve por intuito criar e fomentar espaços de diálogos e reflexões antirracistas junto a educadores/as que atuam nas escolas municipais infantis da cidade de Teixeira – MG. Assim, o presente estudo objetivou conhecer as experiências de educadores/as infantis da rede municipal da cidade de Teixeira – MG em relação ao racismo no contexto escolar, bem como sensibilizá-los/as para atuarem na proposição de uma educação antirracista.<sup>3</sup>

A escolha por esse município ocorreu devido ao fato deste ser meu local de trabalho desde 2020, ano no qual ingressei como professora dos anos iniciais na rede municipal de ensino.

Além desta introdução, a dissertação se divide da seguinte maneira: no capítulo I é realizada uma discussão sobre o racismo, de termos e conceitos importantes para entendermos o modo como este se infiltra nas nossas relações sociais, trazendo também a perspectiva que fundamenta teórica e metodologicamente essa pesquisa. No segundo capítulo, abordamos os impactos do racismo no âmbito da educação, evidenciando o quanto o mesmo tem comprometido a trajetória escolar dos estudantes negros e negras desde a primeira infância. No terceiro capítulo, com a intenção de nos aproximarmos do contexto do campo em que foi realizada essa pesquisa, discutimos a importância da formação de professores/as e a potencialidade de uma educação antirracista desde a educação infantil. No quarto capítulo, apresento mais detalhes acerca da metodologia utilizada. Na sequência, no capítulo V, é feita a análise dos dados construídos a partir das respostas dos questionários. No sexto capítulo são realizadas as análises referentes aos dados construídos nas duas oficinas. Por fim, apresento minhas considerações finais acerca desta pesquisa.

---

<sup>3</sup> Pesquisa - Educação antirracista: reflexões e coproduções com educadores/as infantis do município de Teixeira – MG. Pesquisa autorizada pelo Comitê de Ética. CAAE: 57019122.6.0000.5153.

## 1. O RACISMO NOSSO DE CADA DIA... A OPERACIONALIDADE NO NOSSO TECIDO SOCIAL

*“Aos oito ou sete, moleque, esfregando a pele no banho  
Na ingenuidade, um pivete tentando ficar mais branco  
No conforto dos braços negros da minha mãe  
Vai vendo, o que a sociedade faz com nós desde  
pequeno.”<sup>4</sup>*

*(Reinaldo dos Santos Manaresi)*

A estrutura racista que circunda a nossa sociedade, fortalecida pelo discurso da democracia racial, por vezes torna difícil a visualização do racismo nas relações sociais, impedindo o reconhecimento deste como um grave problema que assola a humanidade. Por isso, ao discutirmos a temática racial, é importante refletirmos sobre alguns termos e conceitos como raça, racismo, preconceito e discriminação racial, a fim de entendermos como estes operam na sociedade, no nosso tecido social e no dia a dia das nossas relações. Essas reflexões são relevantes para que possamos entender as dimensões do racismo estrutural e suas implicações no nosso cotidiano.

Para tratarmos sobre o racismo, não poderíamos deixar de abordar antes o termo raça. No que tange a esse termo, vale destacar que:

Há grande controvérsia sobre a etimologia do termo raça. O que se pode dizer com mais segurança é que seu significado sempre esteve de alguma forma ligado ao ato de estabelecer classificações, primeiro, entre plantas e animais e, mais tarde, entre seres humanos. A noção de raça como referência a distintas categorias de seres humanos é um fenômeno da modernidade que remonta aos meados do século XVI. Raça não é um termo fixo, estático. Seu sentido está inevitavelmente atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado. Por trás da raça sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito relacional e histórico. (ALMEIDA, 2018, p.18)

Dito isso, já de antemão, é fundamental elucidar que, ao nos referirmos ao termo raça para falar das relações existentes entre negros e brancos no Brasil, estamos tratando aqui do conceito de raça social, apresentado por Antônio Sérgio Guimarães (2003) e que define a raça a partir de uma perspectiva social e política que explica as diferenças e as desigualdades sociais.

No Brasil, as experiências de colonização e escravização fizeram com que a ideia de raça se pautasse, especialmente, nas características fenotípicas fazendo com que povos negros

---

<sup>4</sup> Trecho da música “Entre a cruz e a espada” do grupo de rap paulista A286.

e indígenas passassem a ser marcados por sua aparência, sendo facilmente identificados e discriminados, facilitando o processo de hierarquização e subalternização destes povos.

No nosso país, os colonizadores chegaram com a necessidade de dominar uma grande porção territorial e a concepção eugenista de que havia diferenças de saberes e capacidades entre os grupos humanos fortaleceu e sustentou as ideias e práticas racistas, o que permitiu a escravização de indígenas e negros, estes últimos trazidos à força com o objetivo de servirem como mão de obra gratuita para enriquecer seus dominadores. Criando-se esta forma de classificar os seres humanos a partir da raça, se justificava as distinções entre os tipos de atividade destinados a cada grupo e a desigualdade de direitos entre eles. A eugenia, ciência do melhoramento das raças, foi amplamente usada visando fortalecer este tipo de entendimento de que raças diferentes deveriam ter oportunidades e tratamentos diferenciados. Essas concepções sustentaram e sustentam o racismo que perdura nos dias atuais. Assim, tem-se que uma sociedade que pretendia usar o trabalho escravo para produzir riqueza para uma parte da população, criou uma lógica que hierarquiza pessoas. A construção da ideia de raça foi essencial porque permitia, de maneira visível – através das características fenotípicas – categorizar as pessoas. Como afirma Sylvia da Silveira Nunes:

O Brasil foi o último país a abolir a escravidão. Esse fato histórico, aparentemente longínquo, deixou, na verdade, profundas marcas na sociedade brasileira. Para entendê-las, é preciso não esquecer os navios negreiros e os objetos de tortura. É preciso lembrar que a abolição foi lenta. Mas é preciso também pensar o lugar que a ciência ocupou na consolidação do preconceito contra os negros. Para que se lute contra o racismo é preciso primeiramente reconhecer que ele existe. Sem essa “confissão” tira-se do foco o alvo que se quer atingir. (NUNES, 2006, p.90)

Assim sendo, o conceito de raça, em seu aspecto social e histórico, é resultante de um processo contínuo de desumanização pelo qual seres humanos são submetidos, tendo como justificativa seus aspectos físicos e sua estética corporal. Conforme nos aponta Nilma Lino Gomes, “raça ainda é o termo que consegue dar a dimensão mais próxima da verdadeira discriminação contra os negros, ou melhor, do que é o racismo que afeta as pessoas negras da nossa sociedade” (2005, p. 45). Sendo assim, esse é um termo fundamental para que negros e brancos possam compreender como são formados dentro desta lógica racializada, entendendo o quanto a mesma incide sobre sua subjetividade e condição social.

É a operacionalidade da ideia de raça nas nossas relações sociais que divide os seres humanos em “subespécies” inferiores e superiores de acordo com suas características fenotípicas, que possibilita a existência do racismo do modo como podemos notar no nosso país (GUIMARÃES, 2003). No Brasil, o conceito de raça serviu e ainda serve para explorar

contingentes de pessoas em trabalhos forçados, mal remunerados, privando diversos grupos humanos de acesso a condições dignas de vida, com objetivos marcadamente econômicos, de beneficiar alguns grupos dominantes, que teve início com a colonização e permanece com a desigualdade social e econômica que mantém pretos e pardos com menor escolaridade e menor renda.

Silvio Almeida (2018) afirma que o racismo é “uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam” (ALMEIDA, 2018, p. 22). Deste modo, o racismo pode ser tanto um comportamento quanto um conjunto de ideias pautada na superioridade e inferioridade das raças que desumaniza as pessoas negras (GOMES, 2005). Esses comportamentos e ideias são incorporados e propagados nas relações que tecemos no nosso cotidiano fortalecendo o preconceito e a discriminação racial.

O preconceito racial é um julgamento negativo e prévio sobre pessoas pertencentes a determinado grupo étnico-racial e atua na formação antecipada de conceitos e opiniões sem ponderação ou conhecimento sobre os fatos (GOMES, 2005). Uma das principais características do preconceito é a inflexibilidade, haja vista que, mesmo quando há comprovações contrárias, os julgamentos prévios permanecem inalterados. Tal crença propicia aos sujeitos que construam conceitos próprios, marcados por estereótipos que contribuem para a estigmatização das populações negras e indígenas. Nesse sentido, de acordo com Waléria Menezes:

[...] as populações negras foram estigmatizadas no imaginário social como inferiores, primitivas. Os seus costumes e crenças eram desacreditados e considerados ilegítimos ao olhar do branco. Essa condição foi consolidada no imaginário social com a naturalização da inferioridade social dos grupos subordinados. (MENEZES, 2003, p. 98)

O preconceito está presente nos grupos humanos e é apreendido socialmente a partir das nossas relações. Deste modo, podemos dizer que as crianças aprendem a ser preconceituosas na família, na escola, entre outros espaços importantes no seu processo de socialização. Enquanto “o preconceito está relacionado a questões afetivas, a discriminação, por sua vez, consiste em um comportamento” (SACCO; COUTO; KOLLER, 2016, p. 235).

A discriminação racial consiste em práticas que discriminam, ou seja, separam e distinguem as pessoas em razão de sua religião, cultura e características fenotípicas como: cabelo, cor de sua pele, entre outras. Para Nilma Lino Gomes:

A discriminação racial pode ser considerada como a prática do racismo e a efetivação do preconceito. Enquanto o racismo e o preconceito encontram-se no âmbito das doutrinas e dos julgamentos, das concepções de mundo e das crenças, a discriminação é a adoção de práticas que os efetivam. (GOMES, 2005, p. 55)

Entretanto, a discriminação racial pode ser originada de outros processos sociais, políticos e psicológicos que vão além do preconceito desenvolvido no âmbito individual. A mesma pode estar atrelada a interesses que visam a continuidade e a conquista de privilégios de determinado grupo sobre o outro independentemente de ser intencional ou ancorada em preconceito (TEIXEIRA, 1992).

O racismo é a base da discriminação racial e do preconceito racial. É a estrutura racista que fundamenta e normaliza as desigualdades raciais existentes nos mais diversos espaços, inclusive nas instituições escolares, que faz com que o preconceito e a discriminação persistam.

Vivemos em um país estruturalmente racista no qual a aparência física das pessoas, no caso a cor da pele, é mais significativa e determinante para o seu destino social do que a história, a trajetória e o caráter desses sujeitos. Além disso, mais de 300 anos de escravidão, uma pós-abolição sem nenhum tipo de posicionamento do Estado contra o racismo, somada a práticas sociais e políticas públicas que desconsideravam completamente a discriminação sofrida pelos negros fortaleceu o aprofundamento das disparidades e do racismo e a sua naturalização (GOMES, 2005).

O falso discurso de que vivemos em uma democracia racial ainda permeia a nossa sociedade: "Somos todos iguais", "somos todos humanos", "somos o país da mistura", porém os negros são colocados em uma posição de subalternidade social sendo vistos como menos inteligentes, menos esforçados, mais afeitos aos vícios e aos crimes.

A população brasileira é composta, majoritariamente, pelos denominados não-brancos. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (2019), 42,7% de brasileiros se declararam brancos, 46,8% pardos, 9,4% pretos e 1,1% amarelos ou indígenas. Assim, considerando a somatória de pretos e pardos, temos 56,2% da população negra. Contudo, ao frequentarmos determinados espaços sociais, tal fato não parece tão nítido: somos minoria nas posições de liderança no mercado de trabalho, na magistratura brasileira e entre os representantes políticos no Legislativo. Em contrapartida, notamos que os negros brasileiros se encontram, em sua grande maioria, às margens da sociedade, ocupando posições socialmente consideradas subalternas.

Essas situações são resultantes de um conjunto de exclusões que faz com que pretos e pardos tenham menos acesso à saúde, educação, trabalho digno, etc. Para Carlos Hasenbalg (2005), a exploração de classe e a opressão racial se articularam como mecanismos de

exploração do povo negro, excluindo os mesmos de bens materiais e simbólicos. Isso nos leva a refletir sobre como o racismo constitui as relações sociais dentro de um padrão que normaliza a hierarquização das diferenças no nosso cotidiano. Quando não confrontamos este padrão de normalidade estabelecido pelo racismo, estamos contribuindo para sua reprodução.

Uma das maneiras de realizar este movimento de questionar o racismo é deslocar o nosso olhar questionando o lugar do branco como sendo “universal”. Comumente ao tratarmos do racismo entendendo-o como um elemento estrutural em nossa sociedade, falamos a partir dos negros, indígenas, grupos subalternizados pelo racismo. Mencionamos que esses foram moldados e vítimas da opressão racista, contudo é necessário que reconheçamos que o racismo também molda o olhar dos brancos. Logo, a branquitude precisa se pensar nesse sistema de opressão do qual também faz parte.

De acordo com Cida Bento, a branquitude consiste em um fenômeno em que:

As instituições públicas, privadas e da sociedade civil definem, regulamentam e transmitem um modo de funcionamento que torna homogêneo e uniforme não só processos, ferramentas, sistema de valores, mas também o perfil de seus empregados, lideranças, majoritariamente masculino e branco. Essa transmissão atravessa gerações e altera pouco a hierarquia das relações de dominação ali incrustadas. (BENTO, 2022, p.18)

Deste modo, esse fenômeno invisibiliza a presença e a contribuição negras em nossa sociedade. A perpetuação dele no tempo decorre de um pacto de cumplicidade, de autopreservação, não verbalizado entre pessoas brancas, que visa manter seus privilégios (BENTO, 2022). O rompimento desse pacto se faz essencial para a luta antirracista. Todavia, estariam as pessoas brancas dispostas a saírem da sua posição de privilégios, deixando de lado a inércia para se inserir na luta antirracista?

Nesse sentido, Denise Carreira ao abordar o papel dos sujeitos brancos na luta contra o racismo, diz que:

Os corpos brancos na luta antirracista importam – como sujeitos e parceiros políticos dessa construção protagonizada historicamente por aquelas e aqueles que sofrem as consequências do racismo – mas nunca como expropriadores dessa luta, nunca para desqualificar, invisibilizar e negar o protagonismo desses sujeitos, reafirmando as armadilhas e lugares de poder da branquitude acrítica. Por outro lado, como outra armadilha da branquitude, não se pode cair no lugar confortável, passivo e acomodado, protegido dos conflitos, de que somente os sujeitos negros e indígenas tem o que dizer sobre como enfrentar o racismo. É fundamental construir espaços de negociação e de confiança política, com base em princípios acordados conjuntamente, para que possamos aprender a construir estratégias políticas junto com os sujeitos negros e indígenas. (CARREIRA, 2018, p.135)

Assim, é importante que as pessoas brancas também estejam comprometidas com a luta antirracista, compreendendo e respeitando o protagonismo de pessoas negras e indígenas e não

se mantendo em um lugar de passividade e comodismo nessa luta que visa que todos os seres humanos sejam tratados e respeitados como humanos.

O racismo é uma forma de violência não apenas física, mas principalmente psicológica e emocional que impacta a integridade e a dignidade humana (OLIVEIRA, 2020). Ele está presente nos olhares desconfiados, nos padrões estéticos, nos perfis de competência e incompetência, enfim nas “sutilezas” do nosso dia a dia que, muitas vezes, são invisibilizadas devido ao seu alto grau de normalização.

A proposição de uma sociedade antirracista implica em combater todo um conjunto de conhecimentos e práticas que sustentam e defendem a desigualdade entre os seres humanos. Trata-se, portanto, de construir uma sociedade em novas bases, assentada no princípio de igualdade dos seres humanos, que, apesar de suas distinções biológicas, culturais e sociais constituem-se como uma única espécie, que deve ter os mesmos direitos e oportunidades. O campo da educação consiste em um espaço fecundo para que esse movimento aconteça.

### **1.1 - Racismo: individual, institucional e estrutural**

O racismo é bastante complexo, envolve relações de poder e se efetiva por meio de discriminações estruturadas, difundindo privilégios e/ou desvantagens que atingem as pessoas de acordo com o grupo étnico-racial ao qual pertencem. Ele pode ser concebido a partir de três formas de manifestação: individual, institucional e estrutural, que encontram-se interligadas, porém entender suas nuances nos auxilia na compreensão e no enfrentamento desta violência desumanizadora (ALMEIDA, 2018).

O racismo individual é expresso nitidamente em ações discriminatórias tanto de indivíduos quanto de grupos e pode ser percebido com maior facilidade no nosso cotidiano. Essa forma de manifestação ocorre de maneira bastante escancarada, sendo normalmente vista nos noticiários, já que hoje os recursos tecnológicos permitem o registro de comportamentos que evidenciam práticas inegavelmente racistas. A mesma comumente vem acompanhada de xingamentos e insultos às pessoas negras com o intuito de desqualificá-las. Além disso, por vezes, nos deparamos com tentativas de justificar, equivocadamente, as ações racistas desses sujeitos, atrelando-as a alguma patologia (ALMEIDA, 2018).

O funcionamento das instituições, tanto públicas quanto privadas, pautado nas relações de poder, ocorre de maneira a acarretar vantagens para determinados grupos em detrimento de outros. Assim, percebemos que, nas instituições, há uma hegemonia branca na ocupação de cargos de poder que culmina em ações que favorecem seus interesses a fim de manter

privilégios resultando na conseqüente negação de direitos aos racialmente marginalizados. (ALMEIDA, 2018). Essa expressão do racismo pode ser notada nos indicadores sociais que apontam o quanto as pessoas negras ainda têm suas vidas comprometidas por menor acesso a direitos básicos tais como saúde, segurança e educação. Em consonância disso, Laura Cecilia López diz que o racismo institucional

[...] atua de forma difusa no funcionamento cotidiano de instituições e organizações, que operam de forma diferenciada na distribuição de serviços, benefícios e oportunidades aos diferentes segmentos da população do ponto de vista racial. Ele extrapola as relações interpessoais e instaura-se no cotidiano institucional, inclusive na implementação efetiva de políticas públicas, gerando, de forma ampla, desigualdades e iniquidades. (LÓPEZ, 2012, p. 127)

É crucial que levemos em consideração que este “mau funcionamento” das instituições tem uma razão de ser e que ele atende as aspirações de um determinado grupo social que se beneficia diretamente e/ou indiretamente dessas disparidades.

Para além desta expressão institucional, há uma lógica que opera dentro das instituições e que existia antes mesmo da constituição destas. As instituições são racistas porque a sociedade é racista. O racismo está arraigado em todas nossas relações sociais, políticas e econômicas, sendo um elemento estruturante da nossa sociedade. Essa concepção chamamos de racismo estrutural.

Assim, Isabelle Lopes Bitarães Ribeiro, Melissa Drumond Ferreira e José Costa Júnior nos dizem que, na concepção de racismo estrutural:

o racismo deixa de ser uma patologia social ou um desarranjo institucional, mas sim um componente histórico e político que possibilita a discriminação racial sistemática de indivíduos na atualidade. Trata-se de um processo histórico, pois o racismo esteve presente na formação da sociedade brasileira, sustentando processos econômicos e organização social através de um período terrivelmente longo de escravização e segue até hoje. E trata-se de um processo político, pois influencia a organização da sociedade e a distribuição do poder de forma desigual. Desse modo, a concepção de racismo estrutural busca compreender os modos de organização da sociedade, oferecendo uma análise mais integrada dos diversos elementos envolvidos no fenômeno do racismo. Esse tipo de racismo se aprofunda em nossas subjetividades, na medida em que o naturalizamos e acreditamos “que sempre foi assim” e “que não se pode fazer nada”. Também penetra fundo em nossas instituições e estruturas sociais, a ponto de parecer uma “ordem natural da realidade”. (RIBEIRO; FERREIRA; COSTA JÚNIOR, 2019, p. 2)

De acordo com Silvio Almeida (2018), o racismo, conforme percebemos hoje, se trata de uma reconfiguração dos modos de dominação e exploração de outrora. Assim sendo, compreender o racismo enquanto estrutural significa entender que a forma como a sociedade se estrutura envolve interesses políticos e econômicos que visam manter a hegemonia de um determinado grupo a partir da exploração de outros. Entendendo que, numa sociedade

estruturalmente racista, as relações humanas estão baseadas na exploração e opressão, precisamos trabalhar cotidianamente para mudarmos essa estrutura da nossa sociedade que violenta seres humanos em várias instâncias.

Tendo apresentado o racismo, a seguir, abordaremos a perspectiva teórica escolhida para a pesquisa e como o racismo pode ser compreendido como uma construção social.

## **1.2 - Ninguém nasce racista: o racismo e o ser racista como construção social**

O presente texto visa apresentar o Construcionismo Social, aporte teórico-metodológico deste trabalho. Oriundo da tentativa de apresentar um outro ponto de vista, diferente do modo empirista, fenomenológico, racionalista e idealista de pensar o conhecimento, as origens do Construcionismo Social ainda são imprecisas.

Alguns autores sustentam que o marco inicial do movimento construcionista foi a publicação de *Social Psychology as History*, pelo psicólogo social norte-americano Kenneth Gergen (STROEBE, W.; KRUGLANSKI, W., 1989; BURR, 1995). Entretanto, o próprio Gergen “questiona a possibilidade de circunscrever desta forma o surgimento do construcionismo” (RASERA; JAPUR, 2005, p. 22). Para ele,

a história do construcionismo social está inserida no contexto do desenvolvimento da ciência, pautada por três críticas ao fazer científico que contribuíram para a construção de uma concepção alternativa do conhecimento como posse do indivíduo: a crítica social, a ideológica e a retórico-literária. (RASERA; JAPUR, 2005, p. 22)

O Construcionismo Social tem como principal premissa a noção de que a realidade é socialmente construída pelos indivíduos a partir de suas interações. Logo, os construcionistas compreendem que tudo aquilo que é considerado real e verdadeiro é resultante de uma construção coletiva. Essa forma de entender a realidade faz com que tenhamos a ideia de que não existe apenas uma verdade, universal, mas sim verdades situadas e que terão sentidos e valores diversos em diferentes contextos.

A partir de um olhar construcionista social, entendemos que as realidades, bem como o que é valioso ou não, aceitável ou não, são produções relacionais em que campos de poder e interesses estão em jogo, a fim de impor sua maneira de ver o mundo.

Nesse sentido, ao falarmos do racismo, principalmente no âmbito da educação infantil, não poderíamos deixar de abordar o fato de que não nascemos racistas, mas sim que a nossa interação com o mundo racializado faz com que incorporemos a lógica racista que hierarquiza seres humanos de acordo com suas características fenotípicas. Essa lógica que permeia os

imaginários sociais consiste em uma construção social produzida a partir de um contexto histórico de dominação, envolvendo interesses políticos e econômicos, que culminou na escravização e exploração de seres humanos colocados em uma posição de subalternização e desumanização.

Fortalecida por estratégias de propagação e incorporação, tal lógica racista se faz fortemente presente no dia a dia das nossas relações, atingindo a todos, sendo, por vezes, tratada de forma naturalizada. Todavia, a proposta construcionista social, nos potencializa a pensar que, do mesmo modo que tal construção foi feita, a referida também pode ser desconstruída e reconstruída a partir de uma outra perspectiva que não hierarquize, mas sim que valorize as diversidades existentes entre os diversos grupos étnico-raciais.

Essa noção embasa e fortalece as discussões envolvendo propostas antirracistas em variados âmbitos da nossa sociedade, incluindo as do campo da educação, que consiste em um ambiente propício para que esses movimentos aconteçam, haja vista que a escola ocupa um papel importante na formação dos sujeitos.

Conforme já dito anteriormente, o racismo atinge a todos e os educadores, estando inseridos neste contexto racializado, não ficam isentos desta lógica. Assim sendo, além dos estudantes, a proposta de desconstrução do racismo também deve passar pelos educadores que são sujeitos importantes na composição do cotidiano escolar.

Propiciar momentos de trocas sobre este assunto é um mecanismo importante para que educadores possam se sensibilizar e se movimentar na contramão deste sistema de opressão que tanto fere a dignidade de seres humanos comprometendo suas subjetividades, suas trajetórias escolares e de vida.

Nesta pesquisa, a perspectiva construcionista social me auxiliou a olhar criticamente para o meu objeto e de estudo, questionando: Para que e para quem serve o racismo? Para que e para quem serve o antirracismo?

Ademais, a postura construcionista, de levar em consideração os saberes dos sujeitos, contribuiu para a não verticalização de saberes, possibilitando uma construção conjunta e colaborativa onde todas as vozes puderam ser ouvidas.

No próximo capítulo abordaremos a presença do racismo no âmbito da educação e suas implicações na trajetória escolar dos estudantes.

## 2. O RACISMO E O CAMPO DA EDUCAÇÃO

*“Uma educação que não questiona o racismo vai reproduzir o racismo estrutural”.*

*(Silvio Almeida)*

O racismo impacta a trajetória dos sujeitos pertencentes aos mais variados grupos, acarretando vantagens para alguns e desvantagens para outros. Em meio a esse cenário extremamente desigual, a educação é por diversas vezes apontada como um mecanismo capaz de reverter tal situação. A escolarização foi e tem sido bandeira de luta dos movimentos negros. Conforme nos relata Nilma Lino Gomes (2011), no período pós abolição e depois da Proclamação da República, a educação já era considerada espaço prioritário de ação e de reivindicação do povo negro. Nesse sentido, Luiz Alberto Oliveira Gonçalves e Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2000) ressaltam a importante mobilização das organizações negras, ocorridas ao longo do século XX, em prol do direito à educação.

Para o movimento negro, a educação é compreendida como um direito que vem sendo gradualmente conquistado por aqueles que lutam em prol da democracia, como uma possibilidade a mais de ascensão social, como aposta na produção de conhecimentos que valorizem o diálogo entre os diferentes sujeitos sociais e suas culturas e como espaço de formação de cidadãos que se posicionem contra toda forma de discriminação (GOMES, 2012).

Como, sabiamente, nos disse Paulo Freire: “Se a educação sozinha, não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.” (FREIRE, 2000, p 67). Entretanto, devemos nos questionar sobre que educação estamos nos referindo. A escola é um mecanismo de transformação ou de reprodução das desigualdades? Como a escola seria capaz de contribuir para a equidade racial? A educação ocupa um papel importante para a formação de cidadãos conscientes e atuantes diante das desigualdades existentes incluindo a racial, no entanto, se a escola não assume uma postura antirracista, continua fortalecendo as desigualdades de oportunidades que têm limitado e/ou impossibilitado o acesso da população negra brasileira a espaços considerados espaços de poder.

O racismo circunda todos os âmbitos da sociedade embasando nossa organização social e a escola não está desvinculada dessa estrutura racista. Logo, é fundamental a implementação de uma educação que busque combater as desigualdades raciais dentro e fora da escola buscando a formação de uma sociedade mais justa e igualitária.

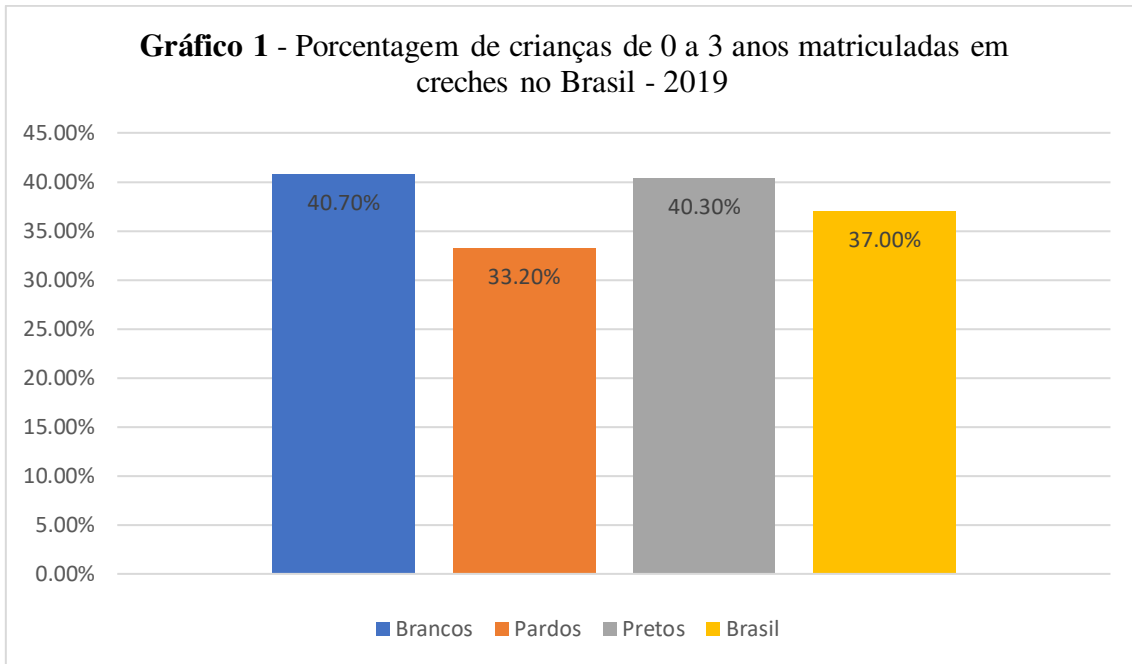
Têm crescido os debates que levam em consideração a necessidade de implementação de uma educação antirracista como a Lei 10.639/2003 que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio. Vale ressaltar que a história de um povo é o ponto inicial do processo de construção de sua identidade. Por esse motivo, as ideologias de dominação buscaram falsificar e destruir as histórias dos povos que subjugarão. Assim como a história da África foi refutada na historiografia colonial, isto é, vista apenas pela ótica do colonizador, a história dos negros no Brasil passou por essa mesma estratégia de falsificação e de negação (MUNANGA, 2015). Tais estratégias ainda permeiam os mais variados espaços sociais incluindo a instituição escolar impactando diretamente no percurso escolar de crianças e adolescentes.

## **2.1 - Os impactos do racismo na educação brasileira**

O racismo estrutural influencia as instituições escolares, impactando o processo de escolarização de estudantes negros e negras desde a educação infantil. Azoilda Trindade (1994), ao investigar a produção e a reprodução do racismo nas escolas, parte do princípio da sua existência inegável, tanto no ambiente escolar quanto na sociedade brasileira.

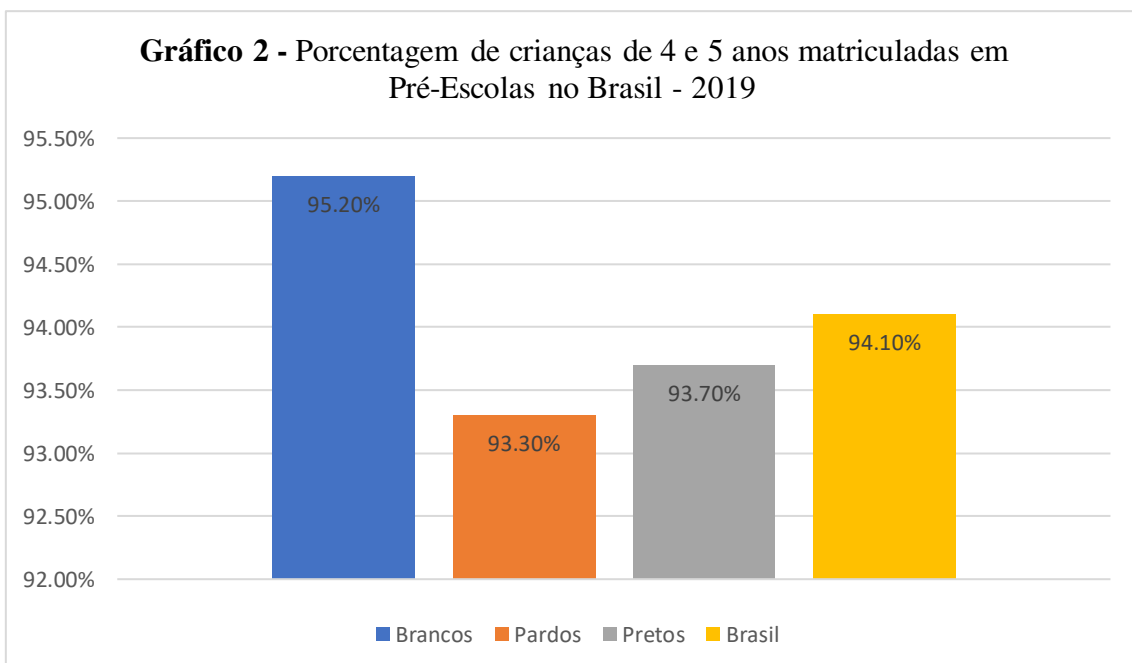
A educação infantil consiste na primeira etapa da educação básica, atendendo crianças de 0 a 5 anos de idade. A Lei nº 12.796, sancionada em abril de 2013 ajusta a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) à Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, que torna obrigatória a educação básica a partir dos 4 anos de idade. Ademais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional destaca que a oferta dessa etapa deve ser oferecida em “creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade” (1996, p. 9) e “pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade” (1996, p. 9).

De acordo com dados do Anuário Brasileiro da Educação Básica de 2021, ainda é baixo o número de crianças matriculadas em creches no Brasil. Dados do ano de 2019 revelam que os índices são ainda menores entre as crianças pardas, conforme pode ser observado no gráfico abaixo.



**Fonte:** Elaborado pela autora a partir dos dados do Anuário Brasileiro da Educação Básica 2021, 2022.

No que diz respeito às matrículas em pré-escolas, etapa obrigatória, apesar dos índices aproximados, a porcentagem de matrículas entre as crianças brancas permanece maior do que a porcentagem de crianças pretas e pardas, respectivamente, indicando um certo nível de iniquidade entre esses grupos ainda na primeira etapa da educação básica.



**Fonte:** Elaborado pela autora a partir dos dados do Anuário Brasileiro da Educação Básica 2021, 2022.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 29, estabelece que: “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (1996, p. 8). Nesta fase, as crianças estão iniciando o processo de construção da sua identidade, se relacionando com outros sujeitos para além de sua família, comunidade e elaborando suas primeiras impressões e saberes sobre o mundo. Em consonância disso, alguns estudos defendem a importância de que o trabalho sobre as relações étnico-raciais se inicie desde a primeira infância (CAVALLEIRO, 1998), (ROSEMBERG, 2014) e (BENTO, 2012), pois, desde muito pequenas, as crianças são impactadas pelo racismo, que atinge fortemente a subjetividade e a construção de identidades implicando na forma como as mesmas se enxergam mutuamente.

Ueliton Santos Moreira-Primo e Dalila Xavier de França, ao analisar relatos de experiências de racismo na escola e as consequências destas na vida das crianças, destacam que,

[...] o racismo é um fenômeno fortemente presente na infância, expressando-se, por vezes, pela exclusão, rejeição e por discriminações verbais e físicas. Como consequência, as crianças negras relatam tristeza, medo, raiva e vergonha, demonstrando que o racismo impacta o bem-estar emocional, psicológico, físico e social das crianças vítimas, além de impedir o desenvolvimento da identidade e do autoconceito positivo. Verifica-se, ainda, que a escola continua sendo um dos principais lugares onde a difusão do racismo e diversas manifestações de discriminações acontecem, gerando impactos na vida educacional das crianças. (MOREIRA-PRIMO; FRANÇA, 2020, p. 24)

O racismo afeta as crianças negras comprometendo a construção de uma identidade positiva, ao passo que também impacta a possibilidade de uma relação respeitosa entre as crianças das mais diversas origens étnico-raciais.

Para Khalil da Costa Silva e Dalila Xavier de França (2016), a infância é um período bastante propenso para a apreensão e reprodução do racismo. Assim, as crianças, desde a mais tenra idade, são atingidas pelo racismo, sendo estimuladas a tratar as diferenças de modo a não apreciá-las, mas sim hierarquizá-las, impossibilitando uma convivência respeitosa entre os diferentes indivíduos. Eliane Cavalleiro (2006) destaca o papel importante da família e da escola no que tange à formação destes sujeitos representando a possibilidade de mudança do pensamento da nossa realidade social que naturaliza e fortalece o racismo.

Assim, no que diz respeito ao âmbito escolar, Flávio Santiago, ao debater a presença de mecanismos racistas na educação infantil, a partir de uma pesquisa etnográfica realizada em uma creche da região metropolitana de Campinas, São Paulo, no ano de 2012, diz que,

As análises dos dados apontam a existência de processos racistas que contribuem para o afastamento dos aportes afro-brasileiros e africanos dos espaços da educação infantil e na exclusão de meninas pequeninhas negras e meninos pequeninhos negros do campo social permissível às experiências relativas à aceitação do seu corpo, de sua ancestralidade. Nesse contexto, podemos, ainda, perceber a presença de uma pedagogia “embranquecedora”, já fortemente denunciada pelo movimento negro a partir da década de 1980, que se embasa num modelo educacional com propósitos de reprodução de preconceitos referentes às crianças pequeninhas negras e a cultura e história africana e afro-brasileira. (SANTIAGO, 2015, p. 441)

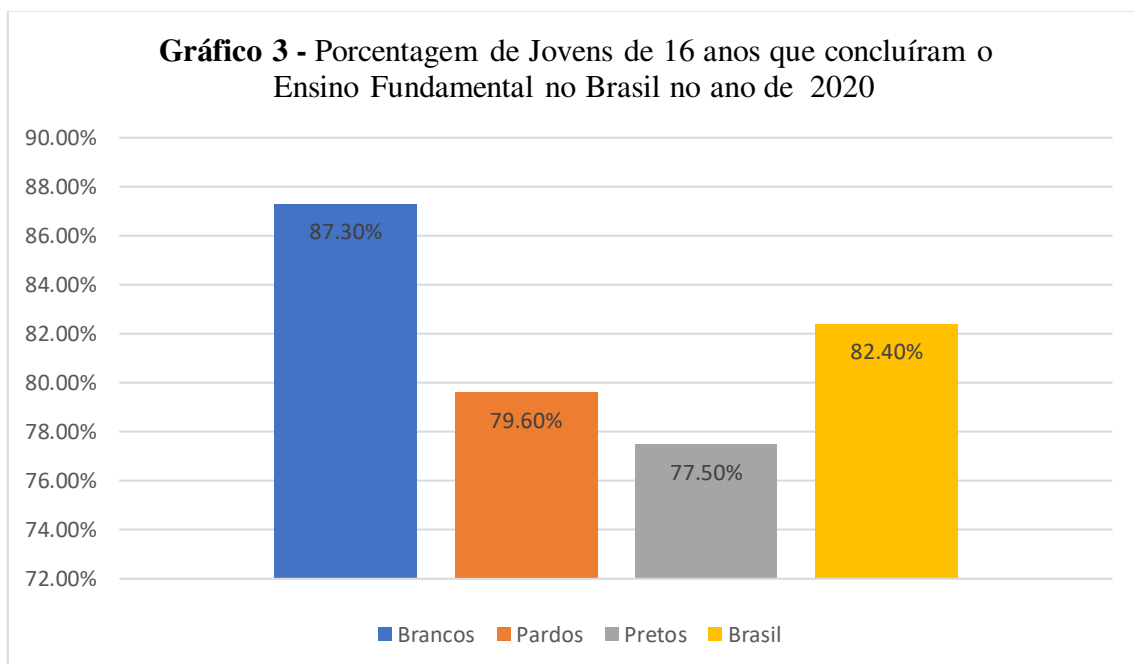
Resultados como estes, mais do que evidenciar a presença do racismo no âmbito da educação infantil, conclamam pela urgência de que medidas antirracistas sejam empreendidas nas escolas, a fim de que possamos fazer destas, espaços onde o racismo não apenas não se faça presente, pois, a existência dessa violência desumanizadora impacta diretamente o percurso escolar e de vida de crianças, adolescentes e jovens, mas que estes sujeitos saiam fortalecidos para combater o racismo, tornando-se agentes de transformação social.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, artigo 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, p. 84). Contudo, pesquisas apontam a violação deste direito uma vez que crianças, adolescentes e jovens estão tendo o seu processo de escolarização comprometido, apresentando, por exemplo, maiores índices de repetência (distorção idade/série) e evasão nos espaços escolares, devido à sua origem étnico-racial, (ROSEMBERG, 1998), (SILVA, 2018). Tais estudos utilizam dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE para apresentar a desigualdade e o racismo no campo educacional evidenciando como a especificidade da cor/raça impacta na escolarização dos estudantes. Enquanto Fúlvia Rosemberg (1998) apresenta dados da década de 1990, Elvia Alvarenga Fagundes da Silva (2018) utiliza dados de 2001 a 2015 demonstrando que, apesar do lapso de 20 anos entre as publicações, o racismo segue acarretando prejuízos para negros nas instituições escolares, uma vez que, mesmo em condições socioeconômicas semelhantes, os estudantes negros continuam em desvantagem em relação aos brancos, o que aponta para a necessidade de que ações antirracistas estejam presentes em todas as etapas da educação.

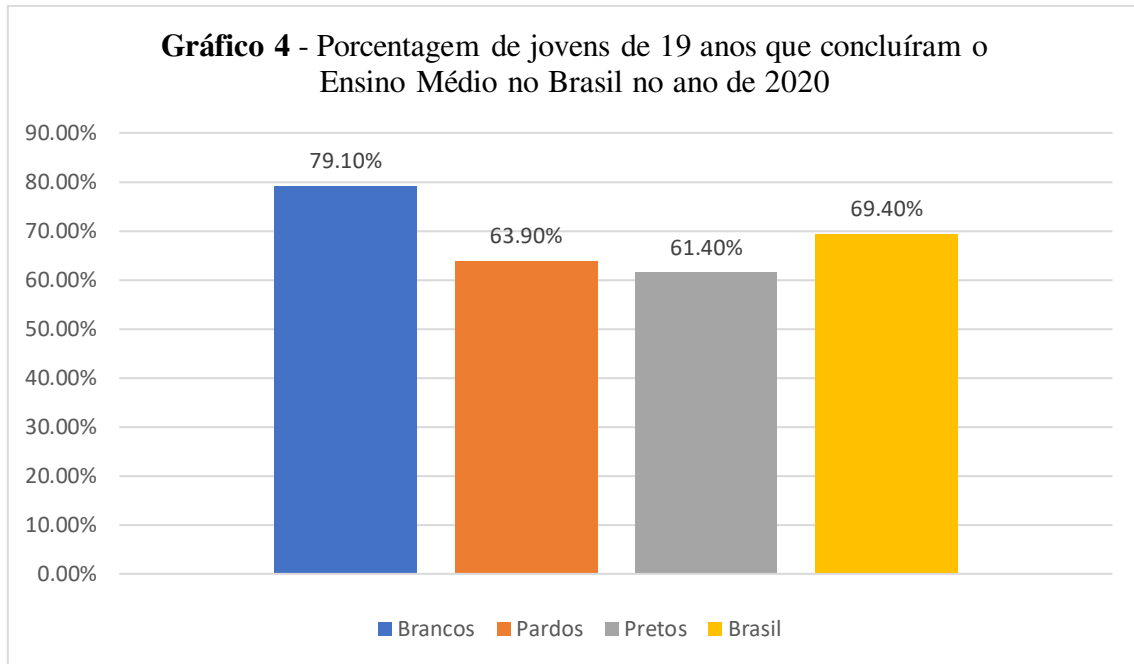
Também neste íterim, Marcus Vinícius Farbelow (2015), ao mapear desigualdades existentes entre estudantes por raça/cor a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009 (PNAD) ressalta que a origem étnico-racial, por si só, já se configura como um fator que impacta a trajetória dos estudantes ao longo do percurso escolar, haja vista que alunos com condições socioeconômicas semelhantes apresentavam disparidades nos índices de repetência (distorção idade/série) e evasão escolar de acordo com a sua cor/raça.

Deste modo, o autor defende a necessidade de elaboração e implementação de políticas públicas específicas para a população negra, desde o início de sua trajetória escolar.

De acordo com o Anuário Brasileiro da Educação Básica de 2021, a taxa de conclusão da educação básica dos estudantes pretos e pardos vai decaindo ao longo do processo de escolarização dos mesmos, conforme pode ser observado nos Gráficos 1 e 2. Ademais, podemos notar também que, em ambos gráficos, a porcentagem de alunos pretos e pardos está abaixo da média nacional, enquanto a parcela correspondente aos estudantes brancos encontra-se acima da média brasileira.



**Fonte:** Elaborado pela autora a partir dos dados do Anuário Brasileiro da Educação Básica 2021, 2021.



**Fonte:** Elaborado pela autora a partir dos dados do Anuário Brasileiro da Educação Básica 2021, 2021.

Para além do viés econômico que, muitas vezes, envolve as questões familiares como, por exemplo, a necessidade de trabalhar para ajudar no sustento da família, tais dados, como os presentes nos Gráficos 1 e 2, podem também estar relacionados aos efeitos do racismo existente no ambiente escolar e aos prejuízos que o mesmo pode causar no decorrer da trajetória dos estudantes. A baixa escolarização afeta toda a vida dos sujeitos não só economicamente, mas também como cidadãos, como pessoas, acarretando baixa autoestima, a ideia de não lugar e a introjeção da incapacidade, limitando as possibilidades projetivas de continuarem o percurso escolar (MUNANGA, 2019). Por isso, ações contra o racismo devem ser implementadas de forma contínua e permanente desde o início do processo de escolarização de todos os estudantes já no primeiro dia de vida escolar dos sujeitos, ou seja, desde a educação infantil.

## 2.2 - O que é uma educação antirracista?

Segundo Solange M. Oliveira, o prefixo anti pode se unir “a nomes que indicam maneiras de pensar, nomes de doutrinas ou seitas, acrescentando o sentido de ‘oposição’, ‘contrário a’” (OLIVEIRA, 2004, p. 84). Deste modo, anti é aquilo que vai contra; que vai de encontro a algo; que se opõe. Tais pistas nos permitem compreender que antirracismo é aquilo que se contrapõe, que vai de enfrentamento ao racismo. Assim sendo, não basta “não ser racista”, é necessário se posicionar contra, se opor a ele. Logo, uma educação antirracista visa contrapor e, por conseguinte, superar ideias e práticas que fortalecem o racismo em nossa

sociedade, promovendo modos de ver os seres humanos em que as diferenças não sejam tomadas como sinônimos de desigualdade que hierarquiza e discrimina.

O primeiro passo para que o enfrentamento ao racismo aconteça é reconhecer que o mesmo existe. Após reconhecer que o racismo existe na sociedade, de modo geral, é preciso também reconhecer que ele está na escola e nos sujeitos que a frequentam. O racismo e o “ser racista”, enquanto construções sociais oriundas de um contexto histórico de dominação e exploração, criaram um mundo a partir de uma lógica racializada, e nós, enquanto seres relacionais que interagimos com este mundo e com os sujeitos que nele estão, incorporamos essa ideia de racialização e a reproduzimos nas nossas relações cotidianas, ainda que sem perceber. Um exemplo disso é quando não estranhamos a ausência de pessoas negras em determinados espaços, ainda que saibamos que estas compõem a maior parte da população brasileira.

Assim sendo, é importante que a presença do racismo nos provoque a refletir constantemente sobre as nossas práticas cotidianas, pois mesmo aqueles/as que são contra o racismo podem reproduzi-lo já que, uma vez criados numa sociedade racista, tendemos a reproduzir essa lógica, de maneira consciente e inconsciente, justamente porque ela estrutura a forma como vemos o mundo. Portanto, o combate ao racismo individual começa sempre por si mesmo, a partir de uma análise consciente de palavras e ações que perpetuam este modelo e que parecem inocentes, quando não o são.

Como vimos, o racismo é uma violência, muitas vezes sutil e silenciosa, e precisa ser combatida em seus múltiplos níveis. No que tange a este enfrentamento, o campo da educação consiste em um espaço importante para essa tarefa. Nilma Lino Gomes (2003), ao abordar educação, identidade negra e formação de professores(as), vislumbra a escola como uma instituição em que, além dos conteúdos e saberes escolares, se aprende e compartilha crenças, valores e preconceitos diversos como de raça, de gênero e de classe. Segundo Rodrigo Ednilson de Jesus (2018), as instituições escolares, ao silenciarem diante das mais diversas formas de discriminações, contribuem para a perpetuação das desigualdades existentes dentro e fora do ambiente escolar.

A escola, como formadora das novas gerações, é um importante espaço de socialização de crianças e adolescentes, local onde lidam com a diversidade e vão construindo seus valores e sua identidade. Por isso, é preciso que a escola explore a pluralidade presente, valorizando sujeitos, histórias e culturas que durante muito tempo foram omitidas e falseadas, trazendo, em contraposição, ações afirmativas que busquem desconstruir as visões eurocêtricas, abarcando a diversidade presente em nossa população. Assim sendo, a educação antirracista consiste nessa

desconstrução sistêmica, apresentando, entre outras, narrativas negras expondo assim “o outro lado da história”.

Para além de se trabalhar um conteúdo antirracista, precisamos também acolher todos os sujeitos, dos mais diversos grupos étnico-raciais. É importante que a escola, dotada de uma educação antirracista, possibilite a construção de mecanismos de legitimação e representatividade positiva de negros na nossa sociedade rechaçando e contrapondo representações estereotipadas.

É fundamental também que educadores e educandos desenvolvam relações étnico-raciais de respeito, levando em consideração a diversidade existente e compreendendo as diferenças sem hierarquizá-las. Por intermédio da educação, podemos formar indivíduos que não reproduzam os preconceitos raciais. É importante mostrarmos a contribuição de outros povos, outras culturas, quebrar estereótipos, desfocar nossa visão eurocêntrica e olhar para outros horizontes. A educação deve ser uma forte aliada na luta antirracista possibilitando o questionamento e a desconstrução dos mitos de superioridade e inferioridade engendrados pela ideologia racista.

Nesse sentido, Isabela B. Carvalho e Alexandre C. Castro (2017) ressaltam a relevância de um compromisso coletivo para proporcionar, por intermédio da educação, a formação de sujeitos autônomos, que se orgulhem de seu pertencimento étnico-racial e que sejam capazes de refletir de forma crítica sobre sua própria realidade, no intuito de transformá-la. Além disso, precisamos problematizar a forma como nosso país naturaliza um cotidiano em que ser negro está intrinsecamente ligado à pobreza, à subalternidade e à precarização.

Em suma, para construir uma educação antirracista é necessário nos “desconstruir”, nos reeducar, reeducar o nosso olhar, precisamos, deixar de lado o “modelo” educacional que tivemos e pensar, reflexivamente, enquanto educadores, em práticas e posturas diferentes das que tivemos enquanto estudantes. Precisamos contribuir para a reconfiguração do imaginário social - desnaturalizando o lugar do negro na sociedade como um lugar de subalternidade - e instruir os educandos sobre as relações raciais, de tal modo que os mesmos percebam o quanto o racismo embasa nossa estrutura social, ofertando a estes sujeitos a possibilidade de se posicionarem contra este sistema de opressão.

### **2.3 – Escolas e educadores/as antirracistas**

A escola, enquanto uma instituição que se incumbe da formação das novas gerações, desempenha um importante papel, tanto na manutenção das ideias e comportamentos racistas,

quanto nos questionamentos e transformações dos mesmos. Deste modo, um trabalho institucional das escolas consistindo no combate ao epistemicídio<sup>5</sup>, que é uma forma de subalternizar, silenciar, relegar e ceifar os conhecimentos dos grupos não- hegemônicos e a oposição às representações estereotipadas, inclusive nos materiais didáticos, auxiliam para o enfrentamento do racismo. A abertura da escola para a diversidade racial e cultural de maneira a acolher as diferentes realidades vivenciadas por seus atores contribuem para não intensificar ainda mais o seu papel de (re)produtora de desigualdades sociais, discriminações, preconceitos e racismo (TRINDADE, 1994). No entanto, isso não basta, é preciso que os professores sejam agentes na luta antirracista se mobilizando em prol da contestação e não reprodução do racismo nos cotidianos escolares. De acordo com Azoilda Trindade “a atuação do professor é fundamental para desmontar esse papel, essa função da escola-produção e reprodução do racismo” (TRINDADE, 1994, p. 12). Nesse mesmo sentido, José Valdir Jesus de Santana, Vânia Moreira Santos e Maria de Fátima de Andrade Ferreira destacam que:

[...] o papel do professor é fundamental para a compreensão de como as relações étnico-raciais são desenvolvidas no espaço escolar e, conseqüentemente para a construção de experiências pedagógicas capazes de enfrentar o racismo e a discriminação racial que se fazem presentes no espaço escolar e na sociedade, de modo geral. (SANTANA; SANTOS; FERREIRA, 2016, p.7)

Deste modo, o professor aparece como um ator importante na luta antirracista, sendo imprescindível para isso, que um trabalho consistente para as relações étnico-raciais seja realizado no âmbito escolar. Contudo, algumas investigações têm esboçado que os próprios docentes dizem não estar preparados para abordar questões étnico-raciais nas salas de aula, apesar de reconhecerem a relevância da temática (SILVA; SANTOS, 2020) e (SANTOS. C, 2019). Tal fato demonstra a importância da formação dos professores para que uma educação antirracista de fato ocorra nos espaços escolares. Todavia, essa formação não pode perder de vista que estamos imersos em uma sociedade racista e que a sensibilização dos educadores para a questão racial consiste em um trabalho fundamental para o combate dessa violência dentro dos espaços escolares.

A fim de discutirmos a formação de professores antirracistas e a potencialidade de uma educação antirracista desde o ensino infantil, bem como nos aproximarmos do contexto do campo em que foi realizada esta pesquisa, no próximo capítulo apresentaremos os resultados

---

<sup>5</sup> O epistemicídio é o termo utilizado para nominar a égide dos saberes dos grupos hegemônicos (eurocêntrico e ocidental) mediante ao silenciamento e apagamento dos saberes dos grupos subalternizados.

de um levantamento bibliográfico que buscou traçar um panorama dos estudos nessa área, verificando suas principais tendências.

### 3. UMA REVISÃO DE LITERATURA SOBRE FORMAÇÃO DE PROFESSORES/AS INFANTIS PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL <sup>6</sup>

Tendo como foco a importância e a potencialidade da formação de professores/as em uma perspectiva antirracista, foi realizado um estado da arte das pesquisas sobre a formação de professores em uma perspectiva antirracista na Educação Infantil, a fim de traçar um panorama dos estudos nessa área e verificar suas principais tendências.

O “estado da arte” visa apontar quais caminhos vêm sendo trilhados e quais aspectos tem sido ou não abordados em determinados temas e/ou áreas do conhecimento. Desse modo, o referido estudo nos fornece a possibilidade de contribuir com a organização e a análise na definição de um campo, uma área (ROMANOWSKI; ENS, 2006). Assim, neste trabalho, almejei colaborar para a ampliação de discussões que circundam a formação docente para as relações étnico-raciais na Educação Infantil.

Para o levantamento dos dados, busquei arquivos que envolviam a formação de professores na perspectiva antirracista e tinham como foco a Educação Infantil. Como base de dados, foram usados: o banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a *Scientific Electronic Library Online (SciELO)* e o *Google Acadêmico*.

Para a procura das obras que envolviam a temática elencada, foram utilizados os seguintes descritores: “formação docente”, “relações étnico-raciais”, “antirracismo” e “educação infantil”. Tais descritores foram combinados, sendo empregados conjuntamente durante a busca em todos as bases de dados; assim, utilizamos a mesma combinação de palavras para buscar as publicações nas três bases mencionadas. Ademais, como recorte temporal, visando encontrar dados mais recentes, buscamos por trabalhos publicados de 2013 a julho de 2021 no Brasil.

No banco de teses e dissertações da Capes, encontramos apenas três teses que correspondiam aos descritores utilizados. Na *SciELO*, não encontramos nenhum resultado em nossa busca ao utilizarmos os descritores/palavras-chave elencados. Já no *Google Acadêmico*, foram localizados um total de 205 trabalhos, dentre artigos, teses, dissertações e trabalhos de

---

<sup>6</sup> O texto apresentado no presente capítulo encontra-se publicado na revista *Práxis Educativa* no Dossiê: Relações étnico-raciais: práticas e reflexões pedagógicas em contextos, espaços e tempos. Disponível em: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.17.19403.047>

conclusão de curso (TCCs). Dessa maneira, somando o total de buscas nas três bases de dados mencionadas, foram encontrados 208 trabalhos entre artigos, teses, dissertações e TCCs.

Certamente, a escolha pela combinação dos descritores impactou nos resultados encontrados, sendo possível que outros trabalhos possam ser obtidos a partir de diferentes combinações. Entretanto, essa foi a combinação que optei dado ao objetivo da busca: evidenciar o estado da arte de pesquisas sobre a formação de professores em uma perspectiva antirracista no âmbito da Educação Infantil.

Foram selecionados somente os trabalhos que, no seu título, apresentavam indícios de que iam ao encontro da proposta do levantamento. Após a análise dos títulos, foram lidos os resumos verificando os objetivos, as metodologias e os resultados e, também, as palavras-chave. Feito isso, foram selecionados 37 trabalhos para a realização de uma leitura completa, sendo: 18 artigos, três teses, 11 dissertações e cinco TCCs. Durante a leitura dos arquivos completos, decidi excluir dez trabalhos que não abordavam a Educação Infantil e/ou a formação de professores. Realizei, assim, o estado da arte a partir de 14 artigos, três teses, sete dissertações (cinco de Mestrado Acadêmico e duas de Mestrado Profissional) e três TCCs.

Após a primeira leitura geral, realizei uma releitura detalhada para analisar o conteúdo presente nas 27 produções selecionadas, a fim de elaborar categorias a partir dos enfoques identificados nas publicações. Os trabalhos analisados foram publicados entre 2013 e junho de 2021. Durante o levantamento dos dados, foi notada a menor presença de investigações que abrangessem, especificamente, a formação de professores para as relações étnico-raciais na etapa da Educação Infantil, haja vista que, dos 208 trabalhos encontrados, apenas 27 enfocavam essa temática.

Os artigos selecionados foram publicados em diferentes revistas brasileiras da área da educação, conforme pode ser visto na Quadro 1 a seguir. Apenas um dos trabalhos (GOMES; SILVA; GEBARA, 2020) foi oriundo do III Congresso Internacional e V Nacional Africanidades e Brasilidades em Educação realizado na cidade de Vitória, Espírito Santo, no ano de 2020.

**Quadro 1** – Revistas Brasileiras da área da Educação incluídas na revisão

Ano	Revista
2015	Revista Eletrônica de Educação
2016	Educação, Gestão e Sociedade: Revista da Faculdade Eça de Queirós
2016	<i>Scientia Tec</i> : Revista de Educação, Ciência e Tecnologia do IFRS
2016	Revista Contemporânea de Educação
2017	Revista Humanidades e Inovação
2018	Revista Educação Inclusiva
2019	Cadernos de Pós-Graduação
2019	APRENDER – Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação

2020	Cadernos do <i>Lepaarq</i>
2020	Revista Cocar
2021	REDOC – Revista Docência e Ciberultura
2021	Revista Com Censo
2021	Revista Científica de Educação

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2021.

Os trabalhos (artigos, teses, dissertações e TCCs) foram, majoritariamente, realizados em universidades públicas, das quais destacamos: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Essas instituições apresentaram mais de um trabalho envolvendo a temática investigada, conforme pode ser visto no Quadro 2. Dentre as dissertações, há dois trabalhos oriundos de programas de Mestrado Profissional.

### Quadro 2 – Instituições e tipos de trabalhos realizados

Ano	Tipo de trabalho	Instituição
2013	Tese	Universidade Federal do Ceará
2013	Tese	Universidade Federal do Ceará
2018	Tese	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
2014	Dissertação	Universidade Tuiuti do Paraná
2015	Dissertação	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
2019	Dissertação	Universidade Federal de Ouro Preto
2019	Dissertação	Universidade Federal de Campina Grande
2020	Dissertação	Universidade Federal do Ceará
2016	Dissertação (Mestrado Profissional)	Universidade Federal de Minas Gerais
2019	Dissertação (Mestrado Profissional)	Universidade Municipal de São Caetano do Sul
2019	TCC (Especialização em Educação)	Universidade Federal de Minas Gerais
2016	TCC (Pedagogia)	Universidade Federal de Campina Grande
2018	TCC (Pedagogia)	Universidade Federal de Santa Catarina

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2021.

Observamos, também, conforme mostra o Quadro 3, a presença feminina nas investigações sobre as questões étnico-raciais na Educação Infantil, sendo apenas um dos trabalhos exclusivamente construído por um pesquisador, cinco foram realizados conjuntamente, e os outros 21 trabalhos foram feitos somente por pesquisadoras.

### Quadro 3 – Identificação de trabalhos e autoras e autores

Ano	Tipo de trabalho	Título	Autoras/Autores
2015	Artigo	Relações étnico-raciais e formação docente: situações de discriminação racial na Educação Infantil	Márcio Mucedula Aguiar; Débora Cristina Piotto; Bianca Cristina Correa.
2016	Artigo	Educação para as relações étnico-raciais na Educação Infantil em documentos nacionais	Nancy Nonato de Lima Alves; Ivone Garcia Barbosa; Núbia Souza Barbosa Ribeiro.
2016	Artigo	Qual o lugar da criança negra na sociedade brasileira?	Liliam Teresa Martins Freitas

2016	<b>Artigo</b>	Concepções de professoras sobre o ensino para as relações étnico-raciais em uma escola pública do município de Itapetinga-BA	José Valdir Jesus de Santana; Vânia Moreira Santos; Maria de Fátima de Andrade Ferreira.
2017	<b>Artigo</b>	Educação Infantil e desigualdades raciais: tessituras para a construção de uma educação das/nas relações étnico-raciais desde a creche	Ellen Gonzaga Lima Souza; Lucimar Rosa Dias; Flávio Santiago.
2018	<b>Artigo</b>	Afrobrasilidade na Roda de Capoeira: questões raciais no contexto da Educação Infantil	Ana Cláudia Ivazaki; Patrícia Cristina de Aragão Araújo.
2019	<b>Artigo</b>	Relações étnico-raciais e formação docente na Educação Infantil	Moacir Silva de Castro
2019	<b>Artigo</b>	Educação Infantil e estudos das relações étnico-raciais: apontamentos de uma crescente produção acadêmica	Vanessa Ferreira Garcia; Maria Walburga dos Santos.
2020	<b>Artigo</b>	Práticas docentes e relações raciais em uma creche do município do Rio de Janeiro	Aline de Oliveira Braga; Maria Alice Rezende Gonçalves.
2020	<b>Artigo</b>	Relações étnico-raciais e formação docente no campo da Educação Infantil: estratégias metodológicas em foco na rede municipal de Belo Horizonte – MG/Brasil	Adriana Bom Sucesso Gomes; Rogério Correia da Silva; Tânia Aretuza Ambrizi Gebara.
2020	<b>Artigo</b>	A literatura afro-brasileira em um Centro de Educação Infantil do município de São Paulo	Marta Regina Paulo da Silva; Cleia Souza Santos.
2021	<b>Artigo</b>	Práticas educativas no combate ao racismo: discutindo estratégias para Educação Infantil	Leonardo Lacerda Campos; Raissa Santos Soriano.
2021	<b>Artigo</b>	Luta antirracista na Educação Infantil em tempos de pandemia: o que as táticas docentes revelam?	Deise dos Santos Pereira et al.
2021	<b>Artigo</b>	O ensino das relações étnico-raciais a partir de conteúdos geográficos: possibilidades na Educação Infantil	Lorena Francisco de Souza; Ilma Martins Alves de Oliveira.
2013	<b>Tese</b>	Os desafios de uma educação para a diversidade étnico racial: uma experiência de pesquisa-ação	Marcelle Arruda Cabral Costa
2013	<b>Tese</b>	Pretagogia: construindo um referencial teórico metodológico, de base africana, para a formação de professores/as	Geranilde Costa e Silva
2018	<b>Tese</b>	Educação das relações étnico-raciais na creche: espaço-ambiente em foco	Aretusa Santos
2014	<b>Dissertação</b>	A construção da identidade racial de crianças negras	Daniele Cristina Rosa
2015	<b>Dissertação</b>	“Tia, existe flor preta?” Educar para as relações étnico-raciais	Erika Jennifer Honório Pereira
2019	<b>Dissertação</b>	Representações sociais da cultura afro-brasileira, do aluno negro e suas implicações pedagógicas em Fagundes-PB	Valeska Nogueira de Lima
2019	<b>Dissertação</b>	Relações étnico-raciais no âmbito das instituições municipais de Educação Infantil em Governador Valadares-MG	Ludmila Costa Meira
2020	<b>Dissertação</b>	Educação Infantil e relações étnico-raciais: contribuições do curso de Pedagogia da UFC para a formação docente	Bárbara Rainara Maia Silva
2016	<b>Dissertação (Mestrado Profissional)</b>	A promoção da igualdade racial e a política pública de formação dos professores da educação infantil em Belo Horizonte	Lisa Minelli Feital
2019	<b>Dissertação (Mestrado Profissional)</b>	A literatura afro-brasileira na creche municipal de São Paulo	Cleia Souza Santos

2019	<b>TCC (Especialização em Educação)</b>	Repensando as práticas pedagógicas voltadas para as relações étnico-raciais na EMEI Palmeiras	Mônica Corrêa dos Santos
2016	<b>TCC (Pedagogia)</b>	O impacto da discriminação racial na construção da identidade negra infantil na cidade de cajazeiras	Josefa Jussara Assis Fernandes
2018	<b>TCC (Pedagogia)</b>	As relações étnico-raciais na lei de diretrizes curriculares nacionais para Educação Infantil: implicações na formação de professores	Juliana de Sousa Barbosa

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2022.

Como havia sido o foco para a seleção dos trabalhos, a importância da formação docente para o trabalho sobre as relações étnico-raciais na Educação Infantil foi um ponto amplamente destacado na bibliografia selecionada para a análise. Dentre as publicações encontradas, foram vistos apontamentos acerca da formação de professores, tanto inicial quanto continuada, para o ensino sobre as relações étnico-raciais na Educação Infantil (AGUIAR; PIOTTO; CORREA, 2015; CASTRO, 2019; COSTA, 2013; FEITAL, 2016; GARCIA; SANTOS, 2019; GOMES; SILVA; GEBARA, 2020; PEREIRA, 2015; SANTANA; SANTOS; FERREIRA, 2016; SANTOS, 2018; SILVA, 2013; SILVA, 2020). Tais trabalhos ressaltam a relevância do olhar crítico do professor para que este possa identificar e agir diante de situações de discriminação no ambiente escolar. Essas publicações também enfatizam a necessidade de os professores reconhecerem situações de discriminação racial, as quais, muitas vezes, passam despercebidas devido à naturalização do racismo e do preconceito racial em nossa sociedade.

Os estudos também apontam que a formação para o trabalho com a questão racial consiste em uma forma de tentar reverter o cenário preconceituoso que atravessa a experiência de socialização da criança pequena (BRAGA; GONÇALVES, 2020).

As Leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645, de 10 março de 2008, esta última tendo acrescentado à obrigatoriedade do ensino da história da cultura indígena nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e de Ensino Médio (BRASIL, 2008), consistem em relevantes respaldos legais para o emprego do antirracismo na educação. Nos trabalhos de Márcio Mucedula Aguiar, Débora Cristina Piotto e Bianca Cristina Correa (2015), Juliana de Sousa Barbosa (2018), Aline de Oliveira Braga, Maria Alice Rezende Gonçalves (2020), Liliam Teresa Martins Freitas (2016), Erika Jennifer Honório Pereira (2015) e Marta Regina Paulo da Silva e Cleia Souza Santos (2020), foram identificadas menções às referidas Leis, especialmente à Lei Nº 10.639/2003, a qual apareceu com ainda mais frequência, indicando o quanto ela consiste em um marco para as abordagens que discutem o antirracismo no campo educacional. No que tange à formação de professores e às citadas Leis, vale ressaltarmos que “[...] um professor que teve a oportunidade de refletir acerca dos problemas enfrentados historicamente por negros e

indígenas poderá ter papel fundamental na desconstrução das imagens depreciativas usualmente associadas a esses povos” (AGUIAR; PIOTTO; CORREA, 2015, p. 384).

A concepção das crianças como sujeitos que devem ter os seus direitos respeitados, inclusive no que tange ao direito à educação, se mostrou um tema bastante debatido nas pesquisas, apontando a associação entre o cuidar e o educar na Educação Infantil. Reconhecer a criança como sujeito, “alguém que é”, na nossa sociedade, implica considerá-la construtora de saberes e conhecimentos nas suas mais diversas especificidades, dentre elas os pertencimentos étnico-raciais. Assim sendo, essa concepção fomenta ainda mais a necessidade de um trabalho que aborde a questão racial desde a mais tenra idade<sup>7</sup>, a fim de não fortalecermos as disparidades raciais.

Diante das considerações que foram realizadas nos trabalhos, de modo geral, notamos que, apesar de enfoques diferentes – legislações, práticas pedagógicas, construção da identidade de crianças negras, entre outras –, as pesquisas têm evidenciado a relevância da formação docente para que uma educação antirracista de fato ocorra nos espaços escolares (AGUIAR; PIOTTO; CORREA, 2015; ALVES; BARBOSA; RIBEIRO, 2016). Pesquisas como as de Cleia Souza Santos (2019) e Marta Regina Paulo da Silva e Cleia Souza Santos (2020) esboçaram que os próprios docentes se dizem despreparados para abordar questões étnico-raciais nas salas aulas, apesar de reconhecerem a relevância da temática. Já as pesquisas de Deise dos Santos Pereira *et al.* (2021) e José Valdir Jesus de Santana; Vânia Moreira Santos; Maria de Fátima de Andrade Ferreira (2016) apresentam esforços empregados por professores para a realização de um trabalho que englobe a diversidade, não deixando de enfatizar, contudo, a necessidade da formação docente em uma perspectiva antirracista.

Essas explanações demonstram a importância de reconfigurarmos a formação docente, instrumentalizando e sensibilizando futuros professores para uma educação antirracista. No entanto, como articular esses momentos de formação? Geranilde Costa e Silva (2013) apresenta, em sua pesquisa de Doutorado a “Pretagogia”, um referencial teórico metodológico de matriz africana, que se mostrou satisfatório na promoção da formação de professores em uma perspectiva antirracista. Tal resultado mostra a necessidade da criação, da divulgação e da implementação dessa e de outras abordagens e metodologias, visando à formação inicial e continuada de professores.

---

<sup>7</sup> Pouca idade (crianças ainda muito pequenas).

Além desses apontamentos abordando os aspectos mais gerais, em nosso levantamento bibliográfico identificamos a presença de algumas categorias nos estudos analisados, como apresentamos no Quadro 4.

**Quadro 4 – Classificação dos trabalhos em categorias**

<b>Categorias construídas</b>	<b>Trabalhos</b>
Práticas pedagógicas antirracistas: possibilidades e limitações no cotidiano escolar.	Braga e Gonçalves (2020), Campos e Soriano (2021), Feital (2016), Gomes, Silva e Gebara (2021), Ivazaki e Araújo (2018), Lima (2019), Meira (2019), Pereira (2015), Pereira <i>et al.</i> (2021), Santana, Santos e Ferreira (2016), Santos, C. S. (2019), Santos, M. C. (2019), Silva (2013), Silva (2020), Silva e Santos (2020) e Souza e Oliveira (2021).
Legislações brasileiras e suas abordagens sobre educação antirracista.	Aguiar, Piotto e Correa (2015), Barbosa (2018), Braga e Gonçalves (2020), Freitas (2016), Pereira (2015) e Silva e Santos (2020).
Construção da identidade da criança negra.	Aguiar, Piotto e Correa (2015), Barbosa (2018), Braga e Gonçalves (2020), Campos e Soriano (2021), Castro (2019), Fernandes (2016), Freitas (2016), Garcia e Santos (2019), Lima (2019), Rosa (2014), Santos (2018) e Souza, Dias e Santiago (2017).
Mito da democracia racial.	Aguiar, Piotto e Correa (2015), Alves, Barbosa e Ribeiro (2016), Braga e Gonçalves (2020), Campos e Soriano (2021), Costa (2013), Freitas (2016), Garcia e Santos (2019), Lima (2019) e Silva e Santos (2020).

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2022.

É válido ressaltarmos, porém, que há trabalhos, conforme pode ser visto no Quadro 4, que abrangem as diferentes categorias elencadas, pelo fato de serem temas que se interrelacionam. Todavia, optamos por essa separação por considerarmos tais enfoques relevantes para serem discutidos e problematizados. Por isso, em alguns tópicos, será possível identificarmos a presença de autores citados em outros tópicos. Tendo explicitado isso, a seguir, analisamos cada uma das categorias.

### **3.1 - Práticas pedagógicas antirracistas: possibilidades e limitações no cotidiano escolar**

De acordo com Marta Regina Paulo da Silva e Cleia Souza Santos (2020, p. 668), é fundamental que “[...] os(as) professores(as) reflitam sobre a questão da diversidade étnico-racial de modo a (re)pensarem suas práticas pedagógicas; o que remete à necessidade de que os cursos de formação docente garantam a temática da diversidade e da igualdade étnico-racial em seus currículos”. As referidas autoras abordam o trabalho com a literatura na Educação Infantil e evidenciam a sua importância. Em seu estudo, Marta e Cleia (2020) apontam que, apesar de o trabalho sobre a literatura ser realizado na instituição de Educação Infantil pesquisada, este

não tem levado em consideração a diversidade étnico-racial, pois os docentes alegam não ter formação para tal trabalho.

Ana Claudia Ivazaki e Patrícia Cristina de Aragão Araújo (2018) trazem, em seu estudo, a contribuição da roda de capoeira para abordar a afrobrasilidade, enquanto Lorena Francisco de Souza e Ilma Martins Alves de Oliveira (2021) refletem sobre as possibilidades de um estudo geográfico que envolva a cidadania e a compreensão do espaço e do lugar em uma perspectiva antirracista na Educação Infantil. Esses estudos apresentam diferentes possibilidades de práticas pedagógicas que visam romper com a visão eurocêntrica tão presente nas nossas instituições escolares. Entretanto, problematiza-se e questiona-se a presença do trabalho esporádico, muitas vezes desenvolvido apenas em datas específicas e/ou que necessitem da construção de um “projeto” para abordagens envolvendo as questões raciais, como se estas não pudessem ser inseridas nas práticas cotidianas das escolas (LIMA, 2019; MEIRA, 2019).

Nesse sentido, vale ressaltarmos que o racismo se faz presente das mais diversas formas nos cotidianos escolares, sendo fundamental, desse modo, que o antirracismo também se faça presente de diferentes maneiras e não somente pontualmente. Uma das formas de fazermos mudanças cotidianas que não demandem a elaboração de um projeto é por meio de materiais pedagógicos, como cartazes e brinquedos de maneira a não reforçar estereótipos que fortalecem as ideias hierarquizantes que colocam as crianças negras em uma posição de subalternidade em relação às crianças brancas. Contudo, para isso, é imprescindível a formação docente para o trato das questões étnico-raciais, a fim de que os professores possam implementar uma educação antirracista no cotidiano escolar a partir da realidade do “chão da escola”.

### **3.2 - Legislações brasileiras e suas abordagens sobre educação antirracista**

No que tange às Leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008, alguns dos trabalhos analisados (AGUIAR; PIOTTO; CORREA, 2015; BRAGA; GONÇALVES, 2020; FREITAS, 2016; SILVA; SANTOS, 2020) trazem ponderações sobre a não explicitada presença da etapa da Educação Infantil nas citadas Leis. Os autores afirmam a importância dessas Leis na contribuição por uma educação antirracista e defendem a ideia de que não incluir a Educação Infantil mostra o quanto essa etapa ainda é desconsiderada das mais variadas formas.

A Lei Nº 10.639/2003 diz: “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira” (BRASIL, 2003, p. 1). Do mesmo modo, de acordo com a Lei Nº 11.645/2008: “Nos

estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena” (BRASIL, 2008, p. 1).

Todavia, outras legislações que substanciam um trabalho para as relações étnico-raciais são citadas nos estudos investigados. Conforme exemplificado por Marta Regina Paulo da Silva e Cleia Souza Santos (2020), a questão étnico-racial está presente nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI). As DCNEI determinam que, na elaboração das propostas pedagógicas de creches e pré-escolas, seja assegurado o “[...] reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação” (BRASIL, 2010, p. 21).

Ademais, não podemos deixar de mencionar que, logo após a homologação da Lei Nº 10.639/2003, foi instituída, em junho de 2004, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNERER) – Resolução Nº 1, de 17 de junho de 2004 (BRASIL, 2004). As DCNERER abarcam as instituições de ensino que atuam nos diferentes níveis e modalidades da educação brasileira e, em especial, as instituições que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de professores.

Após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), como sendo a “Lei maior” da educação brasileira – a discussão sobre a necessidade de valorizar-se a cultura africana e afro-brasileira bem como a indígena foram se intensificando e conseguiram se implementar como legislações, não tendo sido, porém, essas temáticas contempladas pela LDB no final do século XX. Assim, as Diretrizes Curriculares Nacionais consistem em um conjunto de normas e de procedimentos obrigatórios fundamentais para a Educação Básica, haja vista que elas atuam na orientação do planejamento escolar das instituições, auxiliando na organização, na articulação, no desenvolvimento e na avaliação de suas propostas pedagógicas. Desse modo, não podemos desconsiderar que as Diretrizes Curriculares Nacionais, ao abrangerem o âmbito da Educação Infantil, consubstanciam propostas de combate ao racismo também nessa etapa da Educação Básica.

Assim sendo, no próximo item, apresentamos os trabalhos reunidos na categoria que tratam da identidade da criança negra. É nessa fase que as crianças começam a perceber, de maneira evidente, as diferenças físicas, sociais e culturais entre os seres humanos. Identificar-se e ser identificado como negro/ negra, no início da vida escolar, tem consequências fundamentais para o desenvolvimento posterior desse sujeito, e os professores podem auxiliar na construção de uma identidade positiva nessa etapa da vida de crianças negras, bem como

estimular as crianças não negras a desenvolverem um olhar que valorize as diferenças e qualifique, de maneira positiva, a negritude e as contribuições da cultura afro-brasileira para a sociedade

### **3.3 - Construção da identidade da criança negra**

A construção da identidade de uma pessoa começa na infância e as primeiras vivências são muito significativas para a construção da autoimagem e autoestima. Em uma sociedade excludente e racista como a que vivemos, é preciso ter atenção especial para a construção da identidade da criança negra, tema abordado também em algumas pesquisas analisadas. Liliam Teresa Martins Freitas diz-nos:

A educação infantil constitui-se como a primeira etapa da educação básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança, considerando-se as dimensões física, afetiva, intelectual e social. É durante a infância que se inicia o processo de formação da identidade e o descobrimento do “eu”, onde a criança se vê permeada por referências. (FREITAS, 2016, p. 44)

Considerando essa afirmativa, podemos refletir sobre a importância de um trabalho que envolva uma representatividade positiva que leve em conta a diversidade existente para que as crianças não brancas também possam se enxergar, se valorizar e elevar a sua autoconfiança e autoestima.

Dos 27 trabalhos analisados, 12 destacam a necessidade de que os profissionais da Educação Infantil realizem esforços para que as crianças, sobretudo as negras, tenham representações que as auxiliem na construção de uma identidade positiva. Essa abordagem foi enfatizada nos seguintes trabalhos: Márcio Mucedula Aguiar, Débora Cristina Piotto e Bianca Cristina Correa (2015); Juliana de Sousa Barbosa (2018); Aline de Oliveira Braga e Maria Alice Rezende Gonçalves (2020); Leonardo Lacerda Campos e Raissa Santos Soriano (2021); Moacir Silva de Castro (2019); Josefa Jussara Assis Fernandes (2016); Liliam Teresa Martins Freitas (2016); Vanessa Ferreira Garcia e Maria Walburga dos Santos (2019); Valeska Nogueira de Lima (2019); Daniele Cristina Rosa (2014); Aretusa Santos (2018); Ellen Gonzaga Lima Souza, Lucimar Rosa Dias e Flávio Santiago (2017). Lamentavelmente, são comuns representações de pessoas negras na nossa sociedade de maneira estereotipada, subalternizada, tendo suas características fenotípicas associadas à feiura e falta de higiene. De acordo com Ana Célia Silva (2005) a presença da população negra nos livros didáticos foi marcada pela estereotipia e caricatura e quando as crianças internalizam tais representações negativas elas tendem a não gostar de si mesmas e dos outros que se lhe assemelham.

Nessa perspectiva, Nilma Lino Gomes (2003, p. 171) aponta que “[...] construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina ao negro, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo, é um desafio enfrentado pelos negros brasileiros”. Assim sendo, a formação de docentes para a educação infantil deve voltar-se para auxiliar os professores nesse processo, contribuindo para que estes possam estimular a construção de uma identidade positiva para as crianças negras, bem como fomentar a apreciação e a valorização das diferenças entre todas as crianças.

### **3.4 – O mito da democracia racial**

Nesta categoria, foram reunidos os trabalhos que evidenciaram a presença do mito da democracia racial como um desafio para o reconhecimento e o enfrentamento do racismo no contexto brasileiro e no espaço escolar. Por isso, é importante que os professores assumam o compromisso de lutar contra o racismo por meio da implementação de práticas antirracistas.

Conforme apresentado e discutido em alguns estudos analisados, para que possamos implementar uma educação antirracista, é fundamental a superação da ideia de que vivemos em uma democracia racial; afinal, não buscamos soluções para problemas que não existem. Desse modo, a negação do racismo, a consequente defesa e a afirmação da democracia racial mascaram e tendem a aprofundar ainda mais a disparidade racial existente na nossa sociedade. Essa negação da existência do racismo ainda é uma das principais características do racismo à brasileira: ambíguo, contraditório e que se afirma pela sua própria negação (MUNANGA, 2006).

No âmbito da educação infantil, a defesa dessa falsa ideia faz com que os docentes não enxerguem situações de discriminação racial tais como são. Nesse sentido, é importante destacarmos que o racismo nem sempre resulta de uma intencionalidade e que a sua presença estruturante pode nos fazer reproduzi-lo ainda que inconscientemente. Dessa forma, os diferentes atores do espaço escolar podem corroborar para o desenvolvimento de práticas discriminatórias ainda que não as percebam (CASTRO, 2019).

Assim como várias outras coisas, o racismo também é aprendido e internalizado, por nós, a partir das nossas relações, na família, na comunidade, na escola e em outros espaços pelos quais circulamos e nos relacionamos. Isso faz com que não estejamos isentos de reproduzi-lo nas nossas vivências e este reconhecimento nos provoca a sermos mais vigilantes e atuantes nas nossas práticas cotidianas, a fim de não contribuirmos para o aprofundamento das desigualdades raciais.

### **3.5 – Diferentes caminhos, novas possibilidades...**

A partir do levantamento bibliográfico realizado, evidenciou-se que é preciso termos iniciativas no sentido de incentivar, facilitar e promover o combate ao racismo nas instituições escolares, começando pela formação de professores inicial e continuada, com a produção de materiais didáticos, palestras, livros, cursos e toda forma de promoção de práticas antirracistas adequadas para cada idade. Outro ponto relevante é que novas pesquisas sejam feitas, visando, ainda, conhecer melhor como o racismo opera no cotidiano escolar, suas consequências nas inter-relações estabelecidas nesse espaço e como a comunidade escolar pode agenciar práticas antirracistas ao longo do processo formativo. Essas investigações são fundamentais no sentido de construirmos caminhos possíveis e urgentes para uma educação inclusiva, que acolha a diversidade humana como valor a ser exaltado e celebrado. É esse caminho que busquei construir com a realização da presente pesquisa, não perdendo de vista, é claro, suas potencialidades e limitações.

O racismo enquanto um problema estrutural que compromete toda a sociedade requer intervenções em nível macro trazendo respaldos legais, políticas públicas para substanciar as intervenções antirracistas, sendo estas imprescindíveis no campo da educação, que recebe crianças, adolescentes e jovens de todas as raças e classes sociais num processo formativo para a vida social. Todavia, levando em consideração a potencialidade do cotidiano, em especial no escolar, é neste nível micro que esta pesquisa se centra ao se concentrar nas discussões com educadores que estão presentes no chão das escolas. Dado isso, no próximo capítulo explicitarei os caminhos que percorri para a construção desta investigação, em seguida apresentarei a análise dos dados construídos ao longo do estudo.

## 4. CAMINHOS METODOLÓGICOS

### 4.1 - O contexto de realização da pesquisa

A cidade de Teixeira, no estado de Minas Gerais, está localizada na Zona da Mata Mineira. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2021) a estimativa de sua população em 2021 era de 11.680 habitantes.

**Imagem 1:** Localização do município de Teixeira - MG



**Fonte:** Michelin, 2022

A rede de ensino municipal é composta por 9 instituições atendendo desde a educação infantil (creche) até o final da primeira etapa do ensino fundamental (5º ano). Das 9 instituições de ensino, 8 oferecem a etapa da educação infantil, sendo que 4 exclusivas para este nível de ensino, como se vê no quadro a seguir:

**Quadro 5** - Estabelecimentos de ensino e suas modalidades de abrangência na cidade de Teixeira-MG em 2022

Nome	Modalidade de Ensino
Centro Municipal de Educação Infantil Primeiros Passos	Educação Infantil
Creche Municipal Maria Angélica	
Creche Municipal de Teixeira	
Escola Municipal da Floresta	
Escola Municipal de Roberts	Educação Infantil, Ensino Fundamental
Escola Municipal Maria Leonor Botelho	
Escola Municipal Maria Said Schettini	
Escola Municipal Professora Paula Lelis Fialho	
Escola Municipal Antônio Carlos	Ensino Fundamental

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2022.

No que tange aos profissionais que atendem os estudantes da etapa da educação infantil em 2022, a rede municipal possui 40 professores/as e 29 auxiliares de desenvolvimento infantil totalizando 69 profissionais que foram o foco desta pesquisa. A inclusão deste último grupo – auxiliares de desenvolvimento infantil – decorre do entendimento de que esses/as profissionais, ao atuarem diretamente com as crianças auxiliando-as em tarefas essenciais do cotidiano – higienização, alimentação, entre outras - exercem, bem como os professores e as professoras, um papel fundamental na formação das crianças.

No total, 25 profissionais participaram respondendo o questionário, 40 participaram da primeira oficina e 25 participaram da segunda oficina.

#### **4.2 - O caminhar da pesquisa**

O presente estudo se dividiu em duas etapas, a primeira foi a disponibilização dos questionários para que os educadores e educadoras infantis pudessem respondê-lo via formulário *on-line*. O segundo momento foi a realização de duas oficinas, *via Google Meet*, com os educadores e educadoras.<sup>8</sup>

Para realização desta pesquisa, primeiramente entrei em contato com a Secretária Municipal de Educação a fim de obter autorização para o estudo. Neste ínterim, foram realizadas, no total, 4 reuniões com a secretária de educação e suas assessoras.

Na primeira reunião, realizada em 30 de agosto de 2021 de forma *on-line* *via Google Meet*, foi feita uma primeira apresentação da proposta da pesquisa que ainda estava sendo construída. As demais reuniões ocorreram entre os meses de março, maio e junho de 2022, a fim de articular com a Secretaria de Educação, especialmente, sobre a organização e realização das oficinas, haja vista que seria necessária a participação conjunta dos educadores e educadoras para que esse momento ocorresse.

Após o aceite da Secretaria do município, contatamos 3 supervisoras e 2 supervisores que atuavam no âmbito infantil. Esse primeiro contato com esses profissionais ocorreu por mensagens de voz via *WhatsApp*<sup>9</sup> em maio de 2022. Ao todo eram 5 supervisores que atendiam essa etapa (educação infantil) que era o foco da pesquisa.

---

<sup>8</sup> Como tivemos dois grupos diferentes nas etapas desta pesquisa, foram utilizados dois Termos de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE diferentes.

<sup>9</sup> Aplicativo de mensagens instantâneas que permite enviar mensagens de texto e compartilhar outros formatos de mídia, incluindo mensagens de voz e vídeo, com indivíduos ou grupos.

Nesse primeiro contato, foi apresentada a proposta da pesquisa aos supervisores para que os mesmos ficassem a par do estudo que seria realizado, bem como também solicitá-los o agendamento de uma data para que pudéssemos nos reunir com os/as educadores/as a fim de lhes apresentar a proposta da investigação.

Dos/as 5 supervisores/as, 4 retornaram o meu contato. Em meados de junho de 2022 me encontrei pessoalmente com uma supervisora que atua em duas instituições no período da manhã, sendo que, por incompatibilidade de horário, não consegui me encontrar pessoalmente com a sua colega do período da tarde. Com os demais, o encontro presencial se mostrou inviável devido as limitações de horários dos mesmos. Também não foi possível realizar uma reunião com os/as professores/as e auxiliares de desenvolvimento infantil porque as reuniões de módulo II<sup>10</sup> estavam suspensas naquele momento.

Desde modo, foi solicitado aos/as supervisores/as, por meio de mensagens via *WhatsApp*, que apresentassem aos professores a proposta da pesquisa informando sobre o questionário que lhes seria disponibilizado. Em seguida, no mês de julho, enviamos aos/as supervisores/as via mensagem de *WhatsApp* um breve texto de apresentação da pesquisa seguido do *link* para o preenchimento do questionário pelos educadores e educadoras. Essa mensagem foi encaminhada pelos/as supervisores/as em seus respectivos grupos de *WhatsApp*, haja vista, que cada escola possuía o seu próprio grupo.

O formulário *on-line* foi criado via *Google Forms* e organizado de maneira que os participantes somente poderiam responder as questões após o preenchimento do Termo de consentimento livre e esclarecido - TCLE. O questionário era composto por 22 questões (11 perguntas abertas e 11 fechadas), sendo 13 perguntas obrigatórias e 9 opcionais.

A utilização do questionário teve como propósito conhecer o perfil dos participantes, seus pertencimentos étnico-raciais, como se veem racialmente, suas experiências iniciais com relação ao trabalho sobre relações étnico-raciais - se já realizaram algum curso de formação neste âmbito, dentre outras coisas - visando perceber a aproximação dos/as participantes com a temática investigada.

No que diz respeito à segunda etapa da pesquisa, correspondente às oficinas, conforme já mencionado, das 4 reuniões com a Secretária da Educação e suas assessoras, 3 trataram quase

---

<sup>10</sup> As Reuniões Pedagógicas, também chamadas de reuniões de Módulo II, de caráter coletivo, são de cumprimento obrigatório pelos professores e devem ser programadas pela Direção Escolar, em conjunto com os Especialistas em Educação Básica, para o desenvolvimento de temas pedagógicos, administrativos ou institucionais de forma a atender às diretrizes do Projeto Político Pedagógico. As Reuniões Pedagógicas constituem-se como um dos principais momentos para reflexão da prática pedagógica, pois apresentam um leque de oportunidades para a formação continuada e o desenvolvimento das relações interpessoais. Disponível em: <https://portaldoespecialista.educacao.mg.gov.br/reuni%C3%B5es-pedag%C3%B3gicas> Acesso em: 29 mai. 2023.

que exclusivamente sobre a articulação destas, devido à necessidade da participação conjunta dos educadores e educadoras. A ideia era utilizar os horários das reuniões de módulo II que os professores/as participam a cada 15 dias. Contudo, dada a dificuldade de unir todas as instituições para a participação conjunta em razão da reorganização dos horários de módulos, em reunião com a Secretária de Educação, nos foi proposto realizar as oficinas em duas instituições específicas que atuam exclusivamente no âmbito infantil e que concentravam juntas a maior parcela de profissionais (24 professores/as e 20 auxiliares de desenvolvimento infantil) da etapa infantil da rede de ensino.

Desde modo, a partir do intermédio da Secretaria, em junho de 2022, realizei contato direto com as duas supervisoras pedagógicas que trabalhavam nas instituições sendo que ambas atuavam nas duas escolas, uma no período da manhã e outra no período da tarde. Assim, conseguimos nos articular para a realização das oficinas. Por sugestão das supervisoras, as datas escolhidas foram 5 e 19 de setembro, às 19h:00min. Como já havia sido estabelecido desde a construção do projeto, devido às incertezas ocasionadas pela vigência da pandemia do Coronavírus - Covid-19 - as oficinas ocorreram virtualmente pela plataforma *Google Meet* e, mediante a concordância dos participantes, foram gravadas para serem analisadas posteriormente.

#### **4.3 - Todo ponto de vista é a vista de um ponto: explicitando as lentes que me guiaram**

Antes de trazer as reflexões acerca dos dados construídos nesta pesquisa é imprescindível explicitar as bases que nos fundamentaram desde o início de nossa caminhada, elucidando as lentes que direcionaram o nosso olhar nessa investigação.

Fundamentado no Construcionismo Social, o presente estudo é de caráter qualitativo. A perspectiva Construcionista Social, nesta pesquisa, possibilitou que a pesquisadora se colocasse em uma posição de horizontalidade com os sujeitos da pesquisa, entendendo que estes não são objetos, mas sim produtores de conhecimentos válidos para aquele grupo pesquisado.

Assim, partir dos pontos positivos existentes nas proposições antirracistas dos educadores infantis, enaltecendo o que tem dado certo, viabilizaria ao grupo propor medidas para construção e/ou continuidade dessas propostas. Desse modo, podemos dizer que buscamos proporcionar ao grupo uma autorreflexão coletiva, levando-os a entender e repensar, de maneira mais aprofundada, as suas práticas no cotidiano escolar, a fim de que pudessem articular propostas que atendiam às suas necessidades.

Ancorada na proposta construcionista social de que as pessoas produzem sentidos a partir da relação com o outro, focamos nas construções positivas produzidas coletivamente pelo grupo, pois a perspectiva construcionista pressupõe que os sujeitos da pesquisa falem por si próprios (GERGEN, K.; GERGEN, M., 2010).

Para Laura Vilela e Souza, Sheila McNamee e Manoel Antônio dos Santos (2010) “As pessoas sempre têm que coordenar suas ações de modo que a realidade construída possa ser validada dentro de cada contexto de produção” (SOUZA; MCNAMEE; SANTOS, 2010, p. 599). Deste modo, foi levado em consideração a produção daquele grupo, em seu contexto, focando nas ações validadas por aqueles sujeitos como sendo úteis em suas práticas.

Assim, buscamos apreciar os pontos positivos, no caso desse estudo, identificando e destacando as forças e os recursos empregados ou possíveis de serem implementados pelos educadores a fim de combater o racismo presente no cotidiano escolar. Ademais, levando em conta nosso compromisso ético e político, faremos apontamentos acerca das barreiras identificadas para a promoção de uma educação antirracista a fim de que as mesmas possam ser sanadas.

O material de análise dessa pesquisa consistiu nos questionários e nos materiais produzidos ao longo das oficinas que foram gravadas para serem analisadas posteriormente.

Para a análise dos dados foi utilizada a Análise Temática – AT, um método qualitativo adotado para identificar, analisar, interpretar e relatar padrões, ou seja, temas, dentro de dados. Em suma, o referido método, “sistematiza e descreve de forma detalhada um conjunto de dados para além de permitir ao pesquisador interpretar diferentes aspectos do tema de pesquisa” (RESES; MENDES, 2021, p. 15).

Deste modo, nos propomos a realizar uma análise temática com uma abordagem reflexiva. Os temas foram identificados buscando, inclusive, as latências, isto é, indo além do que foi dito. Ademais, dado ao viés Construcionista Social desse estudo, vislumbramos os sujeitos bem como suas experiências enquanto construções sociais que extrapolavam suas esferas individuais.

De acordo com as fases identificadas por Virginia Braun e Victoria Clarke (2006) seguimos este caminho proposto para a análise dos dados: Primeiramente foi realizada a familiarização com os dados, sendo feita a leitura e releitura dos mesmos, seguida de anotações que foram consultadas mais adiante durante momentos posteriores da análise. Em seguida, criamos códigos iniciais extraindo os dados mais relevantes.

Para a procura de temas, os códigos foram analisados considerando de que forma os diferentes códigos poderiam se combinar a fim de formar um tema abrangente. Em seguida, os

possíveis temas foram revisados de maneira a perceber se os mesmos funcionavam de fato ou não. Esse foi o momento de reorganizar e/ou eliminar temas de acordo com as necessidades identificadas. Logo em seguida, foram definidos e nomeados os temas. Por fim, foi o momento de relatar sobre os temas, construir uma narrativa analítica, refletir sobre os dados, contextualizando-os em relação as literaturas já existentes

Como a presente pesquisa se concentrou em dois momentos, inicialmente discutiremos sobre as construções produzidas a partir das respostas dos questionários. Em seguida, faremos apontamentos acerca das oficinas para que por fim, possamos estabelecer uma relação entre ambos.

## 5. ENTRE CONSTRUÇÕES, DESCONSTRUÇÕES E RECONSTRUÇÕES: O QUE NOS DIZEM OS QUESTIONÁRIOS?

Antes de iniciarmos a discussão dos dados produzidos, é importante informar que quando apresentamos as respostas dos educadores/as, tal como escreveram no questionário, elas se encontram entre aspas e em itálico. Houve algumas perguntas que não foram respondidas por todos os/as participantes e não insistimos no envio dessas respostas.

### 5.1 – O perfil dos/as educadores/as

As sete perguntas iniciais do questionário tinham como foco conhecer o perfil dos/as participantes. Dos 40 professores/as de educação infantil e 29 auxiliares de desenvolvimento infantil atuantes na rede, obtivemos as respostas de 20 professoras, 1 professor e 3 auxiliares de desenvolvimento infantil. Além disso, 1 supervisora também respondeu o questionário, totalizando 25 participantes.

Conforme veremos no quadro a seguir, dos vinte e cinco educadores, vinte e quatro são mulheres e apenas um é homem, sendo esse último o professor de educação física. Com relação à raça/cor, dos 25 participantes 14 se autodeclararam brancos, 9 pardas, 1 preta e 1 amarela.

Em relação às educadoras que se autodeclararam pardas, vale ressaltar que o pardo ocupa um local considerado de fronteira ora mais próximo da branquitude, ora mais próxima à categoria preta. No nosso país, o número de pessoas que se reconhecem como pardas é bem superior aquelas que se dizem pretas. Apesar de sermos um país negro, a identificação com o termo preto ainda traduz processos de um trabalho que precisa ser feito no que tange aos nossos pertencimentos raciais de fato.

Em relação à faixa etária, apenas uma tem 28 anos de idade, onze têm entre 30-39 anos, oito entre 40-49 anos e cinco entre 50-60 anos de idade.

**Quadro 6 - Perfil dos/as participantes**

<b>NOMES FICTÍCIOS<sup>11</sup></b>	<b>IDADE</b>	<b>RAÇA/COR</b>	<b>CARGO</b>
Fernanda Adriana Caparica Pinheiro	34 anos	Preta	<b>Auxiliar</b>
Ágatha Felix	37 anos	Parda	Professora
Emily Victoria da Silva	42 anos		Professora
Alice Pamplona da Silva de Souza	37 anos		Professora

<sup>11</sup> Por se tratar de um estudo que discute sobre educação, infância e racismo optamos por prestar uma singela homenagem às crianças que tiveram suas vidas precocemente ceifadas devido a letalidade do racismo presente em nossa sociedade. O intuito é fazer com que, apesar de suas breves vidas, elas não sejam esquecidas. Desde modo, os educadores/as foram nomeados com nomes de crianças, adolescentes e jovens negros/as que foram vítimas fatais da violência que assola a vida de pessoas negras e indígenas no Brasil.

Ana Vitória da Silva Rodrigues	28 anos		<b>Supervisora</b>
Mirella do Carmo Barreto	48 anos		Professora
Adrielly dos Santos Vieira	34 anos		Professora
Maria Vitória dos Santos Barros	35 anos		Professora
Ana Clara Gomes Machado	38 anos		Professora
Kathlen Romeu	46 anos		Professora
Maria Eduarda Alves da Conceição	42 anos	Amarela	Professora
Rebecca Beatriz Rodrigues Santos	45 anos	Branca	Professora
Maria Alice de Freitas Neves	38 anos		<b>Auxiliar</b>
Rayane Lopes	51 anos		Professora
Anna Carolina de Souza Neves	60 anos		Professora
Jenifer Gomes	41 anos		Professora
Ketellen Umbelino de Oliveira Gomes	40 anos		Professora
Alana Ezequiel	37 anos		Professora
Júlia Andrade de Carvalho	36 anos		<b>Auxiliar</b>
Ana Beatriz Duarte de Sá	35 anos		Professora
Samara Gonçalves	50 anos		Professora
Vanessa dos Santos	58 anos		Professora
Emilly Sofia Neves Marriel	43 anos		Professora
Shayene Santos	53 anos		Professora
Miguel Otávio de Santana	39 anos		Professor

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2022.

A partir desses dados, notamos a forte presença feminina no âmbito da educação infantil. No que tange à feminização do trabalho na educação infantil, Glenda Felix Oliveira e João Diogenes Ferreira dos Santos destacam que “embora muitos avanços tenham sido alcançados, ainda há muito a ser feito para que o trabalho com crianças seja desvinculado das qualidades femininas e atributos maternos” (2019, p.404). Os mesmos também enfatizam a importância de qualificação para atuação nesse âmbito.

Nesse sentido, no que diz respeito à formação dos educadores/as que participaram deste estudo, entre os professores/as: 1 possui Magistério, 1 Magistério e Normal Superior, 2 são graduadas em Educação Infantil, 7 são graduadas em Pedagogia, 1 em Educação Física, 2 em Educação Especial e 5 possuem duas formações de nível superior. Vale ressaltar que 2 professoras não especificaram a sua área de formação. Em suma, o grupo de participantes é composto por pessoas com nível superior, em sua maioria, logo, é esperado que tenham uma formação para lidar com as diversidades e promover a educação integral das crianças, respeitando as diferenças e combatendo os preconceitos.

Em relação às 3 auxiliares de desenvolvimento infantil, 1 possui graduação em Educação Infantil e 2 possuem o nível médio completo – escolaridade mínima exigida para o cargo – sendo que uma delas está cursando licenciatura em Física. Ademais, a supervisora, que também respondeu o questionário, possui graduação em Pedagogia.

Dos/as 25 educadores/as, 17 possuem Pós-graduação *lato sensu*, conforme pode ser observado no quadro abaixo.

**Quadro 7 - Nível de formação dos/as educadores/as**

Nome	Formação/ graduação	Pós graduação lato-sensu	Cargo	
Ágatha	Magistério e Normal Superior	Sim	Professora	
Emily Victoria	Educação Infantil		Professora	
Rebecca Beatriz	Educação Especial		Professora	
Anna Carolina	Educação Especial		Professora	
Ketellen Umbelino	Educação Infantil e Ciências Sociais		Professora	
Alice	Pedagogia e Letras		Professora	
Adrielly	Pedagogia		Professora	
Ana Beatriz	Pedagogia		Professora	
Samara	Magistério		Professora	
Emilly Sofia	Pedagogia		Professora	
Maria Vitória	Pedagogia e Educação Infantil		Professora	
Ana Clara	Pedagogia		Professora	
Shayene	Pedagogia		Professora	
Kathlen Romeu	Pedagogia e História		Professora	
Maria Alice	Educação Infantil		<b>Auxiliar</b>	
Jenifer	<b>Não respondeu</b>		Professora	
Mirella	<b>Não respondeu</b>		Professora	
Rayane	Pedagogia		Não	Professora
Alana	Pedagogia e Magistério			Professora
Vanessa	Pedagogia	Professora		
Maria Eduarda	Educação Infantil	Professora		
Miguel Otávio	Educação Física	Professor		
Júlia	Ensino Médio Completo	<b>Auxiliar</b>		
Fernanda Adriana	Médio Completo e Licenciatura em Física (Graduação em andamento)	<b>Auxiliar</b>		
Ana Vitória	Pedagogia	<b>Supervisora</b>		

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2022.

No que diz respeito ao tempo de experiência desses/as educadores/as na etapa da educação infantil, nove têm entre 4 meses e 5 anos de experiência, quatro têm entre 8-10 anos, dez têm entre 12-20 anos e duas educadoras declararam ter mais de 20 anos de experiência, sendo que uma possui 22 anos e a outra 24 anos. Conforme pode ser visto no quadro a seguir:

**Quadro 8 – Tempo de experiência dos/as educadores/as na educação infantil**

Nome	Tempo de experiência	Cargo
Adrielly	4 meses	Professora
Ana Vitória	6 meses	<b>Supervisora</b>
Emilly Sofia	2 anos	Professora
Júlia		<b>Auxiliar</b>
Anna Carolina	3 anos	Professora
Maria Alice		<b>Auxiliar</b>
Maria Eduarda	4 anos	Professora
Fernanda Adriana		<b>Auxiliar</b>
Ana Clara	5 anos	Professora
Maria Vitória		Professora
Rebecca Beatriz	8 anos	Professora
Jennifer		Professora
Alice		Professora
Samara	12 anos	Professora

Rayane		Professora
Emily Victoria	14 anos	Professora
Ana Beatriz		Professora
Ketellen Umbelino	15 anos	Professora
Kathlen Romeu		Professora
Alana		Professora
Mirella	17 anos	Professora
Ágatha		Professora
Miguel Otávio		Professor
Shayene	22 anos	Professora
Vanessa	24 anos	Professora

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2022.

Apesar do grupo apresentar, majoritariamente, formação em nível superior na área da educação e do tempo de experiência no âmbito infantil, quando perguntado/as se já receberam formação para trabalhar as relações étnico-raciais e/ou para desenvolver uma educação antirracista, apenas as professoras Emily Victória e Jennifer relataram ter recebido, e aprendido muito em ambas formações. Sobre as Leis 10.639 e 11.645, 5 professoras mencionaram que conheciam muito as duas leis sendo elas: Agatha, Rebecca, Alana, Ana Beatriz e Shayene. Ademais, as educadoras Adrielly e Emily Victoria conheciam muito apenas a Lei 10.639, tendo já ouvido falar da Lei 11.645.

Em ambas situações, é possível observarmos que os fatores idade, tempo de experiência e formação de nível superior, no caso das professoras, não se apresentaram como itens determinantes tanto em relação à formação para trabalhar as relações étnico-raciais e desenvolver uma educação antirracista, quanto para o conhecimento das legislações.

As auxiliares de desenvolvimento infantil Maria Alice e Júlia disseram que não conhecem as Leis. Apenas a auxiliar Fernanda, que está cursando licenciatura em Física, relatou ter ouvido falar a respeito das Leis 10.639 e 11.645. No que tange a formação para trabalhar as relações étnico-raciais e para desenvolver uma educação antirracista, somente a educadora Maria Alice, que possui graduação em Educação Infantil, mencionou ter recebido e aprendido pouco.

A supervisora Ana Vitória, graduada em Pedagogia, relatou em suas respostas que já ouviu falar de ambas Leis. A educadora também mencionou que nunca recebeu formação para trabalhar as relações étnico-raciais e que, apesar de já ter recebido formação para desenvolver uma educação antirracista, não se lembra do conteúdo.

Um ponto que nos chama a atenção é a ausência de formação para trabalhar as relações étnico-raciais e para o desenvolvimento de uma educação antirracista. No que diz respeito à primeira, 17 educadores/as mencionaram nunca ter recebido formação, 5 educadoras receberam e aprenderam pouco e 1 disse que recebeu, mas não se lembra do conteúdo. Já em relação à

segunda, 11 educadoras disseram que nunca receberam, 10 receberam e aprenderam pouco e 2 disseram que receberam, mas que não se lembram do conteúdo.

A partir desses dados, podemos inferir que apesar dos 20 anos de vigência da Lei 10.639 e dos 15 anos da Lei 11.645 e de sua obrigatoriedade, ambas ainda são pouco conhecidas pelos/as educadores/as participantes deste estudo. Essas Leis tratam sobre o ensino de história e cultura afro-brasileira bem como o ensino da história e cultura indígena.

Mesmo em um grupo diverso em relação à idade, nível de formação e tempo de experiência, podemos notar que há certa ausência de discussões acerca da temática étnico-racial com esses/as profissionais. Nesse sentido, vale destacar que esse é um movimento necessário para a promoção de uma educação antirracista, sendo que esta deve ser promovida independentemente da origem étnico-racial dos/as estudantes.

Em relação à composição das turmas dos/as educadores/as participantes, de um total de 334 crianças atendidas apenas 47 foram consideradas, por eles/as, negras. Três educadores/as relataram não ter nenhum estudante negro em sua turma. Vale destacar, contudo, que não conseguimos obter as respostas de todos/as os/as participantes, de modo preciso – alguns deixaram de preencher o número de estudantes negros e isso, com certeza, impactou nos números finais. Por isso, buscamos por dados que pudessem elucidar o perfil étnico-racial dos estudantes da educação infantil do município.

Por intermédio da Secretaria Municipal de Educação da cidade, conseguimos obter, das instituições de ensino infantil, informações acerca da declaração étnico-racial realizada pelos próprios responsáveis dos/as alunos/as pretos/as e pardos/as no momento da matrícula. Tais dados podem ser observados no quadro a seguir.

**Quadro 9** - Número de estudantes declarados pardos e pretos matriculados na educação infantil do município de Teixeira – MG

Nome da Escola	Pardos	Pretos	Total de alunos negros
1. Centro Municipal de Educação Infantil Primeiros Passos	123	23	146
2. Creche Municipal Maria Angélica	16	2	18
3. Creche Municipal de Teixeira	32	8	40
4. Escola Municipal da Floresta	9	1	10
5. Escola Municipal de Roberts	7	1	8
6. Escola Municipal Maria Leonor Botelho	16	9	25
7. Escola Municipal Maria Said Schettini	91	8	99
8. Escola Municipal Professora Paula Lelis Fialho	15	3	18
<b>Total de alunos negros no município</b>	<b>309</b>	<b>55</b>	<b>364</b>

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2023.

De acordo com a Secretaria de Educação do município o número total de estudantes matriculados na etapa da educação infantil da rede é de 506 crianças, sendo que dessas 364 são

negras (pretas e pardas). Isso demonstra o quanto há uma prevalência de alunos/as negros/as no âmbito infantil na cidade, correspondendo a bem mais da metade do público total atendido.

Algumas escolas têm mais estudantes negros. Uma delas, a que possui o maior número de alunos/as negros/as, está entre as escolas cujos profissionais participaram das oficinas durante a segunda etapa desse estudo. Essa instituição está situada próxima a área central da cidade e por isso, é uma das escolas infantis mais requisitadas do município.

É preciso demarcar que não podemos perder de vista que a educação antirracista é um direito de todas as crianças e não deve ser promovida apenas em classes onde há crianças negras.

Além disso, embora também tenhamos identificado que, dentre os/as participantes da pesquisa, apenas uma educadora se autodeclarou como preta, vale ressaltar que o racismo é um problema de todos e que deve ser combatido por todos. A proposta de uma educação antirracista não é uma exclusividade de educadores/as negros/as, ela deve estar presente no trabalho de todos os educadores e educadoras. Todos os/as educadores/as têm o dever de ofertá-la, bem como todas as crianças têm o direito de recebê-la independentemente da origem étnico-racial dos referidos, e atualmente, no Brasil, esta oferta está embasada por legislações como as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008.

A Lei N° 10.639/2003 diz que: “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira” (BRASIL, 2003, p. 1). Do mesmo modo, de acordo com a Lei N° 11.645/2008: “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena” (BRASIL, 2008, p. 1). Ademais, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) determinam que, na elaboração das propostas pedagógicas de creches e pré-escolas, seja assegurado o “[...] reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação” (BRASIL, 2010, p. 21).

Tais legislações enfatizam a necessidade de que a história das culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas estejam nas salas de aula desde a educação infantil, bem como o combate ao racismo e à discriminação. Dado isso, buscamos conhecer quais têm sido as experiências dos/as educadores/as infantis de Teixeira em relação ao racismo e à educação antirracista.

## **5.2 - Das experiências de racismo à educação antirracista... O que nos dizem os/as 25 educadores/as participantes?**

O primeiro passo para se combater o racismo é reconhecer a existência dele, entendendo-o como um problema que carece de atenção e solução. Assim, compreendendo a importância de reconhecer situações de racismo, tanto dentro quanto fora do espaço escolar, foi feita a seguinte pergunta: Você já sofreu e/ou presenciou alguma situação de racismo? Como os educadores/as poderiam marcar mais de uma alternativa, obtivemos, 37 respostas.

As professoras Kathlen e Jennifer relataram já ter sofrido situações de racismo na escola. Já a professora Emily Victória e a auxiliar Fernanda mencionaram ter sofrido racismo fora do ambiente escolar. Todavia, a professora Jennifer, que relatou ter sofrido racismo dentro da escola, se autodeclarou como uma mulher branca, o que demonstra uma falta de compreensão do que significa o racismo.

Sobre já ter presenciado situações de racismo com outras pessoas, dos/as 25 participantes, obtivemos um total de 21 respostas afirmativas, desse total 6 professoras mencionaram ter presenciado o racismo tanto dentro quanto fora da escola, 3 educadoras ( 1 professora, 1 auxiliar e 1 supervisora) relataram terem presenciado situações de racismo somente dentro da escola e outros/as 6 educadores/as destacaram que já presenciaram situações de racismo apenas fora da escola (2 auxiliares, 3 professoras e 1 professor). Isso demonstra o quanto tal violência ainda se faz fortemente presente em nossa sociedade.

Dentre as educadoras que presenciaram situações de racismo em ambos espaços tivemos 3 pardas e 3 brancas, das que presenciaram apenas na escola temos 1 preta, 1 parda e 1 branca, já entre os/as que presenciaram apenas fora da escola temos 1 parda e 5 brancos/as.

Chama atenção que, embora em um grupo tão pequeno, 15 dos/as 25 participantes já percebeu situações de racismo, seja fora, seja dentro de um ambiente escolar, o que revela o quanto estas situações ainda são visíveis na nossa sociedade. Do grupo de educadores/as que já presenciaram situações de racismo havia 6 negras (5 pardas e 1 preta) e 9 brancos/as. Como o estudo tem uma maioria branca, é esperado que não tenham vivenciado situações de racismo, mas é notório que estas situações não passaram despercebidas a este público.

Por outro lado, obtivemos 12 respostas de educadoras que nunca sofreram nem presenciaram racismo dentro e/ou fora da escola. Dentre essas, as professoras Alana e Ana Clara mencionaram que nunca sofreram e nem presenciaram situações de racismo tanto dentro quanto fora da escola. As professoras Rebecca, Anna Carolina, Adrielly, Mirella e Maria Eduarda relataram nunca ter sofrido e nem presenciado situações de racismo dentro da escola.

Já as professoras Ágatha, Ana Beatriz e Vanessa mencionaram que nunca sofreram e nem presenciaram situações de racismo fora da escola. Desse total de 10 educadoras temos, 5 brancas, 4 pardas e 1 amarela.

Essas afirmações nos levam a questionar se tais alegações seriam, de fato, falta de vivência desta realidade (o que seria ideal) ou fruto de uma ausência de sensibilidade para identificar situações de racismo.

O racismo está enraizado em nosso tecido social, por isso nem sempre é fácil identificar a presença dele em nossas relações cotidianas, fazendo com que diversas situações possam ocorrer sem que sejam percebidas. Devido a isso, é fundamental que haja o Letramento Racial da sociedade no geral.

Segundo Carla Jeany Duarte Braúna, Davison da Silva Souza e Zélia Maria Lemos Andrade Sobrinha:

O Letramento Racial é uma ferramenta que nos ajuda a perceber como a raça opera na sociedade brasileira, ou seja, é uma prática de leitura do mundo em que podemos perceber os privilégios que a branquitude detém e mantém, e as barreiras impostas às populações negras. Diante disso, necessitamos pensar o branco como raça e debater essa raça como mantenedora do sistema racial. Faz parte do Letramento Racial ler a branquitude como um grupo racial que mantém seus privilégios a partir da opressão de outro grupo. (BRAÚNA; SOUZA; ANDRADE SOBRINHA, 2022, p. 7)

Neste sentido, o Letramento Racial nos possibilita observar, por exemplo, quem são a maioria das pessoas em cargos de poder e, em contrapartida, quem são aqueles que estão em cargos e posições socialmente considerados subalternos. Dado o grau de naturalização do racismo no nosso cotidiano, não é incomum que as pessoas enxerguem tais situações com naturalidade.

Após esta questão sobre as experiências de racismo, os/as participantes podiam, opcionalmente, justificar sua resposta e duas delas o fizeram: *“Já presenciei situações adversas, e senti que já sofri discriminação por ter o cabelo crespo, apesar de ser branca.”* (Rayane, 2022). Essa primeira afirmativa demonstra a necessidade de um melhor entendimento sobre o colorismo e o que é ser negro. A miscigenação brasileira, fruto de violências contra mulheres negras e indígenas e a eugenia, dificulta, por vezes, que os sujeitos reconheçam o seu pertencimento étnico-racial, o que tende a fazer com que pessoas negras de pele mais clara possam ser “toleradas” pela branquitude. De acordo com Tainan Maria Guimarães Silva e Silva,

[...]o colorismo apresenta-se como mais uma faceta de discriminação racial e, ainda que não seja possível mensurar e comparar as discriminações raciais existentes, trata-se de um tipo discriminatório extremamente cruel e violento. Tem o intuito de estabelecer uma desagregação inter-racial, inclusive. (SILVA, 2017, p. 13)

A presença deste mecanismo cruel pode gerar, em pessoas negras de pele clara uma sensação de não lugar, sendo, por vezes, consideradas “brancas demais” para serem negras ou “negras demais” para serem brancas. Contudo, tendo em vista a opressão racista, é comum que pessoas negras de pele clara tenham dificuldade de se denominar como tal, afinal ser negro em um país racista implica em sofrer discriminações de toda ordem, tendo inclusive menor expectativa de vida.

Ter uma pele clara não é suficiente para escapar ao racismo. De acordo com a resposta apresentada pela educadora, vemos que qualquer indício de descendência negra pode ser usado para diminuir e desqualificar pessoas que o apresentem. Aliás, em se tratando de uma pesquisa cuja maioria de participantes é do sexo feminino, não surpreende que o cabelo seja um referente importante em uma sociedade racista, que tem, especialmente nos cabelos das mulheres, delimitado de maneira bastante visível e marcante o que é considerado belo e adequado desde os primeiros anos de vida. Mesmo uma mulher branca sabe que os cabelos crespos não são aceitos e há uma infinidade de produtos cuidadosamente preparados para esconder ou minimizar a aparência de uma possível herança genética negra.

A segunda resposta: *“Sofria racismo quando era pequena por ser muito branca.”* (Jenifer, 2022) deixa muito evidente a incompreensão de que pessoas brancas não sofrem racismo. Nunca houve situações de exclusão, preconceito e dominação de pessoas negras sobre brancas, no contexto brasileiro. O racismo é estrutural e está presente em todas as relações, na nossa sociedade. Trata-se de uma lógica de racialização que hierarquiza seres humanos, dividindo-os em raças superiores e inferiores, fundamentando e perpetuando uma série de exclusões e violências vivenciadas por pessoas negras e indígenas que, devido às suas características fenotípicas, são colocadas em uma posição de subalternidade social. Tais exclusões e violências não acometem pessoas brancas, haja vista que dentro dessa lógica racializada, as mesmas ocupam uma posição de superioridade social.

Logo, seguindo essa lógica de relação de poder, embora uma pessoa branca possa ser criticada em função de sua cor, isso não constitui racismo, que acomete todo um grupo de pessoas com as mesmas características e afeta suas vidas do ponto de vista social, cultural, escolar, profissional e econômico. No entanto, esta resposta foi muito importante para esta pesquisa, demonstrando nitidamente o quanto esta temática ainda é incompreendida pela população e, neste caso, por uma professora da educação infantil, isto é, alguém responsável pela formação inicial de centenas de crianças e que, precisa, urgentemente, conhecer o que é racismo e seus nefastos efeitos sobre as pessoas. Dizer que pessoas brancas sofrem racismo é invisibilizar a opressão que sofrem pessoas negras no Brasil, é desconhecer os efeitos de se

viver numa sociedade cujo preconceito é estrutural, o que só desqualifica e fragiliza a luta por uma educação e sociedade antirracistas.

Após conhecer um pouco sobre as experiências de racismo dos/as educadores/as, a fim de proporcionar mais reflexões sobre a temática racial, buscamos compreender o racismo e a educação antirracista a partir do olhar desses/as profissionais.

### 5.3 - O racismo e a educação antirracista na perspectiva dos/as educadores/as infantis

O entendimento do que é, de fato, o racismo compreendendo a forma como ele operacionaliza as nossas relações cotidianas, consiste em um ponto crucial para que possamos combatê-lo inclusive nas instituições escolares. Dado isso, buscamos compreender o que os/as educadores/as participantes entendem por racismo. Como nem todos os/as educadores/as responderam essa questão, as 22 repostas obtidas estão listadas abaixo:

**Quadro 10 – O racismo na perspectiva das educadoras infantis**

<b>Educador(as)</b>	<b>Resposta</b>
1 - Ágatha	<i>“Preconceito ou discriminação na diversidade entre as pessoas.”</i>
2 - Emily Victória	<i>“É uma forma de preconceito, discriminação contra alguma pessoa pelo fato de não pertencer a um mesmo grupo, seja com relação a cor da pele, religião, gênero, costumes, etc.”</i>
3 - Rebecca Beatriz	<i>“Não aceitação de sua cor ou do outro.”</i>
4 - Maria Alice	<i>“Preconceito por causa da cor”</i>
5 - Rayane	<i>“Discriminação por cor, de características ligadas ao negro, cabelo, sexualização dos corpos.”</i>
6 - Anna Carolina	<i>“Forma de discriminação que leva em conta a raça.”</i>
7 - Jenifer	<i>“Agressão devido à raça, crença ou etnia.”</i>
8-Ketellen Umbelino	<i>“Uma violência sofrida pelos negros.”</i>
9 - Alice	<i>“Tratar outra pessoa de forma diferente por causa de sua cor, raça, religião, ou outra coisa.”</i>
10 - Alana	<i>“Preconceito, discriminação por parte de um indivíduo, comunidade ou instituição contra uma pessoa.”</i>
11 - Adrielly	<i>“É uma forma de discriminação.”</i>
12 - Júlia	<i>“Discriminação a uma raça.”</i>
13-Fernanda Adriana	<i>“O ato de discriminar outra etnia.”</i>
14 - Ana Beatriz	<i>“Preconceito contra cor, raça, etnia...”</i>
15 - Samara	<i>“Preconceito a cor.”</i>
16 - Vanessa	<i>“Não respeitar cor, raça, deficiência das pessoas.”</i>
17 - Ana Vitória	<i>“Ações discriminatórias em relação a “cor/raça ” de uma pessoa.”</i>
18 - Mirella	<i>“Atitudes desumanas por causa da cor.”</i>
19 - Emilly Sofia	<i>“Preconceito, violência.”</i>
20 - Ana Clara	<i>“Ideia equivocada de diferenças externas e corporais entre seres humanos, manifestação de superioridade.”</i>
21 – Shayene	<i>“Preconceito exagerado contra pessoas pertencentes a uma raça diferente, geralmente considerada inferior.”</i>

22 - Maria Eduarda	“Na minha opinião racismo está ligado ao preconceito considerando as características de uma pessoa como a cor da pele o cabelo entre outras.”
--------------------	---

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2023

Pelas respostas, é possível observarmos que a origem étnico-racial das participantes não impactou de maneira direta no conteúdo de suas respostas, porém das 12 educadoras que elaboraram respostas maiores e, até mesmo, mais completas, 1 era amarela, 5 brancas e 6 pardas, sendo elas: Ágatha, Emily Victória, Rayane, Anna Carolina, Ketellen Umbelino, Alice, Alana, Ana Victória, Mirella, Ana Clara, Shayene e Maria Eduarda.

Das 22 educadoras que responderam essa questão, 15 utilizaram termos como: preconceito e/ou discriminação, sendo que uma delas, apesar de não usar a palavra discriminação, traz a ideia, enfatizando o tratamento diferente dado às pessoas devido à sua origem étnico-racial (Alice - Resposta 9). As respostas das educadoras Jenifer e Ketellen trazem termos como violência e agressão devido a cor/raça; Já Rebecca cita a não aceitação da própria cor ou da cor do outro, levando um problema estrutural para uma esfera individual. Em outras respostas, são citados ainda o não respeito, as atitudes desumanas e a questão da superioridade.

Os temas da desumanização e a ideia de superioridade são cruciais para discussões sobre o racismo e o entendimento da forma como ele atua nas nossas relações. Todavia, para compreender, de fato, como o racismo estrutura a nossa sociedade é fundamental identificar: Quais são as pessoas desumanizadas? São grupos de pessoas? Quais são esses grupos? Como funciona a noção de superioridade? Qual grupo é visto em uma posição de superioridade? E de inferioridade?

A partir das respostas das educadoras, podemos observar certa dificuldade em nomear quais são os grupos de pessoas que sofrem racismo. Das 22 respostas obtidas, apenas Rayane e Ketellen explicitaram o racismo como sendo violência, discriminação que acomete especificamente pessoas negras. Vale destacar que a identificação de quais são as pessoas que sofrem racismo também faz parte do entendimento do que é racismo. Outro ponto relevante a ser destacado é que Rayane diz: “*Discriminação por cor, de características ligadas ao negro, cabelo, sexualização dos corpos.*”, resposta que está em conformidade com o seu relato anteriormente exposto em que, ao relatar sobre suas experiências em relação ao racismo, a referida afirma que, apesar de ter a pele clara, já sentiu que sofreu discriminação por ter o cabelo crespo.

Algumas respostas foram abrangentes abordando também, para além das características fenotípicas, questões como religião e costumes, que de fato contribuem para que as pessoas sejam discriminadas. Essas discriminações ocorrem devido a tais religiões e costumes serem

originalmente pertencentes a grupos humanos que são colocados em uma posição de subalternidade social, isto é, pessoas negras e indígenas, já que outras religiões e culturas não sofrem o mesmo tipo de discriminação no Brasil, como é o caso de espíritas, judeus, muçulmanos, budistas, entre outros, que vem de grupos sociais valorizados e reconhecidos socialmente.

Compreender quais são os grupos humanos vitimados pelo racismo contribui significativamente para que não haja um entendimento equivocado sobre o mesmo. O racismo atinge a todos, contudo, ele impacta diferenciadamente os diferentes grupos humanos. É preciso compreender o recorte racial para que se reconheça os prejuízos sociais que o racismo acarreta na vida de pessoas negras e indígenas.

Partindo da premissa que os/as educadores/as devem ser os primeiros agentes de uma educação antirracista, visamos conhecer o que os participantes pensavam a respeito.

Sobre isso, quando questionados/as acerca do que é uma educação antirracista, 22 educadoras responderam, sendo que 1 declarou ser uma pergunta “difícil de responder”. Assim sendo, construímos quatro temas centrais, que foram identificados a partir das respostas das participantes, para serem discutidos. Vale destacar que 2 educadoras deram, praticamente, a mesma resposta sendo que ambas respostas se encaixavam em mais de um tema conforme pode ser visualizado nas transcrições das respostas a seguir.

### **Grupo 1: A educação antirracista como uma forma de combate ao racismo**

As respostas inclusas neste grupo abordam a educação antirracista como uma forma de combater, lutar contra o racismo. Para a composição desse primeiro grupo foram elencadas as respostas de 9 educadoras, conforme o quadro abaixo:

**Quadro 11 - A educação antirracista como uma forma de combate ao racismo**

<b>Educador(as)</b>	<b>Resposta</b>
1 – Emily Victoria	<i>“É uma forma de combater e enfrentar o racismo e a exclusão escolar, pois é na escola onde as crianças constroem os seus primeiros aprendizados sobre a vida”.</i>
2 – Anna Carolina	<i>“Ensinar as pessoas a se defender, lutar contra o racismo.”</i>
3 – Alana	<i>“A educação antirracista é aquela que combate toda e qualquer expressão de racismo na escola e no território, reconhece e valoriza as várias contribuições passadas e atuais, em todas as áreas do conhecimento humano, de africanos e afro-brasileiros para o Brasil e o mundo.”</i>
4 – Adrielly	<i>“É aquela que ativamente combate toda e qualquer expressão de racismo na escola e no território, reconhece e valoriza as várias contribuições passadas e atuais, em todas as áreas do conhecimento humano, de africanos e afro-brasileiros para o Brasil e o mundo.”</i>
5 – Fernanda Adriana	<i>“Um misto de não ser racista e combater o racismo.”</i>

6 – Ana Beatriz	“Educação contra o racismo.”
7 – Mirella	“É uma forma de combater o racismo.”
8 – Kathlen Romeu	“Que combate toda e qualquer expressão de racismo.”
9 – Ana Clara	“Educar contra o racismo.”

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2023.

Neste grupo estão inclusas as respostas de 8 professoras com formação em nível superior e 1 auxiliar, sendo que esta última está cursando licenciatura em Física. Das 9 respostas apresentadas, 6 são de educadoras negras (5 pardas e 1 preta) demonstrando que para essas educadoras a educação antirracista pode ser vislumbrada como um mecanismo de luta contra o racismo.

Anna Carolina, uma educadora branca, por sua vez fala da educação antirracista como uma forma de se defender do racismo dizendo: “Ensinar as pessoas a se defender, lutar contra o racismo.”, uma forma de compreensão que coloca a vítima como a responsável por uma educação antirracista. Entretanto, tal responsabilidade compete a todas as pessoas independentemente de sua origem étnico-racial.

Alana, Adrielly e Kathlen destacaram o combate a qualquer expressão de racismo. Chama a atenção também a afirmação da Fernanda de que o combate ao racismo começa em si próprio, não sendo racista, mas não se esgota aí. Todavia, para que esse combate possa ocorrer, é necessário o reconhecimento dessas expressões no cotidiano da escola. Sabemos que o cotidiano escolar é um espaço surpreendente onde inúmeras situações inesperadas podem ocorrer, porém para o enfrentamento do racismo nesse âmbito, é preciso reconhecer as possíveis formas de manifestação do mesmo dentro deste espaço.

A reprodução e o fortalecimento de estereótipos, a omissão de histórias e protagonismos, a negação da diversidade, bem como a ausência de personalidades e referências negras e indígenas, são exemplificações do modo como o racismo se faz presente nas instituições escolares, culminando na construção de uma identidade negativa de crianças, adolescentes e jovens negros, ocasionando prejuízos na trajetória escolar e de vida dos mesmos.

Ademais, um olhar crítico dos educadores e educadoras para suas próprias atitudes também pode revelar mais formas de manifestação e fortalecimento do racismo no ambiente escolar. De acordo com Ana Célia da Silva:

Existe por parte de muitos professores uma baixa expectativa em relação à capacidade dos alunos negros e pertencentes às classes populares. As origens dessa baixa expectativa podem estar na internalização da representação do negro como pouco inteligente, “burro”, nos meios de comunicação e materiais pedagógicos, um estereótipo criado para justificar a exclusão no processo produtivo pós-escravidão e ainda na atualidade. A visão dessa representação pode desenvolver também nos alunos não negros preconceitos quanto à capacidade intelectual da população negra,

e, nas crianças negras, um sentimento de incapacidade que pode conduzi-las ao desinteresse, à repetência e à evasão escolar. (SILVA, 2005, p. 26)

Deste modo, para se combater toda e qualquer expressão de racismo no ambiente escolar, conforme apontado pelas respostas das educadoras, é preciso que educadores e educadoras estejam comprometidos a realizar um movimento de desconstrução que deve ocorrer também, sobretudo, de dentro para fora.

### **Grupo 2: A educação antirracista como uma forma de respeitar e valorizar a todos.**

O respeito e a valorização de todas as pessoas também foram temas abordados para a explicitar uma educação antirracista. Neste grupo foram elencadas as respostas de 8 educadoras:

**Quadro 12 - A educação antirracista como uma forma de respeitar e valorizar a todos**

<b>Educadoras</b>	<b>Respostas</b>
1 – Ágatha	<i>“Desenvolver na escola os primeiros aprendizados sobre as desigualdades e respeito ao próximo, indiferente à sua cor ou etnia.”</i>
2 – Rayane	<i>“Tratar todos sem diferenciação de nenhuma espécie.”</i>
3 – Jenifer	<i>“Educação que valoriza todas as raças.”</i>
4 – Ketellen	<i>“Trabalhar o respeito entre todos.”</i>
5 – Júlia	<i>“Conscientizar sobre a miscigenação de raças e mostrar a importância de respeitar as diferenças sociais, raciais e culturais.”</i>
6 – Ana Vitória	<i>“Trazer à tona a diversidade étnica, assim como abordamos as diferenças físicas (cor dos olhos ou cabelo, deficiência...), criando consciência de que ser diferente é normal e deve haver respeito.”</i>
7 – Emilly Sofia	<i>“Igualdade de raças, as diferenças devem ser aceitas.”</i>
8 – Maria Eduarda	<i>“Uma educação que trabalhe buscando valorizar as diferentes etnias presentes na sociedade.”</i>

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2023.

Das 8 educadoras deste grupo, temos 6 professoras, 1 auxiliar e 1 supervisora, sendo que apenas a auxiliar Júlia não possui formação de nível superior. No que tange ao pertencimento étnico-racial delas: 5 são brancas, 2 pardas e 1 amarela.

Enquanto o grupo 1, majoritariamente negro, via a educação antirracista como uma forma de lutar contra o racismo, o grupo 2, com uma maioria branca, vislumbra a educação antirracista como uma forma de respeitar e valorizar a todos.

De fato, o racismo afeta as crianças negras comprometendo a construção de uma identidade positiva, bem como também impacta na possibilidade de uma relação respeitosa entre as crianças das mais diversas origens étnico-raciais. Contudo, ao trazermos à tona tal discussão é fundamental que nos atentemos à maneira diferenciada com que o racismo impacta a vida das pessoas pertencentes aos mais diversos grupos étnico-raciais.

A partir da ótica racista, o que ocorre é uma hierarquização das diferenças na qual pessoas brancas são colocadas em uma posição de superioridade, enquanto pessoas negras e indígenas são inferiorizadas socialmente. A apresentação e a representação de um mundo monocromático para as crianças, desde muito pequenas, afeta bruscamente o modo como elas veem a si e aos outros ao seu redor. A assimetria entre os diferentes grupos étnico-raciais impacta substancialmente a construção da identidade das crianças, comprometendo o estabelecimento de laços de respeito entre elas. Por isso, é fundamental que haja, desde a primeira infância, a contemplação da diversidade existente visando a não reprodução de estereótipos.

Vale destacar também a resposta da educadora Rayane que diz: *“Tratar todos sem diferenciação de nenhuma espécie.”* Tal afirmação demonstra uma reflexão interessante acerca das ações que discriminam, inclusive crianças, no cotidiano escolar. O tratamento assimétrico pode ocorrer até mesmo sem que as pessoas percebam, devido a lógica de racialização que permeia os imaginários sociais. Desde modo, um olhar mais atento e reflexivo no cotidiano escolar se faz fundamental para que o respeito a todos, mencionado pelas educadoras, seja aprendido também através de exemplos.

Ademais, as respostas de duas educadoras trazem à tona a valorização de diferentes raças e etnias: *“Educação que valoriza todas as raças.”* (Jenifer, 2022); *“Uma educação que trabalhe buscando valorizar as diferentes etnias presentes na sociedade.”* (Maria Eduarda, 2022).

Outra educadora menciona a diversidade étnica: *“Trazer à tona a diversidade étnica, assim como abordamos as diferenças físicas (cor dos olhos ou cabelo, deficiência...), criando consciência de que ser diferente é normal e deve haver respeito.”* (Ana Vitória, 2022). Nesse sentido, vale destacar que, para valorizar algo, é preciso conhecer. E se tratando das crianças pequenas, que tem os adultos como referências, é essencial que esses apresentem o múltiplo, o mundo diverso às novas gerações. O respeito e a valorização da diversidade devem ser experienciados durante a trajetória escolar e de vida das nossas crianças.

As educadoras desse grupo demonstram compreender o quanto é primordial que as crianças sejam socializadas em um ambiente no qual as diferenças possam ser contempladas, celebradas, possibilitando que as mesmas possam reconhecer a si e aos outros enquanto sujeitos/protagonistas. Todavia, é necessária que haja cautela, pois, o discurso de uma educação que contemple todos, muitas vezes, ainda é uma forma homogeneizadora de tratar os desiguais como iguais e isso não nos ajuda de fato a avançar para uma educação que dialogue com a diversidade e para a dialogicidade e inclusão.

### Grupo 3: A valorização da cultura afro-brasileira e africana como um dos passos na construção de uma educação antirracista

O conhecimento e valorização da cultura afro-brasileira e africana também foram incorporadas nas respostas das educadoras conforme pode ser observado:

**Quadro 13** - A valorização da cultura afro-brasileira e africana como um dos passos na construção de uma educação antirracista

Educadoras	Respostas
1 – Alana	<i>“A educação antirracista é aquela que combate toda e qualquer expressão de racismo na escola e no território, reconhece e valoriza as várias contribuições passadas e atuais, em todas as áreas do conhecimento humano, de africanos e afro-brasileiros para o Brasil e o mundo.”</i>
2 – Adrielly	<i>“É aquela que ativamente combate toda e qualquer expressão de racismo na escola e no território, reconhece e valoriza as várias contribuições passadas e atuais, em todas as áreas do conhecimento humano, de africanos e afro-brasileiros para o Brasil e o mundo.”</i>
3 – Maria Alice	<i>“A construção do conhecimento na valorização da cultura afro-brasileira.”</i>

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2023.

Neste grupo temos 2 professoras (1 branca e 1 parda) e 1 auxiliar branca. Ademais, as três educadoras possuem formação de nível superior.

Explorar histórias e culturas que, durante muito tempo, foram omitidas e falseadas, é o primeiro passo para a construção de uma educação antirracista. O ensino de história e cultura afro-brasileira bem como o ensino da história e cultura indígena estão presentes nas Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 e consistem em marcos importantes no que diz respeito a propostas de implementação de uma educação antirracista. Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2001), ao tratar sobre o ensino e aprendizagem de africanidades brasileiras, destaca que a primeira finalidade desse estudo, “diz respeito ao direito dos descendentes de africanos, assim como de todos os cidadãos brasileiros, à valorização de sua identidade étnico-histórico-cultural, de sua identidade de classe, de gênero, de faixa etária, de escolha sexual” (SILVA, 2001, p. 156).

Essa valorização é fundamental para a construção de uma identidade positiva de crianças, adolescentes e jovens negros, oportunizando aos mesmos a possibilidade de sentimento de orgulho de seu pertencimento étnico-racial. Do mesmo modo, essa oferta também contribui para a desconstrução de estereótipos acerca desses povos, trazendo à tona a valorização dos distintos grupos que constituem as raízes identitárias brasileiras.

Incorporar, no ensino de nossas crianças a história e cultura desses povos, que foram historicamente negligenciados, é de fato, contribuir para reconfiguração da nossa história, do nosso pensamento e da nossa sociedade.

#### **Grupo 4: Outras formas de compreender a educação antirracista...**

Como afirma Samara “*Educação antirracista é um dos mecanismos importantes para corrigir esse cenário e mudar a forma de educar.*”, referindo-se, provavelmente, ao cenário racista. É interessante observarmos que a mesma menciona a educação antirracista como uma forma diferente de educar, como algo que modifica e essa é uma visão muito potente, pois, quando propomos uma educação antirracista ela vem, exatamente, a partir de uma necessidade de mudanças, tanto nas nossas instituições escolares quanto na nossa sociedade.

Por outro lado, as outras respostas deste grupo, demonstraram o quanto é necessária uma formação continuada para os professores se apropriarem não apenas do termo, mas principalmente, de ferramentas para promover o antirracismo na educação. Alice considerou “*Difícil responder*”, demonstrando desconhecimento de como falar o que é uma educação antirracista a partir de seu ponto de vista, o que é de certo modo preocupante, pois é preciso se ter minimamente um apontamento, uma ideia sobre o que é uma educação antirracista para que se possa pensar em maneiras de articulá-la. Entretanto, essa resposta também foi importante, pois, a partir dela conseguimos vislumbrar que há educadores que ainda não conseguem apresentar a sua própria noção de educação antirracista, o que, ao mesmo tempo revela desconhecimento do assunto, demonstra a sua coragem de evidenciar que não está apta a responder.

Para Vanessa, uma educação antirracista consiste em: “*Trabalhar que todos somos iguais perante a Deus!*” trazendo à tona uma fala bastante recorrente quando ouvimos sobre o discurso de igualdade. Todavia, esse tipo de explanação não contempla a todas as pessoas, haja vista que parte de uma crença religiosa que nem todos compartilham. Ademais, quando falamos em igualdade, estamos apontando para a questão de igualdade de direitos, uma igualdade perante homens, mulheres, uma sociedade inteira. Logo, esse tipo de discurso não contribui efetivamente para o enfrentamento do problema do racismo,

Em suma, as respostas, de modo geral, chamam a atenção para a pertinência da expansão das discussões sobre antirracismo no âmbito da educação, a fim de possibilitar olhares novos e necessários para essa temática.

#### **5.4 – Legislações para uma educação antirracista**

No que diz respeito às legislações que embasam uma educação antirracista temos as Leis 10.639/03 e a 11.645/08. A primeira estabelece que: “Nos estabelecimentos de ensino

fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira” (BRASIL, 2003, p. 1) e a segunda acrescenta a cultura indígena (BRASIL, 2008).

Em relação à Lei 10.639, 8 educadoras disseram a conhecer muito, 9 afirmaram que já ouviram falar, mas não sabem do que se trata e 8 afirmaram desconhecer a referida Lei. Já em relação a Lei 11.645, 5 educadoras afirmaram conhecê-la muito, 12 disseram que já ouviram falar, mas não sabem do que se trata e 8 desconheciam a mencionada Lei. 7 (6 professoras e uma auxiliar de desenvolvimento infantil) desconhecem ambas legislações.

As referidas legislações não são recentes (A Lei 10.639 completa 20 anos em 2023 e a 11.654, 15 anos) e, apesar do tempo de vigência de ambas, ainda há um nível elevado de desconhecimento acerca delas. Isso aponta o quanto as mesmas ainda enfrentam dificuldades para serem incorporadas no cotidiano escolar, apesar de serem obrigatórias. Essas legislações, bem como as discussões envolvendo a temática racial poderiam estar presentes nos momentos destinados à formação desses educadores e educadoras, a fim de que os mesmos pudessem se embasar teórico e metodologicamente.

### **5.5 - Da formação continuada à prática...**

Ao tratar sobre a implementação de uma educação antirracista, não podemos perder de vista a importância de que os/as educadores/as tenham aporte teórico e metodológico para o desenvolvimento de seu trabalho.

Conforme já mencionado anteriormente, no que tange à formação dos educadores e educadoras para trabalhar as questões raciais no ambiente escolar, 11 profissionais relataram nunca ter recebido formação para desenvolver uma educação antirracista e um número ainda maior (17 no total) relatou nunca ter recebido formação para trabalhar as relações étnico-raciais.

É curioso pensar que se trata de um grupo relativamente heterogêneo em termos de idade, experiência e área de formação sendo que 17, dos/as 25 participantes, tem pós-graduação, contudo, boa parte do grupo teve pouca ou nenhuma formação para desenvolver uma educação antirracista e, principalmente, para trabalhar as relações étnico-raciais, o que demonstra o quanto estes temas ainda são pouco presentes na formação continuada dos educadores e educadoras.

12 educadores/as (10 professores/as e 2 auxiliares) afirmaram que desenvolvem uma educação antirracista com muita frequência, 6 (5 professoras e 1 auxiliar) com pouca frequência, 5 (4 professoras e 1 supervisora) com pouquíssima frequência e 2 não a

desenvolvem. No grupo de educadores/as que afirmou desenvolver uma educação antirracista com muita frequência, temos 8 brancos/as, 3 pardas e 1 preta. Das que desenvolvem com pouca frequência 2 são brancas, 3 pardas e 1 amarela. As com pouquíssima frequência 3 são brancas e 2 pardas. Por fim, das que afirmaram que não a desenvolvem, 1 é branca e 1 é parda.

As professoras Rebecca e Ana Clara, que mencionaram não desenvolver uma educação antirracista, possuem formação de nível superior. Apesar de Rebecca (branca) relatar que conhece as Leis 10.639 e 11.645 e Ana Clara (parda) dizer que já ouviu falar das referidas legislações, um ponto comum entre essas duas professoras é que ambas, anteriormente, mencionaram que nunca tiveram formação para trabalhar as relações étnico-raciais e para desenvolver uma educação antirracista.

Outro ponto interessante que precisa ser destacado é que essas mesmas educadoras relataram nunca ter experienciado situações de racismo dentro da escola. Além disso, a professora Ana Clara, que se autodeclarou parda, também mencionou que nunca experienciou racismo fora da escola. Isso nos leva a questionar se a existência de formação acerca da temática para essas educadoras possibilitaria a identificação do racismo no cotidiano escolar bem como a implementação de práticas que pudessem combatê-lo.

É interessante notar também que os/as educadores/as, apesar de afirmarem, em sua grande maioria, terem recebido pouca ou nenhuma formação para desenvolverem uma educação antirracista, relataram que a desenvolvem com muita frequência, provavelmente, à sua maneira. Dado isso, apresentaremos a seguir quais os principais materiais e/ou práticas utilizados.

Buscando conhecer mais sobre o trabalho desenvolvido pelos/as educadores/as, fizemos a seguinte pergunta: Caso você desenvolva uma educação antirracista, quais são as práticas que você realiza? Dos/as 25 participantes, 13 educadoras responderam:

**Quadro 14:** Práticas realizadas pelas educadoras

<b>Educadora</b>	<b>Resposta</b>	<b>Recurso utilizado</b>
Emily Victória	<i>Por meio de histórias e atividades lúdicas.</i>	Histórias
Rayane	<i>Enquanto professora de educação infantil, contribuo para educação antirracista por meio das histórias, pois meus alunos tem de 2 a 3 anos, sendo muito novos para compreender coisas complexas.</i>	
Anna Carolina	<i>Conversa- dialogando-contando histórias.</i>	
Ágatha	<i>Contaçõ de histórias, bonecas.</i>	Histórias e bonecas
Shayene	<i>Contaçõ de história usando fantoches. Ex: Menina bonita do laço de fita. A bonequinha Preta. Em rodinha orientar para que as crianças façam o reconto da história. Também desenhar cenas do livro que mais gostou.</i>	

	<i>Podemos confeccionar uma bonequinha de tecido.</i>	
Jenifer	<i>Mostrando a realidade evidenciando as diferenças e igualdades de nós seres humanos. Valorizando todas as culturas.</i>	Outros (recursos não especificados)
Ketellen	<i>Respeito às diferenças, não fazer distinção das crianças pela cor da pele.</i>	
Alice	<i>Ensinar o respeito com o próximo, em todas as áreas.</i>	
Alana	<i>Debatendo sobre raça, racismo, etnia, preconceito, discriminação dentro e fora da sala de aula.</i>	
Fernanda	<i>Explicando que determinadas falas ou ações podem fazer mal ao outro, explicando, claro, de acordo com a idade do educando.</i>	
Ana Beatriz	<i>Trabalho de forma coletiva e interativa sem distinção de gênero, cor, com respeito mútuo, evitando conflitos e solucionando da melhor forma quando há.</i>	
Samara	<i>Tentar conscientizar os alunos que somos iguais e merecemos respeito.</i>	
Kathlen	<i>Falar a cor da pele</i>	

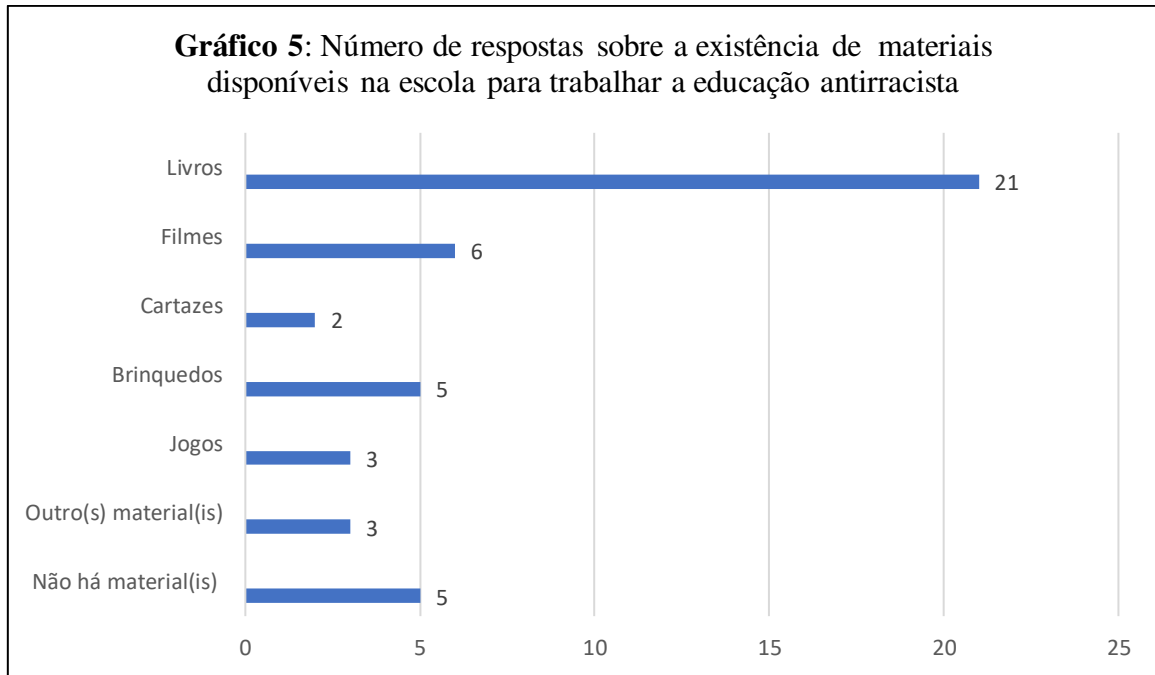
**Fonte:** Elaborado pela autora, 2023.

A prática mais mencionada foi a utilização de histórias. Das 13 respostas, 5 mencionavam, especificamente, esse recurso. As bonecas também apareceram como um recurso em duas respostas. Outras educadoras trouxeram a questão do trabalho sobre as diferenças, o respeito e o diálogo, porém sem especificar muito os recursos empregados.

Vale destacar que a utilização de histórias pode ser de fato um recurso extremamente relevante para tratar sobre a temática étnico-racial, principalmente no âmbito infantil. Entretanto, é fundamental que se reflita: Quais histórias são utilizadas? Como as pessoas negras são apresentadas nestas histórias? São sempre as mesmas histórias? Há variedades? Quais mensagens elas transmitem as nossas crianças? Considerar tais apontamentos para a utilização deste e de qualquer outro recurso é crucial para que a proposta antirracista possa de fato se materializar no ambiente escolar.

Também perguntamos sobre a existência de materiais nas escolas para trabalhar a educação antirracista. Nessa questão, os/as educadores/as poderiam marcar mais de uma resposta de acordo com sua realidade.

O livro foi o material mais mencionado, em seguida, os filmes e os brinquedos e 5 educadoras mencionaram que a escola não possui nenhum material para trabalhar uma educação antirracista.



**Fonte:** Elaborado pela autora, 2022.

Como a questão sobre os materiais se tratava de uma pergunta fechada, havia um campo para acrescentar a existência de outros materiais que foi preenchido por apenas uma educadora que respondeu: *“O próprio cotidiano, refletindo sobre as atitudes.”* (Jenifer, 2022). O cotidiano, enquanto um espaço em que a vida acontece, de fato, nos oferta uma infinidade de oportunidades para interferir das mais diversas formas nas mais variadas situações, inclusive nas de racismo. Entretanto, é importante que os educadores e educadoras estejam munidos de sensibilidade e embasamento teórico e metodológico para interferir da melhor maneira possível nessas situações para que não fortaleçam o racismo presente nos cotidianos escolares. Além disso, a existência de materiais específicos voltados para esta temática abre espaço para que o racismo seja discutido nas escolas sem a necessidade da existência de situações cotidianas que fomentem a discussão e permitem trabalhar o tema de maneira impessoal, sem envolver diretamente os estudantes.

A última questão do formulário era opcional para que os/as participantes pudessem acrescentar algo em relação à pesquisa. Assim, foi feito um comentário em relação a temática do estudo que revelou o interesse de uma das educadoras em conhecer mais sobre o assunto. A mesma disse: *“Termos mais recursos e orientações do assunto”* (Shayene, 2022).

Shayene é uma professora branca, com formação em Pedagogia, Magistério e Pós-graduação em Inspeção e Supervisão. Apesar dos seus 22 anos de experiência e de ter dito conhecer muito as Leis 10.639 e 11.645, a educadora mencionou que já recebeu formação tanto para trabalhar as relações étnico-raciais, quanto para desenvolver uma educação antirracista,

porém aprendeu pouco em ambas e admitiu desenvolver uma educação antirracista com pouca frequência.

O comentário final desta professora aponta que apesar de muitos anos de experiência e das formações já recebidas por ela, a educadora reconhece e expõe sua fragilidade para trabalhar o assunto, ao apontar a necessidade de mais orientações acerca da temática e demandar a disponibilização de mais materiais para a realização de seu trabalho.

## **6. PROMOVEDO ENCONTROS FORMATIVOS COM OS/AS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Enquanto os questionários foram uma primeira aproximação com o tema, para saber quem eram os/as educadores/as e o que pensavam esses/as profissionais, as oficinas tinham uma proposta mais formativa/apreciativa. Seu intuito era promover uma formação, mas ao mesmo tempo sem deixar de apreciar o que tem sido feito pelos e educadores e educadoras, buscando reconhecer, valorizar os seus saberes e a importância de seu trabalho de combate ao racismo.

Assim, a realização das oficinas teve como propósito sensibilizar os educadores e educadoras para o tema do racismo, realizar reflexões sobre o racismo no cotidiano da educação infantil, além de possibilitar a troca de experiências entre os/as profissionais tornando-se um momento de aprendizagem mútua entre todos os/as participantes, inclusive para mim pesquisadora, haja vista que também sou uma professora da rede.

Por atuar em etapas diferentes, pois, sou professora do ensino fundamental I, não conhecia os/as participantes. Durante a realização dos encontros me coloquei a todo momento como alguém que queria construir com eles/as reflexões sobre suas experiências. Cada um dos presentes teve espaço para pensar a partir de seu contexto e vivências, em caminhos possíveis para que uma prática antirracista se materialize em seus espaços de trabalho.

O público-alvo das oficinas eram professores/as de educação infantil e auxiliares de desenvolvimento infantil da rede municipal de ensino de Teixeira. A participação das supervisoras, bem como a de membros da equipe gestora se deu devido aos nossos encontros ocorrerem nos horários de módulos dos profissionais da educação. Vale destacar que a presença desses/as profissionais nesse momento formativo foi muito importante, haja vista que também são educadores/as e que o trabalho de combate ao racismo na escola deve envolver todos os sujeitos/as que nela estão inseridos.

Os encontros tiveram como temáticas:

- 1º ENCONTRO: Precisamos de uma educação antirracista?
- 2º ENCONTRO: Podemos implementar uma educação antirracista? Como?

O título em formato de pergunta atuou como uma espécie de provocação para que os educadores e educadoras se questionassem sobre a pertinência de uma educação antirracista e sobre como podemos implementá-la nos cotidianos escolares. A ideia não era simplesmente

trazer afirmações prontas, mas sim causar reflexões, afirmando e reafirmando a defesa de uma educação antirracista.

Os temas abordados, bem como a organização das oficinas visavam possibilitar o diálogo sobre o racismo, sua presença no ambiente escolar e a pertinência de uma educação antirracista, bem como a forma de sua implementação.

Antes de iniciarmos a discussão dos dados produzidos, é importante informar que quando apresentamos a transcrição das respostas das educadoras, tal como foram ditas durante as oficinas, elas se encontram entre aspas e em itálico. Assim como nos questionários, utilizamos nomes fictícios para os/as participantes<sup>12</sup>. Vale destacar também que nem todos/as educadores e educadoras que responderam o questionário participaram das oficinas e vice-versa, bem como os grupos da 1ª e da 2ª oficina não foram exatamente os mesmos, conforme veremos mais adiante.

O preenchimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE para a participação e gravação das oficinas foi disponibilizado com antecedência para que todos/as participantes pudessem preenchê-lo. A atuação das supervisoras das duas instituições participantes foi crucial tanto para reforçar junto aos profissionais a necessidade de preencher o documento, quanto para assegurar o preenchimento de todos/as educadores e educadoras.

As oficinas ocorreram em encontros virtuais via *Google Meet* e tiveram cerca de 1 hora e 20 minutos de duração cada. Dado ao formato *on-line* dos encontros não foi possível identificar o perfil étnico-racial de todos/as os/as educadores/as participantes. A princípio seriam 4 oficinas de uma hora, contudo devido a intercorrências de horários e dias, foram combinados 2 encontros que ocorreram nos horários de módulos dos/as educadores/as, totalizando 2 horas e 40 minutos. Realizadas durante o mês de setembro de 2022, a 1ª oficina, ocorrida no dia 05, contou com a participação de 40 pessoas. Já a nossa 2ª oficina, ocorrida no dia 19, contou com 25 participantes, que eram professores/as, supervisoras e gestoras que atuam no âmbito da educação infantil pública do município de Teixeira.

Em termos de participação efetiva, além da primeira oficina ter contado com um número maior de educadores/as, mais pessoas, de fato, trouxeram suas contribuições. Em contrapartida, em nosso segundo encontro, a participação foi mais escassa, o que nos levou a questionar o motivo pelo qual essa situação ocorreu, pois, em tese, passadas as impressões iniciais do primeiro encontro, as pessoas deveriam se sentir um pouco mais à vontade para falar. Todavia, não foi o que ocorreu. O intuito do primeiro encontro foi identificar a presença do racismo no

---

<sup>12</sup> Para as educadoras que participaram de todas as etapas mantivemos os mesmos nomes. Já para as demais, buscamos por novos nomes fictícios.

ambiente escolar e enfatizar a necessidade de uma educação antirracista. O segundo buscou refletir sobre formas de implementar uma educação antirracista, o que pode ser feito para alcançar esse fim. Talvez tais enfoques tenham influenciado a participação, bem como as exposições realizadas durante o primeiro encontro que enunciaram situações de racismo experienciadas no interior da escola, o que fomentou mais intervenções.

Para elucidar um pouco mais a respeito da dinâmica das duas oficinas, farei um breve relato de ambas, evidenciando pontos que serviram de base para as discussões realizadas. Dessa forma, será possível vislumbrar o modo como os diálogos foram suscitados no decorrer dos encontros.

### 6.1 – Oficina 1: Precisamos de uma educação antirracista?

Realizada no dia 05 de setembro de 2022, a primeira oficina intitulada: “Precisamos de uma educação antirracista?”, contou com a participação de 40 pessoas dentre professores/as, supervisoras e gestoras que atuam no âmbito da educação infantil.

**Fotografia 3:** Slide usado na oficina - Tema do primeiro encontro



**Fonte:** Arquivo pessoal da pesquisadora, 2023

A oficina teve início com uma breve introdução de uma das supervisoras comentando sobre a pesquisa e a temática. A referida também me solicitou que elucidasse questões referentes à confidencialidade da pesquisa, tanto em relação aos questionários, quanto em relação às oficinas. Dando sequência ao encontro, fiz uma breve apresentação sobre mim, no intuito de que as pessoas soubessem quem sou. Logo depois, apresentei um vídeo do *Youtube*<sup>13</sup>

<sup>13</sup> Plataforma de vídeos online que permite aos usuários assistir, criar e compartilhar vídeos pela internet.

da história: “Minha mãe é negra sim” da autora Patrícia Maria de Souza Santana. Depois, pedi aos participantes que dissessem como se sentiram ao ouvir a história.

**Fotografia 4:** Slide usado na oficina - História “Minha mãe é negra sim!”



**Fonte:** Arquivo pessoal da pesquisadora.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=o30OQZF7UiE>

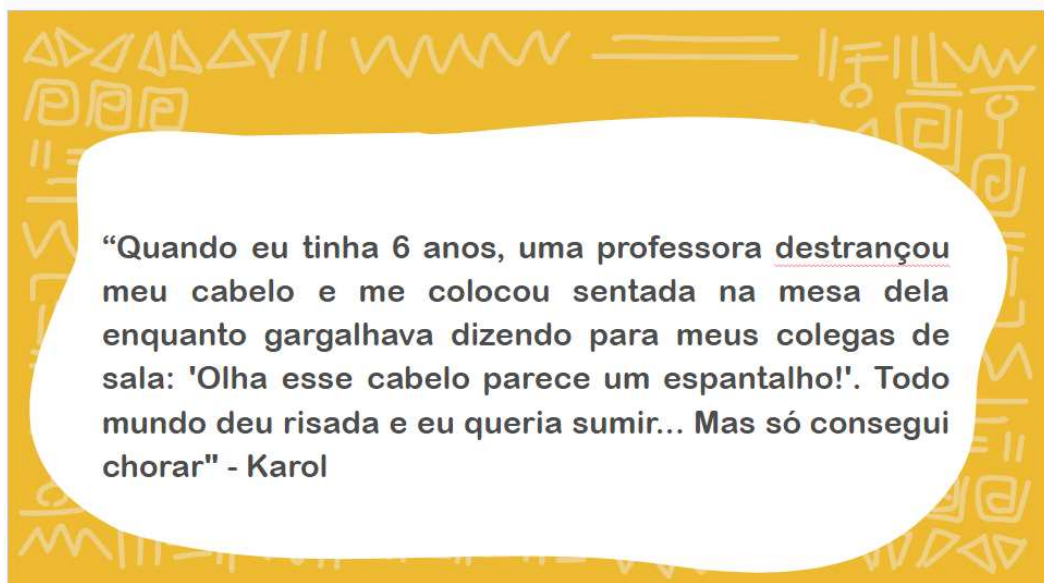
Acesso em: 15 jul. 2022.

Em seguida, passamos para a discussão do que é racismo, em que os participantes deveriam completar a seguinte frase: O racismo é... Algumas pessoas responderam pelo *chat* colocando termos como: violência, preconceito, discriminação e crime.

Logo após, apresentei brevemente o racismo em suas manifestações: individual, institucional e estrutural. Em seguida, lancei a seguinte questão: Já presenciei e/ou sofri racismo na escola? Como foi? Como reagi? O que senti? Após isso, eles/as deveriam dizer o que é uma educação antirracista a partir do entendimento deles/as. Na sequência, foram apresentados dois relatos de casos reais de situações de racismo vivenciadas por crianças no ambiente escolar <sup>14</sup>. Tais casos foram retirados de *sites* da *internet*, artigos e livros publicados.

<sup>14</sup> Foram elencados seis casos no total, contudo os demais não foram trazidos haja vista o horário estipulado para o término do encontro. Por isso, optei por encerrar nos dois primeiros, a fim de não delongar a oficina.

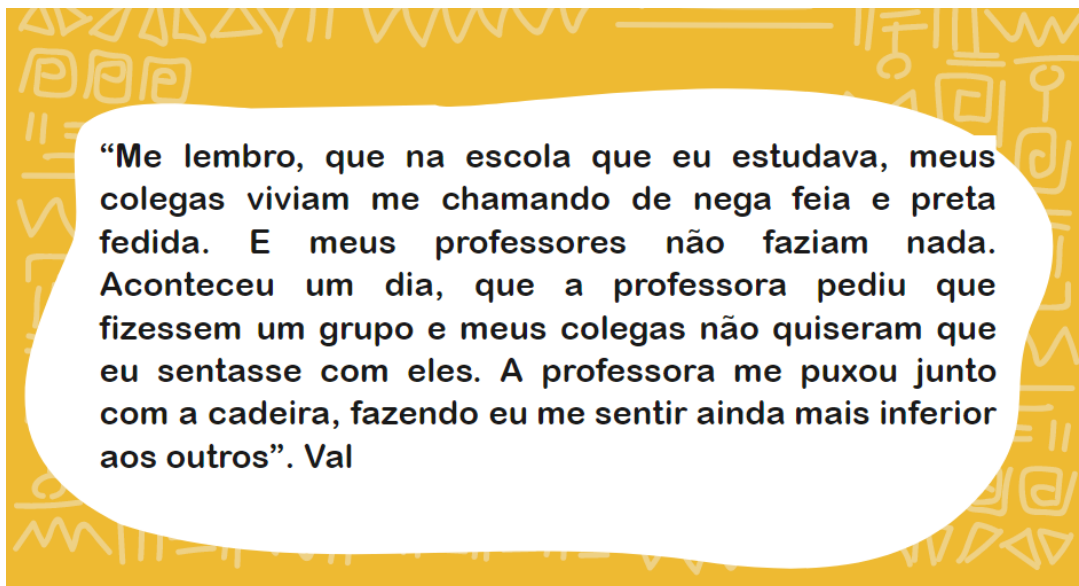
**Fotografia 5:** Slide usado na oficina - Primeiro Caso apresentado



**Fonte:** Arquivo pessoal da pesquisadora, 2023

Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/06/07/racismo-na-infancia-hashtag-reune-casos-que-marcam-vitimas-ja-adultas.htm>. Acesso em: 10 jul. 2022

**Fotografia 6:** Slide usado na oficina - Segundo Caso apresentado



**Fonte:** Arquivo pessoal da pesquisadora, 2023

Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/06/07/racismo-na-infancia-hashtag-reune-casos-que-marcam-vitimas-ja-adultas.htm>. Acesso em: 10 jul. 2022

Ao longo das discussões, surgiram questões relacionadas ao racismo na linguagem, a utilização de termos racistas e inclusive a associação entre negro e “algo ruim”. As diretoras e professoras relataram que alguns pais têm dificuldade no momento de declarar a cor da criança na matrícula, havendo certa resistência em declarar o filho como sendo negro. É possível que

essa seja a razão pela qual no quadro de alunos pardos e pretos matriculados na educação infantil do município, exposto no capítulo anterior, haja muito mais pardos/as que pretos/as.

Uma educadora, por sua vez, relacionou tal dificuldade ao entendimento do que é ser preto no Brasil, haja vista a forte presença do racismo na nossa sociedade.

Surgiu também a questão do racismo contra pessoas brancas (o que não existe). Então, pontuei sobre a relação de poder que envolve o racismo e a hierarquização social que coloca pessoas brancas em uma posição de superioridade, enquanto negros e indígenas são subalternizados socialmente.

Outro ponto importante para ser destacado é que uma professora (negra) relatou sua desesperança em relação às possíveis mudanças dizendo que: *“Acho que isso nunca vai mudar”*. Nesse momento, apontei que as coisas nem sempre foram assim, pois o racismo foi criado a partir de um contexto de dominação e exploração que visava a obtenção de lucros. Ademais, enfatizei que já vislumbramos, a partir de muitas lutas, mudanças importantes e que acreditar, buscar e promover transformações são os combustíveis que movem pesquisas como a que eu estava realizando.

Também apareceram estratégias de combate ao racismo durante algumas falas: uma professora branca disse que tinha um aluno branco que nunca sentava perto do colega (negro) de turma. Ela, percebendo tal situação, passou a deixar as fichas dos nomes deles em cadeiras próximas, pois as crianças se sentavam onde estava a ficha com seu próprio nome. Assim, de acordo com ela, a criança passou a se sentar próxima do coleguinha e, desde então, ela não teve mais problemas com relação a esses estudantes. A utilização dos painéis (cartazes) trazendo representatividade também foi uma ferramenta apontada por uma das professoras como forma de representar e valorizar a diversidade humana existente.

De modo geral, os/as educadores/as da primeira oficina se mostraram mais participativos/as. Após as provocações iniciais com a contação da história, o grupo demonstrou estar mais à vontade para falar e também intervir nas falas dos/as colegas, como no momento em que uma educadora criticou a postura dos pais que têm dificuldade em declarar os filhos como sendo negros e sua colega pontuou sobre o significado de ser preto no Brasil trazendo referências do cotidiano em que o negro é associado a algo negativo. Sua fala foi endossada por outras educadoras que trouxeram mais exemplos.

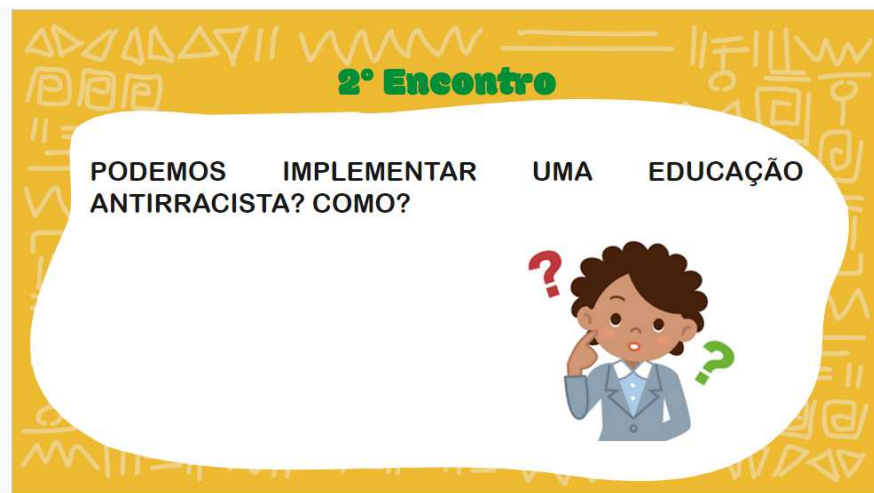
Nosso primeiro encontro foi finalizado com uma pergunta reflexiva que seria o tema da nossa segunda oficina: Podemos implementar uma educação antirracista? Como? A ideia é que eles/as, de fato, refletissem acerca dessa questão para que pudéssemos discuti-la em nosso encontro seguinte.

O momento em que houve uma tensão maior no grupo foi quando uma professora negra mencionou práticas racistas que ocorrem no interior da escola em que atua e que atingem tanto alunos/as quanto ao/as educadores/as negros/as. A partir dessa fala foi possível perceber que o grupo, no geral, ficou incomodado e se manteve mais silencioso. Silêncio esse que ficou muito mais evidente no decorrer do segundo dia das oficinas, conforme veremos a seguir.

## 6.2 – Oficina 2: Podemos implementar uma educação antirracista? Como?

Com uma participação menor, porém, não menos incisivo, o segundo dia de oficina fez emergir questões problemáticas, mas cruciais de serem discutidas para a implementação de uma educação antirracista. Ocorrido no dia 19 de setembro, contou com a participação de 25 educadores/as e foi difícil obter a participação dos presentes, sendo preciso, por vezes, insistir para que algumas respostas surgissem.

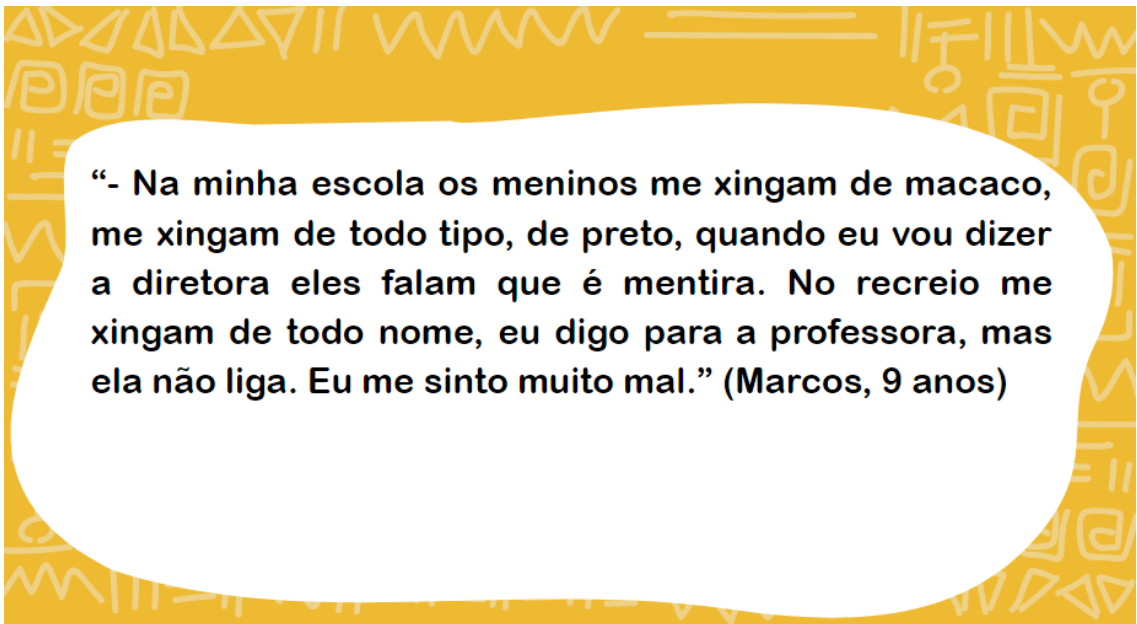
**Fotografia 7:** Slide usado na oficina - Tema do Segundo Encontro



**Fonte:** Arquivo pessoal da pesquisadora, 2023

Esse encontro foi iniciado com a sequência dos “Casos de escola” (relatos de racismo no ambiente escolar). Foram retomados dois casos que, devido ao tempo, não haviam sido apresentados e discutidos no encontro anterior. Mais uma vez, a educadora negra, assim como no primeiro encontro, expressou sua desesperança em relação a uma educação antirracista, afirmando que este seria um movimento feito apenas por professores negros e que o racismo é algo que nunca vai mudar. Novamente, ancorada na proposta construcionista social de que nós construímos o mundo a partir das nossas interações, salientei sobre o movimento de desconstrução e reconstrução que fundamentam proposições antirracistas.

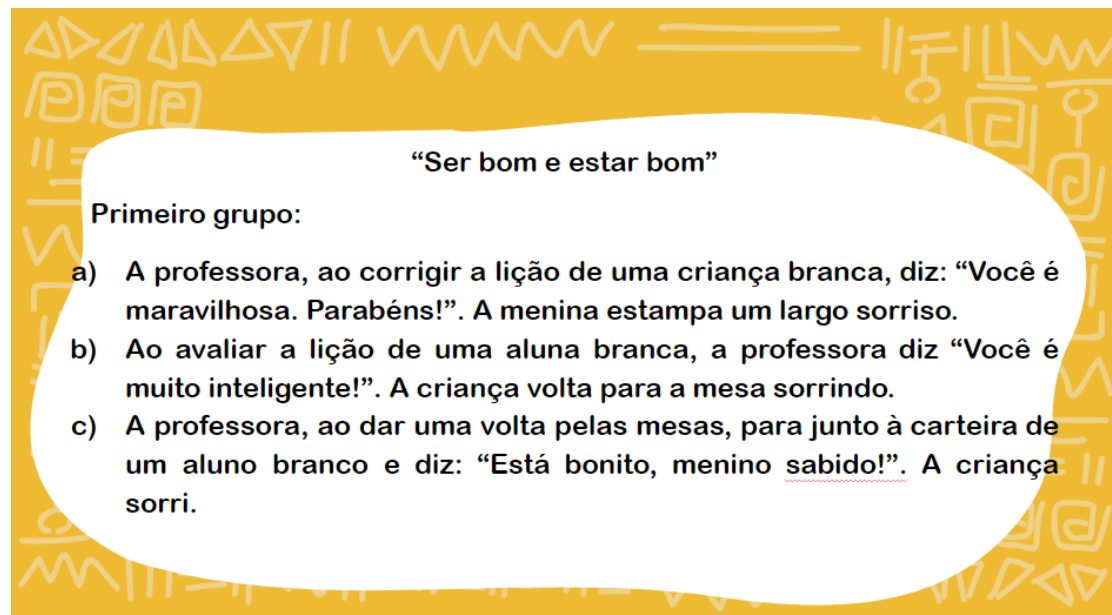
**Fotografia 8:** Slide usado na oficina - Primeiro Caso apresentado na Oficina 2

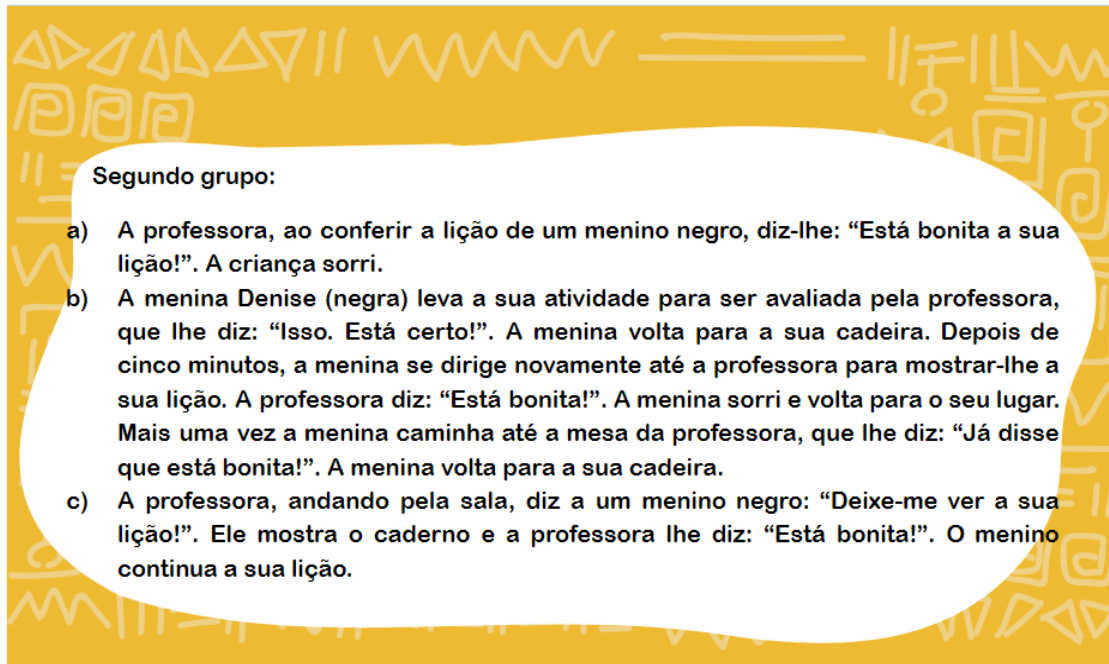


**Fonte:** Arquivo pessoal da pesquisadora, 2023.

Disponível em: [https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/14508/2/UELITON\\_SANTOS\\_MOREIRA\\_PRIMO.pdf](https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/14508/2/UELITON_SANTOS_MOREIRA_PRIMO.pdf)  
Acesso em: 15 jul. 2022.

**Fotografia 9:** Slides usados na oficina - Segundo Caso apresentado na Oficina 2





**Fonte:** Arquivo pessoal da pesquisadora, 2023. <sup>15</sup>

Ao tratarmos sobre as legislações que embasam a educação antirracista, uma professora relatou ter conhecido a Lei 10.639 na sua graduação em Educação Infantil durante a realização de um trabalho que tinha como foco novos olhares para a educação infantil. No que tange a Lei 11.645, ninguém relatou conhecê-la. É importante lembrarmos que o público participante das oficinas não coincidiu exatamente com os que responderam ao questionário. Daí a diferença nas respostas.

Quando questionados sobre os caminhos possíveis para uma educação antirracista, apenas a supervisora Ester fez apontamentos acerca da valorização da diversidade no espaço escolar, inclusive nos cartazes produzidos. De acordo com ela:

*“Esse racismo estrutural, ele é tão complicado porque é assim... Ele passa despercebido muitas vezes. Quantas vezes a gente chega em uma escola e no painel da escola não tem nenhum negro sendo representado ali, sabe? Os painéis decorativos, os painéis da sala... Cadê? Não tem negro? Não existe negro na escola? O racismo estrutural né... que tá aí passando despercebido e ninguém para e olha... Mas como que uma criança vai chegar e ela vai ver só aquele painel bonitinho né... Aquele considerado padronizado: a menininha do cabelo loiro com a pele branquinha... mas onde tá a figura do negro? [...] Onde é que tá as diferenças no painel? [...]” (Ester, 2022)*

Após a fala dessa educadora os/as demais não se manifestaram. Por fim, os/as educadores/as foram convidados/as a escrever coletivamente um manifesto pela educação

<sup>15</sup> Disponível em: CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 5. Ed. São Paulo: Contexto, 2006.

antirracista no município de Teixeira – MG através de um formulário *on-line* pelo *Google Forms*.

De acordo com Alison Leal Pêgo,

[...] o manifesto caracteriza-se como um gênero que, como o próprio nome sugere, é a manifestação do pensamento de uma pessoa ou de um grupo de pessoas a respeito de um assunto de interesse geral ou de qualquer natureza: social, política, cultural, religiosa, entre outras. Normalmente o manifesto é utilizado para denunciar à sociedade a existência de um problema que ainda não é de conhecimento da população, ou alertá-la sobre a possibilidade de uma situação problemática vir ocorrer. (PÊGO, 2009, p. 57)

O manifesto enquanto um gênero textual dissertativo, de cunho político, cultural ou social, foi proposto para que os educadores pudessem expressar seu ponto de vista, em relação a importância de uma educação antirracista no município de Teixeira, MG. Entretanto, tal finalidade não pôde ser concretizada dado ao curto tempo que tivemos na oficina. Deste modo, vislumbramos a manifestação individual de cada educador e educadora presentes no encontro. Dos/as 25 participantes, 23 registraram suas respostas.

Para melhor visualizar e analisar as respostas dos/as educadores/as, as mesmas foram divididas em quatro grupos: Frases de impacto sobre a educação antirracista; Proposições de ações antirracistas; Educação antirracista X Discurso da Democracia racial e Reflexões para uma Educação Antirracista. Tais respostas serão apresentadas e analisadas a seguir:

**Quadro 15:** Manifestações individuais dos/as educadores/as em prol de uma educação antirracista no município de Teixeira, MG

<b>Grupos</b>	<b>Respostas</b>
Frases de impacto sobre a educação antirracista	<i>“É necessário SER antirracista.”</i>
	<i>“Onde está o seu racismo?”</i>
	<i>“Negro: Só quem carrega esta marca, sabe valorizar.”</i>
	<i>“Muito importante nos dias que estamos vivendo.”</i>
	<i>“Para cada CRIANÇA, uma infância sem RACISMO.”</i>
	<i>“Não precisamos ser negros para lutar contra o racismo. Só precisamos ser humanos. A realização não tem cor.”</i>
	<i>“Venha fazer parte desta luta!”</i>
	<i>“Respeito é tudo e faz a diferença.”</i>
	<i>“Chegou a hora de tirarmos as vendas dos olhos e lutarmos juntos por uma educação justa e igualitária para TODOS!”</i>
Proposições de ações antirracistas.	<i>“Novas práticas e novos olhares no cotidiano.”</i>
	<i>“Implementação de projetos, onde o tema seja abordado e trabalhado juntamente com as famílias.”</i>
	<i>“Fazendo minha parte como cidadã.”</i>
	<i>“Respeitar as diferenças.”</i>
	<i>“A educação antirracista deve começar por cada um de nós, dentro de nossos corações e lares.”</i>
<i>“Valorização da identidade de diferentes povos...”</i>	

	<p><i>“Não ‘se calar’ quando presenciar uma situação de racismo entre as crianças. Não basta apenas introduzir ações antirracistas, tem que observar e resolver as que já acontecem no dia a dia da escola.”</i></p> <p><i>“Nelson Mandela disse: ‘Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor da sua pele, por sua origem ou religião. Para odiar as pessoas precisam aprender e se podem aprender a odiar podem ser ensinadas a amar.’ Essa frase nos inspira a continuar fazendo o nosso melhor enquanto educadores na luta contra qualquer tipo de preconceito e discriminação, nos faz refletir sobre a nossa importância na formação de pessoas capazes de amar e respeitar o próximo nas diferenças.”</i></p>
Educação antirracista X Discurso da Democracia racial	<p><i>“Lutamos pelos mesmos direitos, somos todos iguais.”</i></p> <p><i>“Temos todos os mesmos direitos e merecemos respeito, independente de cor, gênero e raça.”</i></p> <p><i>“Seja parte da mudança! Somos todos seres humanos, independentemente da cor da nossa pele!”</i></p>
Reflexões para uma Educação Antirracista	<p><i>“Aceitação das diferenças.”</i></p> <p><i>“Racismo sempre existirá, mas isso não deve ser empecilho para lutar contra ele em prol de uma educação mais justa e antirracista!!!”</i></p> <p><i>“Devemos começar a fazer esse trabalho primeiramente com os próprios professores pois, a partir do momento que um professor diz que a maior deficiência que uma pessoa pode ter é nascer negra, ela mesma está sendo racista.”</i></p>

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2023.

Os termos respeito e diferença foram comumente utilizados pelos/as educadores/as. Nesse sentido, de acordo com Glória Moura:

Como a democracia é, ao mesmo tempo, fundamento e finalidade do exercício da cidadania, a educação deve proporcionar a formação de cidadãos que respeitem a diferença e que, sem perder de vista o caráter universal do saber e a dimensão nacional de sua identidade, tenham garantido o direito à memória e ao conhecimento de sua história. (MOURA, 2005, p. 76)

Logo, o respeito à diferença requer a garantia do direito à memória e do conhecimento da história de diferentes grupos humanos. Portanto, o desenvolvimento de um trabalho que privilegie o diverso é fundamental para que o respeito às diferenças seja materializado e vivenciado no cotidiano escolar.

Conforme já mencionado, a partir das respostas dos/as 23 educadores/as, foram elencados 4 grupos. Nas frases de impacto para uma educação antirracista estão as respostas que têm como foco chamar a atenção das pessoas para promoção de uma educação antirracista. No segundo grupo foram elencadas respostas que trazem proposições de ações antirracista, apontando o que pode ser feito a fim de implementá-la.

Já as respostas do grupo 3 apresentam falas que requerem atenção para não reproduzirmos o mito de que vivemos em uma democracia racial, pois o mesmo apenas marca o racismo mantendo-o e fortalecendo-o. Quando tratamos sobre o racismo, estamos nos referindo a um problema muito complexo e específico. O racismo não deve ser simplesmente

comparado e equiparado a um preconceito e/ou uma discriminação “qualquer”. Ele é um problema estrutural e é dessa forma que precisamos enxergá-lo para, efetivamente, combatê-lo.

No último grupo estão elencadas respostas que, apesar de não se encaixarem em nenhum dos grupos anteriores, consistem em reflexões importantes para se pensar em uma educação antirracista.

Um dos perigos de se afirmar que uma educação antirracista consiste na “*Aceitação das diferenças*”, é que esta nos remete à ideia de que quem aceita está fazendo uma espécie de favor quando na verdade o que está em voga é o respeito a existência de diferentes seres humanos.

A resposta: “*Racismo sempre existirá, mas isso não deve ser empecilho para lutar contra ele em prol de uma educação mais justa e antirracista!!!*”, por sua vez, foi registrada por uma das professoras que, durante as oficinas, nos trouxe suas experiências de racismo na infância e na vida adulta, tanto na esfera pessoal quanto na profissional. Provavelmente, sua experiência de vida, a faz acreditar que não há solução para o racismo. No entanto, talvez as temáticas das oficinas a tenham dado mais forças para lutar por uma educação antirracista, pois numa pesquisa construcionista social, o pesquisador não apenas coleta informações, mas traz mudanças para o ambiente pesquisado.

No grupo, durante a segunda oficina, essa educadora foi bem enfática, apontando sequelas que o racismo lhe deixou.

*[...]ninguém vai deixar de ser racista com o negro, porque a pior deficiência que existe no mundo é nascer negro. Porque todas as deficiências encontram apoio, todas as deficiências são defendidas de todos os jeitos... Agora, o ser negro não. E não adianta a gente se iludir não. E não tem aquele negro. “Ai eu nunca sofri racismo”. Pode ser o negro mais rico do mundo, ter estudado nas melhores escolas, porque sofreu sim. E acontece todo dia.” [...](Luana Rafaela, 2022)*

O relato contundente dessa educadora negra poderia ter levado seus pares a repensar sobre a violência do racismo na nossa sociedade e suas consequências na vida das pessoas que o sofrem, entretanto o movimento foi no sentido contrário, o de culpabilizá-la, desconsiderando as dores colecionadas ao longo de sua trajetória, como se pode ver na resposta escrita na manifestação individual por uma das colegas da oficina: “*Devemos começar a fazer esse trabalho primeiramente com os próprios professores pois, a partir do momento que um professor diz que a maior deficiência que uma pessoa pode ter é nascer negra, ela mesma está sendo racista.*”

Uma das formas de reforçar o racismo é desqualificar ou minimizar os danos que ele provoca ou mesmo querer enfatizar que o racismo não é promovido apenas por pessoas brancas. Dizer que pessoas negras são racistas tem por objetivo diminuir a sua gravidade, como se ele

fosse mais aceitável porque as próprias vítimas o mantêm. Se combater o racismo é dever de todos, não se pode minimizar que os brancos foram favorecidos e privilegiados em contextos racistas. A desesperança relatada pela professora pode ser fruto da pouca empatia dos colegas com o relato de vivências e sentimentos, que provavelmente, foram percebidos em outros momentos. Situações de racismo não acontecem apenas entre as crianças na escola, mas também entre os professores, entre elas, o fato de não acolher a dor de uma pessoa que relata suas experiências de racismo.

Em suma, podemos perceber que ainda há necessidade de formação dos/as educadores/as para que eles/as, de fato, efetivem uma educação antirracista. Não basta querer e usar frases de efeito. Sem uma compreensão mais profunda do racismo, fica muito difícil fazer mudanças.

O grupo demonstra consciência do racismo e de seus efeitos nefastos, mas apenas isso não é suficiente. É preciso haver mais formação, incentivo, materiais que ajudem os professores a, de fato, efetivarem uma educação antirracista.

Conforme mencionado anteriormente, esses relatos tiveram como foco evidenciar a maneira como os encontros foram organizados, pois a partir da análise das oficinas identificamos a presença de temas que comumente surgiram nos diálogos realizados, os quais serão elencados e discutidos adiante.

### **6.3 - (In)Compreensão do que é racismo e seus desdobramentos**

Para a proposição de ações antirracistas, é crucial a compreensão do que é o racismo, como ele organiza as nossas relações e quais são os grupos vitimados por essa forma de violência. Durante as oficinas, notamos certa incompreensão de educadores e educadoras no que diz respeito ao racismo, que ficou evidente na fala de uma das educadoras. No momento em que discutíamos o racismo e suas formas de manifestações na nossa sociedade, a mesma interrompeu uma de suas colegas que relatava sobre a utilização de termos depreciativos que são associados às pessoas negras, e indagou:

*“[...] mas não é só o negro que sente isso, que... que...esse racismo. Branco também, sabe porquê? Eu tô falando por mim. Eu estava estudando o 3º ano primário. Na minha sala era eu só e mais uma menina branca e o resto era tudo moreninho e negro. É... eu lembro de que em uma brincadeira.... eu não sei o que aconteceu, eu não lembro mais, tava muito pequenininha, eles me chamaram de branquela: - ‘É aquela branquela ali’... Nossa! Eu chorei demais de terem me chamado de branquela. Esse dia eu senti que... que... doeu, cê entendeu? Ter me chamado de branquela. Então eu*

*senti também que com branco também eles fazem esse...esse... racismo também com branco... Eu senti. Fiquei muito chateada.”* (Vanessa, 2022)

A fala dessa educadora explicita uma situação que pode ser classificada como *bullying* escolar. O *bullying* “não é brincadeira, não é engraçado e de forma alguma deve ser banalizado, não pode ser aceito como normal ou como característico das relações entre as crianças [...]” (CARAPELLO, 2020, p. 172). Todavia, é importante frisarmos que o racismo atinge um grupo específico – negros, indígenas – levando em consideração os pertencimentos étnico-raciais dos sujeitos desses grupos. Enquanto o *bullying* inferioriza, o racismo, para além de inferiorizar, desumaniza seres humanos (BRITO; NASCIMENTO, 2013).

Após a conclusão do relato dessa educadora, sua colega, que falava anteriormente, complementou: “*Mas é menos comum, né...*” (Daiane Griá, 2022). Isso demonstra que, ainda que parcialmente, a referida concordou com a fala de sua colega, o que é algo extremamente preocupante, pois, para combater o racismo, é preciso compreendê-lo. Dizer que pessoas brancas sofrem racismo é invisibilizar todas as desvantagens políticas, econômicas e sociais que pessoas negras e indígenas enfrentam devido as suas origens étnico-raciais. O racismo envolve relações de poder, estabelece hierarquias sociais e promove a desumanização das pessoas. É uma questão estrutural que necessita, urgentemente, ser desestruturada.

Se por um lado, havia educadores/as no grupo que ainda necessitam compreender o que é o racismo, outros/as, porém, demonstraram ter uma visão mais abrangente acerca dessa questão apontando, inclusive, as expressões racistas presentes na linguagem.

As expressões racistas estão comumente presentes no nosso cotidiano e contribuem para a propagação de associações entre negro/preto a algo ruim. Ao discutirmos sobre a presença do racismo com os/as educadores/as surgiram expressões como: “*lista negra*”, “*a coisa tá preta*”, “*mercado negro*”, entre outras. Ao dialogarmos sobre essas associações, emergiu a questão das famílias no momento da autodeclaração para a matrícula das crianças em que uma educadora relatou que os próprios pais falam que o filho é “moreno” “moreninho” demonstrando dificuldade em declarar o filho como sendo negro. De acordo com ela: “*Tem algumas coisas que a gente percebe[...] é que às vezes ao fazer a matrícula lá na escola, a gente vê que a criança é descendente de... de... preto, mas os próprios pais, às vezes, falam assim: - ‘É moreno’, ‘moreninho’*” [...] (Daiane Griá, 2022).

Esses apontamentos situam as famílias como os primeiros a reproduzirem o racismo, negando a identidade étnico-racial de suas crianças. Contudo, não podemos sucumbir às falas que culpabilizam as vítimas pelas violências que sofrem. É necessário olhar de modo mais abrangente para o contexto em que vivemos, percebendo o quão desafiador é tornar-se negro

em uma sociedade racista. Esse é o movimento que uma das educadoras realiza ao convidar suas colegas a refletirem sobre o que é ser negro no Brasil:

*“Dentro das colocações de todos, eu acho que, quando a gente fala essa questão da matrícula, quanto a essa dificuldade de se declarar preto... Eu acho que a gente tem que pensar um pouco o que é ser preto no Brasil. Não só no Brasil, né?... Mas falando assim do país onde nós estamos inseridos... É complicado porque carrega-se toda uma história de preconceito. Então, muitas vezes, as pessoas têm essa dificuldade por tudo que elas já passaram e toda essa tendência que a gente traz mesmo, essa questão europeia... Então, se a gente for ver o que está por trás de ser preto[...]. A gente vê tantas expressões, o que é a luz? As trevas estão atreladas ao que é escuro, o que é preto... Ah... – ‘Então eu vou colocar o seu nome no meu livro negro’. São várias expressões. São coisas que passam e é necessário, realmente, ter essa educação antirracista desde a educação infantil para que as pessoas, aos poucos, consigam se sentir, se autodeclarar, falar mesmo: - ‘Eu sou de fato preto’”.* (Ariane, 2022)

A educadora chama a atenção para os impactos negativos causados pelo racismo, afirmando a necessidade de uma educação antirracista. Ela ainda segue complementando a sua fala trazendo questões que também têm a inquietado.

*“E aí eu venho pensando em várias coisas que vem acontecendo, nos noticiários que a gente fica vendo, né... [...] Questões do lápis cor da pele, de bailarinas que tiveram que pintar as sapatilhas de cor da pele, a gente vê os casos de assassinatos, violências [...] A gente vê muito essa questão das mortes de negros aumentando. Então, a gente precisa entender um pouco isso... O que é se declarar preto, né...”* (Ariane, 2022)

Mais ao final de sua fala, a educadora demonstra captar a dimensão estrutural do racismo, apontando seus desdobramentos em diferentes contextos, chamando a atenção de suas colegas para isso, evidenciando a necessidade de que o combate ao racismo seja realizado.

Um olhar crítico como o dessa educadora, capaz de captar a dimensão estruturante do racismo na nossa sociedade, fortalece e viabiliza a promoção de práticas antirracistas nos espaços escolares, pois, os/as educadores/as são mediadores/as que devem trabalhar em prol de que situações de racismo não ocorram na escola.

#### **6.4 - Práticas antirracistas: entre tentativas e alternativas**

Os educadores ocupam um papel de suma importância na implementação de práticas antirracistas nos ambientes escolares. São eles que estão ali no dia a dia, tendo contato direto com as crianças e por isso, podem potencializar a luta antirracista nesse espaço. Todavia, para a realização desse movimento, é necessário que tenham embasamento teórico e metodológico para realizar este trabalho.

Nas oficinas, as educadoras trouxeram algumas de suas experiências relatando certa dificuldade e incerteza sobre suas ações, se teriam sido adequadas ou não, conforme podemos observar no trecho a seguir, sobre uma experiência do início da carreira de uma educadora.

*“É... na verdade eu tenho uma história bem pesada que aconteceu quando eu estava no início do trabalho. Era a primeira criança negra da escola, era uma escola particular e ela já tinha uma história de ter sido adotada pela irmã. Então era uma história já bem complicada. E uma outra criança começou... elas tinham 4 anos... 3 ou 4 anos mais ou menos, e uma outra criança começou a praticar racismo e era assim, coisa pesada, não era brincadeira não. Então assim, a gente foi fazendo um trabalho, chamando a família, conversando com a criança que estava fazendo e nada resolvia. Até que um dia essa criança vira pra outra e fala assim: - ‘Sua negra preta, fedorenta’. Aí quando eu fui para chamar a atenção, tava entrando um rapaz para olhar a questão da água, colocar as coisas na caixa d’água. Aí ela falou assim: - ‘Então ele é mais fedorento do que eu, porque ele é mais preto do que eu’. E aí eu fiquei sem ação... Eu falei assim: - ‘O quê que eu faço agora?’ Chamei a criança, levei ela para a frente do espelho e falei: - ‘Olha se você é feia? Olha se você tá fedendo?’ Eu falei assim... eu não sabia o que fazer, nem sei se fiz certo, mas eu falei: - ‘Olha! Você é linda. Tá toda cheirosa, é cheirosa, é inteligente, então para com isso e não deixa o coleguinha falar assim com você não’. Eu sei que conversei muito com ela [...] Foi uma situação muito pesada porque eu não sabia o que fazer, como lidar com a situação.” (Rafaelly, 2022)*

Nesse relato, podemos perceber que a educadora enfatiza, mais de uma vez, que foi uma situação pesada, nomeando-a como sendo uma situação de racismo. De fato, o racismo é extremamente violento e desumanizador. É também por isso que precisamos estar preparados para agir diante dele, combatendo-o.

No caso apresentado, temos uma situação de racismo envolvendo duas crianças, que apesar de ainda muito pequenas, já demonstram os impactos do racismo em suas vidas. Em meio a isso, a educadora se sente insegura para agir diante de tal situação, mas cria uma forma de auxiliar a criança violentada a se reconhecer como um ser digno e não aceitar se submeter àquela situação. Por mais incipiente que tenha sido a abordagem, o incômodo que a professora sentiu, a fez agir de alguma forma para minimizar os danos que ela percebia que a criança estava sofrendo. Sabemos que por se tratar de uma instituição privada, isso pode ter influenciado, inclusive, na forma de abordagem à família da criança que praticava o racismo.

Apesar de encarar aquela situação com seriedade, apontando-a como algo pesado e que não era brincadeira, percebemos que ao final, aquela situação de racismo é tratada de forma pontual, trazendo inclusive a responsabilidade, para a criança que era vítima, de combater as situações que estava submetida. Contudo, vale ressaltar que a própria educadora expõe a sua dificuldade de lidar e se questiona se as suas atitudes foram certas ou não.

Para Raquel Carapello,

[...] o racismo não é unilateral, quem o pratica também é afetado e também precisa de atenção. É preciso compreender que construir características positivas, aprender a conviver, cooperar, respeitar a diversidade e exercitar a empatia é um processo de construção que também ocorre na escola e requer intencionalidade, planejamento e acompanhamento. É através das interações, vínculos e relações que estabelecemos com o outro, com a cultura e com a diversidade que nos construímos e aprendemos. Sendo assim, o papel da escola e especialmente do professor é extremamente importante. (CARAPELLO, 2020, p. 177)

O movimento dos educadores e educadoras de refletir sobre suas práticas é de suma importância, até mesmo para que se sintam provocados a aprimorar seus conhecimentos. Não é necessário que tenhamos que passar por situações de racismo para agir. Um olhar mais atento, um trabalho constante pode fazer com que esses casos não ocorram. Contudo, caso as situações de racismo venham a ocorrer, é preciso que os educadores tenham a sensatez de identificá-las e agir diante delas. Nesse caminho, segue o relato de uma educadora que, a partir de sua observação mais atenta, identificou uma situação de racismo entre suas crianças.

*Mirella – Hoje no finalzinho do intervalo lá na creche... Eu e (outra educadora) tava conversando sobre uma situação dessa. De uma criança que eu tinha e não gostava de sentar com o coleguinha com a pele negra e não queria dar a mão. Às vezes colocava a cadeira perto na rodinha, em qualquer situação, não queria, não aceitava. O quê que eu comecei a fazer... Como tinha a ficha do nome, eu já colocava, de propósito a ficha desse colega perto dele e foi assim a situação que foi acontecendo porque já estava acostumado a chegar na escola e eles iam para a cadeira que estava a ficha do nome e assim com essa situação ele foi acostumando e depois eu não tive problema nenhum[...]*

Nas palavras dela, suas ações contribuíram para que aquela situação não se repetisse. Assim, ela conseguiu intervir diante de uma situação de racismo sem precisar expor diretamente o tema em sala de aula.

Entre o ir e vir do cotidiano escolar, educadoras e educadores podem se deparar com diversas situações de racismo, sejam elas implícitas ou explícitas como nos casos citados. Portanto, olhares mais atentos e sensíveis nesses momentos contribuem demasiadamente para que ações interventivas possam ocorrer de forma mais efetiva.

Outro fator que poderia contribuir substancialmente nessas situações são as bases teórico e metodológicas possibilitando a adoção de práticas antirracistas no cotidiano da escola, não reproduzindo estereótipos, trazendo representatividade, trabalhando as histórias e as culturas africana, afro-brasileira e indígena, em suma privilegiar o trabalho com o diverso levando as crianças a reconhecer e respeitar as diferenças.

## **6.5 - Xiu! Do silêncio ao silenciamento**

Durante nossos encontros, poucos educadores se manifestaram. É possível que a presença de outros sujeitos como supervisoras e membros da gestão talvez possa ter contribuído para a inibição desses. Além disso, o fato de as oficinas ocorrerem de forma *on-line* também faz com que as pessoas permaneçam na sala, mas não estejam “presentes” no ambiente, fiquem fazendo outras coisas e não participando inteiramente. Também, dada a temática, é possível que

algumas pessoas podem ter se sentido inibidas de falar algo “errado”, o que foi evidenciado em uma situação que ocorreu fora do espaço das oficinas, porém por estar relacionada a ela, sentimos a necessidade de trazê-la à tona.

Após o término do período das oficinas, encontrei casualmente uma das educadoras participantes. Nesse momento, a educadora me reconheceu, mas como as oficinas foram *online* e muitos participantes não abriram as câmeras, não a reconheci de imediato. Contudo, após uma breve reapresentação, a educadora pôs-se a conversar comigo, relatando sobre seu receio de utilizar termos de maneira equívoca:

*Alice da Silva: Qual que é o certo de usar... Preto ou negro? [...] às vezes eu fico com medo de usar a palavra errada, igual naquele dia (se referindo às oficinas). A gente fica sem saber como falar, dá medo de tá errado, essas coisas...*

Essa fala demonstra que ainda há um tabu quando estamos tratando da temática étnico-racial. A educadora preferiu tirar suas dúvidas em uma conversa casual “de canto”, do que expor sua incompreensão em um momento formativo, específico para aquele fim. Ademais, suas próprias reflexões foram mantidas em sigilo, conforme podemos notar na continuação de seu relato:

*Alice da Silva: Sabe, quando você tava falando sobre a questão do racismo eu fiquei pensando... Realmente não faz sentido eu, enquanto uma mulher branca, dizer que sofro racismo. Eu nunca fui perseguida em uma loja por ser branca, eu nunca perdi uma vaga de emprego por ser branca... Fiquei pensando... Realmente não faz sentido isso. [...]*

Essa fala demonstra que a educadora, após as oficinas, refletiu e reconheceu seus privilégios, enquanto pessoa branca. Caso essa análise tivesse sido feita durante as oficinas, poderia ter sido um exemplo para que as suas colegas fizessem o mesmo, pois é preciso que pessoas brancas reconheçam seus privilégios, falem sobre eles, se exponham e se comprometam com a luta antirracista. Para isso, é necessário se preparar, e não temer os conflitos que temas como o racismo suscitam, isso perpassa, inclusive, por ouvir e acolher as vítimas dessa violência, sejam elas crianças ou adultas.

## **6.6 - (Des)esperança**

Enquanto, de um lado, temos o silêncio em relação aos privilégios, por outro, temos passagens que evidenciam os efeitos, as marcas e as dores causadas pelo racismo na trajetória escolar e de vida de pessoas negras.

Nas oficinas, poucos educadores e educadoras falaram, entretanto, uma educadora negra fez vários desabaços sobre as situações de racismo que vivenciou em sua vida, tanto dentro quanto fora da escola.

***Luana Rafaela:** Eu já sofri tanto racismo na minha vida. E tem uns que foram muito marcantes ...Eu tinha ido para São Paulo e eu ganhei um agarradinho. A minha professora tomou o agarradinho, escondeu ele e falou que eu não podia ter porque eu era preta, pobre e que... Ela me chamou de ladrona, só que eu falava muito errado... Aí eu cheguei em casa e contei que ela me chamou de roubeira, eu trocava muito as palavras... Eu já sofri muito racismo. Já sofri racismo em locais de trabalho. O racismo ele existe, ele está aí e ele nunca vai deixar de existir. Infelizmente, ele existe e quando a pessoa é negra e ainda se sobressai no que faz, é pior ainda... Aí que a pessoa sofre mais racismo, mas, infelizmente, ele não vai deixar de existir não... Quando eu tive a minha filha mais velha, eu coloquei ela em uma escola particular [...] Eles falaram que ela não poderia brincar com a coleguinha, porque a coleguinha é loira. Cortaram o cabelo dela, bateram[...] na cabeça dela. Eu tive que tirar ela da escola. Depois tive a minha filha mais nova, só que a minha filha mais nova é branca. Eu fui proibida de entrar no ônibus com ela porque eu era preta e a minha filha era branca. O racismo existe e ele não vai acabar não, infelizmente.*

O racismo é uma violência tão grave que deixa marcas profundas. Nesse relato, podemos perceber o desabaço dessa educadora que vivenciou diversas situações racistas, tanto dentro quanto fora do espaço escolar, trazendo suas experiências enquanto estudante, profissional e mãe para expor a sua desesperança, afirmando que o racismo nunca acabará.

O racismo impacta os sujeitos de distintas maneiras e cada indivíduo reage de uma forma. A reprodução do racismo, a resistência a ele ou as duas formas de respostas dadas pelo mesmo sujeito, revelam os impactos do racismo na subjetividade dos indivíduos negros, resultado da internalização das contradições postas nas relações sociais, que constroem e são construídas por esses mesmos indivíduos, mobilizando nestes a reprodução e/ou resistência (JESUS; COSTA, 2017).

Nesse sentido, tal contradição é observada nos relatos dessa educadora que, apesar de enfatizar que não acredita na mudança, mais adiante faz críticas ao comportamento de colegas de profissão, destacando a necessidade de mudanças de posicionamento desses para que uma educação antirracista ocorra:

***Luana Rafaela:** Uma coisa que tem que parar de acontecer[...] é por exemplo, na sala de aula tem 10 crianças negras, aí na hora que vai contar uma história “bonequinha preta”, me pega uma criança branca e pinta, ou então um professor vai lá e se pinta de preto para contar a história. Se existem professores pretos, porque um branco tem que ser pintado de preto para contar a história? Eu acho isso super errado. É uma forma de estar é... como que eu vou te falar... espalhando racismo. É como se diz: - Ele é preto, mas não é capaz de representar a sua própria etnia. Se tem o negro lá, porque que tem que pintar uma criança ou um professor para poder contar a história. Eu acho isso super errado e se... Enquanto um profissional da educação continuar fazendo isso, como que nós vamos poder dar uma educação antirracismo, se o racismo já está partindo do próprio profissional?*

Podemos observar que a educadora faz uma crítica em relação à reprodução do racismo presente em seu cotidiano, revelando que tais situações não passam despercebidas diante dela, apresentando o racismo sofrido tanto por crianças, quanto por educadores/as negros/as no ambiente escolar.

Neusa Santos Souza, em seu livro “Tornar-se Negro”, discute o quão desafiador e violento é, para a população negra, viver em uma sociedade pautada por valores brancos, em que os espaços de decisão e poder são ocupados por esse grupo (SOUZA, 1983). No ambiente escolar, essa realidade não é diferente, pois o racismo se faz presente tanto para os alunos quanto para os educadores e educadoras, o que fica evidente na fala da educadora que expõe a prática racista realizada pelos seus pares. Mais adiante, a mesma segue trazendo suas contradições quando diz que, ao seu ver a educação antirracista, é um sonho, uma utopia:

*Luana Rafaela: Infelizmente [...] não adianta a gente sonhar. O racismo existe, ele vai continuar existindo. O quê que a gente, nós que somos negras, mães de filhos negros, temos que ensinar para os nossos filhos que nós somos lindos, nós somos capazes de tudo que nós quisermos nesse mundo e que, quanto mais a gente se desenvolver, quanto mais a gente crescer, quanto mais poder nós tivermos, nós vamos incomodar mesmo... Mas a gente tem que aceitar isso e seguir em frente. Não abaixar a cabeça para ninguém em hora nenhuma, porque se ficar com esse mímimi... “O racismo não existe”, “Vai ter uma sociedade antirracismo?”, “Vai ter uma educação antirracista?”... Não vai ter... Não adianta... A gente vai ensinar sim [...] Você tem que respeitar todo mundo, existem cores diferentes, existem deficiências diferentes... A gente tem que ensinar... Mas o que a gente tem que ensinar pros filhos, os sobrinhos, os amigos, os alunos negros é crescerem e fazer de tudo para ser melhor do que todo mundo (porque mesmo melhor, eles nunca vão ser igual) e nunca abaixar a cabeça para ninguém porque essa situação não vai mudar nunca. É um sonho, uma utopia e cada vez ela vai ficar pior. Eu falo por experiência própria, como mãe, como profissional que estou desde os 18 anos dentro da sala de aula e já vivenciei muita coisa, infelizmente, não vai mudar. Se não ensinar o negro a se valorizar, a ser melhor e não abaixar a cabeça, não tem educação antirracista que resolva, porque ninguém vai deixar de ser racista com o negro, porque a pior deficiência que existe no mundo é nascer negro. Porque todas as deficiências encontram apoio, todas as deficiências são defendidas de todos os jeitos... Agora, o ser negro não. E não adianta a gente se iludir não. E não tem aquele negro. ‘Ai eu nunca sofri racismo’. Pode ser o negro mais rico do mundo, ter estudado nas melhores escolas, porque sofreu sim. E acontece todo dia. Nós temos que aprender a viver a realidade, não viver no sonho[...] Eu estou sendo realista e mostrando a realidade dos fatos, não vai mudar, vai continuar do mesmo jeito.*

Podemos perceber que, ao mesmo tempo em que ela expressa a sua desesperança em relação à mudança, a citada faz menção a elementos que compõem uma educação antirracista como a questão do respeito e da diferença, expondo muitas dores e mágoas em suas palavras. Contudo, ao ser questionada, pela pesquisadora, sobre o seu discurso ter elementos que compõem uma educação antirracista, ela complementa:

*Luana Rafaela: Só vai acontecer de um professor negro para alunos negros[...] eu já sofri preconceitos de vários professores. Essa valorização, ela acontece sim, se vier de um professor negro que vive a situação para alunos negros. Porque eu sei o que já aconteceu comigo. Eu tenho ex-professores que chegam perto de mim, me abraçam. Conversam comigo, mas no meu íntimo eu falo, sinceramente, se eu fosse a morte, eu te matava. Porque eu tenho guardado dentro de mim o que eles fizeram comigo. Só que a minha mãe me ensinou a respeitar as pessoas, mas no meu íntimo, sinceramente, dá vontade de matar.*

Um ponto importante que precisa ser observado é o impacto que o racismo causa nas crianças. A partir da fala dessa educadora é perceptível toda dor e ressentimento que ela traz consigo desde seus tempos de escola. Fruto de situações de racismo praticadas, principalmente, por seus professores/as. De acordo com Adelmir Fiabani e Tainá Fiabani:

No momento que a escola atua difundindo preconceitos ou discriminações, deixa de promover a vida e torna efetivo o processo de aniquilamento da identidade da criança negra. Os atos conscientes e inconscientes dos professores, equipe diretiva e demais servidores, em relação às crianças negras, magoam e marcam profundamente por toda a vida. (FIABANI; FIABANI, 2020, p. 640)

A partir dos relatos da educadora, podemos notar o quanto essa afirmativa procede, haja vista que a sua narração explicita as marcas indelévels deixadas pelas situações de racismo vivenciadas por ela desde a infância.

Além disso, seus relatos suscitam outros questionamentos. Seria a sua desesperança o resultado de experiências, inclusive em seu ambiente de trabalho? Às vezes nos preocupamos com o racismo com uma criança pequena, como ela vai crescer e como isso a afetará ao longo de sua vida (o que é muito importante), mas, em contrapartida, acolhemos pouco as pessoas adultas que trazem as dores do racismo. No caso desta pesquisa, a ausência de acolhimento para com a educadora negra foi notória diante da inércia e do silêncio de suas companheiras de trabalho nos momentos de seus desabafos.

O silêncio, a falta de acolhimento e a reprodução de práticas racistas são pontos que, ao serem combinados, podem contribuir significativamente para a descrença na mudança. Dado isso, um outro ponto que necessita ser destacado é que a educação antirracista é um dever de todos os educadores e educadoras e um direito de todos os estudantes, independentemente da origem étnico-racial deles.

A educação antirracista precisa ser incorporada nas nossas instituições de ensino como um elemento basilar no cotidiano escolar e para isso, é necessário que caminhos sejam trilhados nesse sentido. Caminhos esses que não devem ser uma trilha solitária realizada pelos/as educadores/as, mas sim um trabalho coletivo e comprometido por todos que aqueles/as que compõem a comunidade escolar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi articulada a partir de três perspectivas centrais: individual, profissional e social. Assim, minha trajetória pessoal enquanto estudante (negra), aliada à minha carreira profissional de educadora (negra), juntamente com a preocupação social de compreender o racismo enquanto um problema que precisa ser enfrentado na nossa sociedade foram pontos que convergiram para a realização desse trabalho.

O presente estudo objetivou conhecer as experiências de educadores/as infantis da rede municipal da cidade de Teixeira – MG em relação ao racismo no contexto escolar, bem como sensibilizá-los/as para atuarem na proposição de uma educação antirracista.

Para isso, foi realizado, primeiramente, um estudo teórico trazendo termos e conceitos cruciais para entendermos o racismo e o modo como ele se articula nas nossas relações cotidianas. Em seguida, apresentamos as implicações do racismo no contexto educacional, enfatizando o papel fundamental dos educadores e educadoras no que diz respeito ao enfrentamento dessa violência. Ademais, foi realizado também um levantamento bibliográfico acerca da formação dos/as professores/as infantis numa perspectiva antirracista que evidenciou a necessidade de mais iniciativas no sentido de incentivar, facilitar e promover o combate ao racismo nas instituições escolares, começando pela formação de professores inicial e continuada, além da relevância de que novas pesquisas sejam feitas nesse âmbito.

Caminhando nesse sentido, essa pesquisa ocorreu em duas etapas, primeiramente foi disponibilizado um questionário *on-line* e em um segundo momento foram realizadas duas oficinas via *Google Meet*. Entendemos as limitações desses instrumentos, especialmente das oficinas *on-line* que, possivelmente, impactaram na participação efetiva dos/as educadores/as. Contudo, em ambos momentos privilegiamos o que os/as educadoras tinham a dizer, trazendo questionamentos para serem refletidos tanto individualmente, quanto coletivamente.

No que diz respeito as experiências de racismo, mesmo em um grupo relativamente pequeno, foram relatadas nos questionários e, principalmente, nas oficinas muitas situações vivenciadas e/ou presenciadas tanto dentro, quanto fora do ambiente escolar, demonstrando como o racismo ainda é forte nas nossas relações cotidianas e que essas situações não passaram despercebidas pela maior parte dos/as educadores/as. Em contrapartida, tivemos educadores/as que demonstraram que ainda precisam avançar no sentido de compreender o racismo enquanto elemento estruturante da nossa sociedade e que se faz presente em nossos relacionamentos ocasionando prejuízos para negras/os e indígenas.

Outro ponto relevante a ser destacado é que, a partir dos relatos de uma das educadoras, pudemos vislumbrar o quanto o racismo, inclusive o vivenciado na infância, acarreta marcas indeléveis na vida das pessoas negras e o quão notória é a ausência de acolhimento e a falta de sensibilidade para com as vítimas dessa violência. Essa ausência de empatia para com pessoas negras, sejam elas adultas ou crianças, também é uma das formas que o racismo se expressa nas nossas relações sociais.

Perceber as manifestações do racismo em nosso cotidiano nem sempre é fácil, inclusive no âmbito da educação infantil que atende crianças ainda muito pequenas. Por isso, é fundamental que educadores/as sejam racialmente letrados estando embasados teórico e metodologicamente para que possam trabalhar na perspectiva antirracista. Essa pesquisa teve como base contribuir para que esse movimento aconteça, haja vista que foram articulados encontros formativos com esses/as profissionais, buscando sensibilizá-los/as para a temática racial.

Consideramos que o movimento de sensibilização para uma educação antirracista perpassa por discutir e compreender o racismo entendendo o modo como ele se articula nas nossas relações e os prejuízos que ele acarreta para determinados grupos. Tal articulação também faz parte do processo de letramento racial, sendo que identificar e nomear esses grupos é essencial para se compreender os impactos do racismo neles. Entretanto, entre os/as educadores/as participantes notamos que ainda é preciso superar o incômodo de falar sobre racismo. É necessário que as pessoas se incomodem com o racismo e não em falar sobre ele, pois, é quando nos incomodamos, que agimos e quando agimos é que podemos fazer as coisas acontecerem. A realização deste estudo foi um passo importante nesse sentido, trazendo a temática à tona e promovendo momentos de diálogos e trocas de experiências em que os/as educadores/as puderam se expressar e repensar não apenas as suas práticas, mas também suas visões de mundo. Um exemplo disso, foi uma das educadoras que me encontrou, casualmente, depois do período das oficinas e relatou que após nossos encontros ficou repensando o seu lugar de mulher branca e seus privilégios em meio a uma sociedade racista.

Visibilizar a existência do racismo, bem como evidenciar a pertinência de seu combate são passos cruciais para a implementação de uma educação antirracista.

Reconhecer a necessidade de uma educação antirracista e acreditar que ela é possível são pontos essenciais para que os educadores e educadoras possam se movimentar na contramão desse sistema de opressão que é o racismo. Apesar de alguns educadores/as terem demonstrado a superação do primeiro ponto – entendendo a necessidade de uma educação antirracista – ainda é preciso superar a desesperança da parte de outros.

Durante as oficinas, ancorada na proposta Construcionista social, busquei a todo momento evidenciar aos educadores/as o seu lugar de protagonistas, construtores/as no mundo, levantando questionamentos como: Ao me relacionar com as crianças, como é meu contato físico? Quais são os materiais que eu escolho? Como são meus cartazes, quais representações de humano aparecem neles? Qual mundo queremos criar? Quais mudanças eu desejo? O que é uma educação antirracista? O que podemos fazer para que ela se materialize? O que eu tenho feito para esse fim? Em suma, a foco era leva-los a refletir sobre quais realidades eles têm criado com suas práticas e quais realidades eles querem criar.

De ações imediatas a práticas planejadas e elaboradas, os relatos das educadoras trouxeram em alguns momentos impotência e desesperança, e em outros perspicácia e superação. A partir desse estudo é possível notar que ainda há lacunas na formação dos/as profissionais no tange a temática étnico-racial, pois mesmo em meio a tempos tão diversos de experiência os mesmos/as mencionaram ter pouca ou nenhuma formação nesse âmbito, sendo necessária a formação continuada desses profissionais a fim de cumprir, inclusive, legislações (Leis 10.639 e 11.645) que são passos fundamentais para o desenvolvimento de uma educação antirracista.

Compreendendo tais pontos, foi proposto à Secretaria Municipal de Educação a realização de um momento formativo/interventivo com educadores e educadoras infantis do município. Esse momento teria como objetivo exemplificar e reafirmar que a educação antirracista pode e deve estar, de fato, no cotidiano escolar. Assim, a presente formação consistiria numa apresentação de proposições antirracistas, trazendo à tona ideias de práticas que poderiam ser realizadas no cotidiano escolar, buscando ao mesmo tempo contribuir para o letramento racial dos educadores e educadoras. Entretanto, devido a intercorrências com relação a datas e horários disponíveis, a realização desta formação se tornou inviável para ser incorporada à essa dissertação, mas ainda almejamos que ela possa ocorrer mais adiante.

Ademais, vale destacar, que o letramento racial, não necessariamente precisa ocorrer a partir de um “encontro formal”, a democratização do acesso à informação nos possibilita o contato com uma gama enorme de materiais como *Lives*<sup>16</sup>, páginas em diversas mídias sociais, vídeos no *Youtube* de conteúdos produzidos por profissionais qualificados e comprometidos com o combate ao racismo. Também a articulação com grupos e coletivos engajados na luta antirracista que podem dividir seus conhecimentos e práticas e multiplicá-las consiste em uma união enriquecedora e extremamente potente.

---

<sup>16</sup> Transmissão ao vivo de áudio e vídeo na Internet, geralmente feita por meio das redes sociais.

Esses passos são fundamentais para que um caminho antirracista seja trilhado nos espaços escolares. Também não podemos perder de vista que somos seres relacionais, isto é, nos estabelecemos a partir de nossos relacionamentos. Nesse sentido, apesar de reconhecer a potencialidade do cotidiano escolar, enquanto o espaço onde “as coisas”, de fato, ocorrem, vale destacar que o racismo é complexo e se faz presente em vários âmbitos de nossas vidas. Assim, a educação não é o único instrumento que sustenta essa estrutura, porém a mesma consiste em um forte pilar de sustentação que pode fortalecer tal estrutura e/ou contribuir para desestruturá-la.

Por isso, é necessária uma rede de enfrentamento para combater esse problema que é estrutural. Um professor comprometido com uma educação antirracista tem um grande potencial de multiplicar práticas antirracistas, porém esta deve envolver todos os professores não apenas atuantes nas escolas, mas as secretarias municipais, estaduais de educação, o Ministério da Educação, na criação de um projeto nacional para a implementação de uma educação antirracista no país.

Além de um compromisso de todos os educadores e educadoras que estão presentes no chão das escolas, a educação antirracista deve ser também um compromisso de todas as redes Municipal, Estadual e Federal de educação. É preciso reforçar o comprometimento das instituições na promoção de uma educação antirracista nos estabelecimentos de ensino, pois, o caminho não é árduo quando não estamos sós.

Todavia, sabemos que há desafios que são impostos pela própria estrutura racista que fundamenta as nossas relações. Estaria a branquitude disposta a sair da sua posição de privilégio, deixando de lado a inércia para se inserir na luta antirracista?

É importante que as pessoas brancas também estejam comprometidas com a luta antirracista, porém, mantendo o equilíbrio entre: compreender e respeitar o protagonismo de pessoas negras e indígenas nessa luta e não se manter em um lugar de passividade e comodismo no que diz respeito ao enfrentamento do racismo. A luta antirracista não é uma luta de pessoas negras; nem de pessoas negras contra brancas; mas sim uma luta de todos os seres humanos para que todos sejam tratados e respeitados como humanos.

As pessoas, de modo geral, são os grandes protagonistas capazes de transformar a nossa sociedade, desde a professora no chão da escola a criadores de um projeto nacional para a implementação de uma educação antirracista. O melhor dos projetos educacionais pode ser redigido, contudo se não houver um/a educador/a preparado para implementá-lo, sua realização ficará comprometida. Do mesmo modo, um/a educador/a que realize excelentes práticas antirracistas terá o seu potencial de alcance limitado ao seu espaço de trabalho.

A partir da ótica construcionista social, entendemos que a estrutura racista foi construída e ela pode ser desconstruída a fim de que possamos reconstruir nossas relações a partir de novas bases. Para isso, é preciso uma rede de apoio de pessoas comprometidas por uma educação antirracista, na qual o trabalho coletivo prevaleça e fortaleça a luta cotidiana por uma educação e sociedade antirracistas.

Para precisar o quanto o nosso país tem ou não avançado nesse sentido seria necessário um estudo muito mais amplo. Todavia, no que tange ao contexto do Município em que essa pesquisa foi desenvolvida, passos têm sido dados. Recentemente fui procurada por uma das assessoras da Secretária Municipal de Educação a fim de retornarmos as discussões sobre a proposta de articulação para ofertar uma formação para os/as educadores/as da rede.

Esse é um passo importante, não suficiente, mas faz parte do caminho que precisa ser percorrido para que tenhamos educadores/as que: conheçam e implementem legislações tais como as Leis 10.639 e 11.645, tenham uma formação sólida para trabalhar as relações étnico-raciais e implementar uma educação antirracista, sejam racialmente letrados e que, por fim, possam desenvolver uma educação antirracista que, além de integrada, possa ser também integradora de conhecimentos de diferentes áreas, enriquecendo o trabalho diário realizado nas salas de aula, potencializando a promoção de relações mais respeitadas tanto dentro quanto fora dos espaços escolares.

Parece um sonho ambicioso, mas muitas das conquistas que temos hoje, outrora também pareceriam sonhos ousados demais para se tornarem realidade. Realidade essa que nós construímos e que por isso, podemos mudá-la.

O racismo é um problema estrutural e para a sua desestruturação é necessária uma união que vise a construção de um sistema educacional antirracista. Não é possível neste momento precisar o quanto avançamos nesse sentido ou o quanto ainda estamos distantes dele, porém, o fato é que precisamos avançar cada mais para que um caminho antirracista seja trilhado em nossa educação e sociedade.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Márcio Mucedula; PIOTTO, Débora Cristina; CORREA, Bianca Cristina. Relações étnico-raciais e formação docente: situações de discriminação racial na educação infantil. **Revista Eletrônica de Educação**, [São Carlos], v. 9, n. 2, p. 373-388, [ago.] 2015. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1092> . Acesso em: 02 abr. 2021.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo. Pólen, 2019.
- ALVES, Nancy nonato de Lima; BARBOSA, Ivone Garcia; RIBEIRO, Núbia Souza Barbosa. Educação para as relações étnico-raciais na educação infantil em documentos nacionais. **Revista Contemporânea de Educação**, [Rio de Janeiro] v. 11, n. 22, p. 312-331, ago/dez. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/2969> . Acesso em: 05 jun. 2021
- ANUÁRIO BRASILEIRO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2020. **Educação**. São Paulo. Moderna, 2020, Anual. Disponível em: <https://www.moderna.com.br/anuario-educacao-basica/2021/a-educacao-brasileira-em-2021.html> . Acesso em: 20 out. 2021
- BARBOSA, Juliana de Sousa. **As relações étnico-raciais na lei de diretrizes curriculares nacionais para educação infantil: implicações na formação de professores**. (Graduação em Pedagogia) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 43. 2018.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo. Companhia das Letras, 2022.
- BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). **Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais**. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2012a.
- BRAGA, Aline de Oliveira; GONÇALVES, Maria Alice Rezende. Práticas docentes e relações raciais em uma creche do município do rio de janeiro. **Cadernos do Lepaarq**, [Pelotas], v. 12, n.34, p. 26-43, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/lepaarq/article/view/14842> . Acesso em: 20 mar. 2021
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) . Acesso em: 18 out. 2021
- BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, [1996]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm) . Acesso em: 21 jul. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm) . Acesso em: 20 mar. 2021

BRASIL. **Resolução Nº 1, de 17 de junho de 2004.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: Ministério da Educação, Conselho Nacional da Educação, [2004]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnaes/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12988-pareceres-e-resolucoes-sobre-educacao-das-relacoes-etnico-raciais> . Acesso em: 21 jul. 2021.

BRASIL. **Lei Nº 11.645, de 10 março de 2008.** Altera a Lei no9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm) . Acesso em: 20 mar. 2021

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm) . Acesso em: 10 dez. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.796 de 04 de abril 2013.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2013. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1) . Acesso em: 12 out. 2022

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil** /Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRAÚNA, Carla Jeany Duarte; SOUZA, Davison da Silva; ANDRADE SOBRINHA, Zélia Maria Lemos. Letramento racial crítico: ações para construção de uma educação antirracista. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 3, n. 1, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/8869/8156> . Acesso em: 11 jun.2023.

BRITO, Benilda; NASCIMENTO, Valdecir (Coord.). **Negras (In) Confidências – Bullying, não. Isto é Racismo. (Mulheres Negras contribuindo com as reflexões sobre a Lei 10639/03)**. 1. ed. Belo Horizonte – MG: Mazza Edições, 2013

BURR, Vivien. **An Introduction to Social Constructionism**. London: Routledge, 1995.

CAMPOS, Leonardo Lacerda; SORIANO, Raissa Santos. Práticas educativas no combate ao racismo: discutindo estratégias para Educação Infantil. **Revista Com censo**, [Brasília], v. 8, n. 2, p. 108 – 118, maio. 2021. Disponível em: <https://periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/1011> . Acesso em: 24 jun. 2021

CARAPELLO. Raquel. O racismo camuflado pelo bullying. **Revista educação – UNG**. [Guarulhos] v. 15, n. 1, p.171 – 178, 2020. Disponível em: <http://revistas.ung.br/index.php/educacao/article/view/4018> . Acesso em: 15 nov. 2022.

CARREIRA, Denise. O lugar dos sujeitos brancos na luta antirracista. **SUR 28 - Revista Internacional de Direitos Humanos**, [s.l], v.15. n.28, p. 127 – 137, 2018. Disponível em: <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2019/05/sur-28-portugues-denise-carreira.pdf> . Acesso em: 24 abr. 2023

CARVALHO, Isabela Bastos de; CASTRO, Alexandre de Carvalho. Currículo, racismo e o ensino de língua portuguesa: as relações étnico-raciais na educação e na sociedade. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 138, p. 133-151, Jan. 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302017000100133&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302017000100133&lng=en&nrm=iso) . Acesso em: 08 Ago. 2021.

CARVALHO, Marília Pinto de. O fracasso escolar de meninos e meninas: articulações entre gênero e cor/raça. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 22, p. 247–290, 2004. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644646> . Acesso em: 10 dez. 2021.

CASTRO, Moacir Silva de. Relações étnico-raciais e formação docente na educação infantil. **Cadernos de Pós-graduação**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 94 – 107, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/cadernosdepos/article/view/10448> . Acesso em: 20 mai. 2021.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 5. Ed. São Paulo: Contexto, 2006.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. Dissertação. (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 240. 1998.

COSTA, Marcelle Arruda Cabral. **Os desafios de uma educação para a diversidade étnico racial: uma experiência de pesquisa-ação**. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, p. 237. 2013.

FARBELOW, Marcus Vinicius. Educação e raça: acesso e trajetória escolar de negros e não-negros na Educação Básica. **ResearchGate**. [S/n]. [S/n]. set. 2015. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/281824536\\_Educacao\\_e\\_raca\\_acesso\\_e\\_trajetoria\\_escolar\\_de\\_negros\\_e\\_nao-negros\\_na\\_Educacao\\_Basica](https://www.researchgate.net/publication/281824536_Educacao_e_raca_acesso_e_trajetoria_escolar_de_negros_e_nao-negros_na_Educacao_Basica) . Acesso em: 24 set. 2021.

FEITAL, Lisa Minelli. **A promoção da igualdade racial e a política pública de formação dos professores da educação infantil em Belo Horizonte**. Dissertação (Mestrado profissional em Educação e Docência) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, p. 144. 2016.

FERNANDES, Josefa Jussara Assis. **O impacto da discriminação racial na construção da identidade negra infantil na cidade de cajazeiras**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Unidade Acadêmica de Educação, Universidade Federal de Campina Grande. Cajazeiras, p. 61. 2016

FIABANI, Adelmir; FIABANI, Tainá. A dor do inocente: implicações do racismo para a criança negra. **Revista Diversidade e Educação**, v. 8, n. 2, p. 628-647, Jul/Dez, 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/11816/8495> . Acesso em: 22 fev. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. Apresentação de Ana Maria Araújo Freire. Carta-prefácio de Balduino A. Andreola. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREITAS, Liliam Teresa Martins. Qual o lugar da criança negra na sociedade brasileira? **Scientia Tec: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia do IFRS**, Porto Alegre, v.3, n.2, p. 39-52, jun/dez 2016. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/ScientiaTec/article/view/1494> . Acesso em: 21 mai. 2021.

GARCIA, Vanessa Ferreira; SANTOS, Maria Walburga dos. Educação infantil e estudos das relações étnico-raciais: apontamentos de uma crescente produção acadêmica. **APRENDER – Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação**, Vitória da Conquista, v. 13, n. 21 p. 90-106, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/aprender/article/view/5564> . Acesso em: 21 mai. 2021.

GERGEN, Kenneth. Social Psychology as history. **Journal of Personality and Social Psychology**, v.26, n.2, p. 309-320, 1973.

GERGEN, Kenneth J.; GERGEN, Mary. **Construcionismo social: um convite ao diálogo**. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2010.

GOMES, Adriana Bom Sucesso; SILVA, Rogério Correia da; GEBARA, Tânia Aretuza Ambrizi. Relações étnico-raciais e formação docente no campo da educação infantil: estratégias metodológicas em foco na rede municipal de Belo Horizonte – MG/Brasil. In: III CONGRESSO INTERNACIONAL E V NACIONAL AFRICANIDADES E BRASILDIDADES EM EDUCAÇÃO, 2020, Vitória, **Anais eletrônicos**, Vitória, 2020, p. 1 – 21. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/cnafricab/article/view/34117/22809> . Acesso em: 24 jul. 2021

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul.-set. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v33n120/05.pdf> . Acesso em 05 de set. 2020

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil**: Uma breve discussão. História. Coleção para todos. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Brasília: Ministério da Educação – 2005.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**., São Paulo, v. 29, n. 1, p. 167-182, jun. 2003. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022003000100012&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022003000100012&lng=pt&nrm=iso) . Acesso em 11 set. 2020.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Movimento Negro e educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 15, p. 134-158, set.-nov. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n15/n15a09.pdf> . Acesso em: 01 jun. 2021.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com "raça" em sociologia. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 21, n.1, p. 93-107, jan.-jun. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/DYxSGJgkwVyFJ8jfT8wxWxC/?lang=pt&format=pdf> . Acesso em: 30 de mai.2021

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. 2ª edição, Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua)**: Características gerais dos domicílios e dos moradores, 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2019, 9p. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101707\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101707_informativo.pdf) . Acesso em: 25 nov. 2021

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades – Minas Gerais**. IBGE, 2021, 2p. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/teixeiras/panorama> . Acesso em: 27 dez. 2021

IVAZAKI, Ana Claudia; ARAÚJO, Patrícia Cristina de Aragão. Afrobrasilidade na Roda de Capoeira: questões raciais no contexto da Educação Infantil. **Revista Educação inclusiva**, Campina Grande, v. 2, n. 2, p. 51 – 79, jul./dez. 2018

JESUS, Laís Gonçalves de Jesus; COSTA, Mônica Rodrigues. Impactos do racismo na subjetividade de indivíduos negros. **SER Social**, Brasília, v. 19, n. 41, p. 314-335, jul.-dez./2017. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/14942/13261](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14942/13261) . Acesso em: 15 nov. 2022.

JESUS, Rodrigo Ednilson de. Mecanismos eficientes na produção do fracasso escolar de jovens negros: estereótipos, silenciamento e invisibilização. **Educação em Revista.**, Belo Horizonte, v. 34, e167901, 2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-46982018000100102&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982018000100102&lng=en&nrm=iso) . Acesso em: 29 ago. 2020.

LIMA, Valeska Nogueira de. **Representações sociais da cultura afro-brasileira, do aluno negro e suas implicações pedagógicas em Fagundes-PB**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Unidade Acadêmica de Educação, Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, p. 178. 2019

LÓPEZ, Laura Cecilia. O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde. **Interface – comunicação, saúde e educação**, [s.l.] v.16, n.40, p.121-34, jan./mar. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/hxpmJ5PB3XsWkHZNwrHv4Dv/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 10. out. 2022

MEIRA, Ludmila Costa. **Relações étnico-raciais no âmbito das instituições municipais de educação infantil em governador Valadares-MG**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Departamento de Educação, Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, p. 119. 2019.

MENEZES, Waléria. O preconceito racial e suas repercussões na instituição escola. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v. 19, n° 1, p. 95-106, janeiro-junho, 2003. Disponível: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1311/1031> . Acesso em: 15 ago. 2023

MOREIRA-PRIMO, Ueliton Santos; FRANÇA, Dalila Xavier de. Experiências de racismo em crianças: o que acontece no cotidiano escolar? **Revista UNIABEU**, [s.l.], v. 13, n° 33, p.

24-34, 2020. Disponível em:

<https://revista.uniabeu.edu.br/index.php/RU/article/view/3980/pdf> . Acesso em: 17 nov. 2021

MOURA, Glória. O direito a diferença: IN: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2005. 204p.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude, Usos e Sentidos**. 4. ed. Belo horizonte: Autêntica, 2019.

MUNANGA, Kabengele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n.62, p. 20-31, Dezembro. 2015. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0020-38742015000300020&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0020-38742015000300020&lng=en&nrm=iso) . Acesso em: 22 Mar. 2021.

MUNANGA, Kabengele. Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos. **REVISTA USP**, São Paulo, n.68, p. 46-57, fevereiro, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13482/15300> . Acesso em: 30 Jul. 2021

NUNES, Sylvia da Silveira. Racismo no Brasil: tentativas de disfarce de uma violência explícita. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 89-98, mar. 2006. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1678-51772006000100007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51772006000100007&lng=pt&nrm=iso) . Acesso em 01 dez. 2021

OLIVEIRA, Luiz Fernandes. Opção Decolonial e Antirracismo na Educação em Tempos Neofascistas. **Revista da ABPN** • v.12, nº 32 • março – maio 2020, p. 11-29. Disponível em: <https://smeduquedecaxias.rj.gov.br/smeportal/wp-content/uploads/2020/07/OP%C3%87%C3%83O-DECOLONIAL-E-ANTIRRACISMO-NA-EDUCA%C3%87%C3%83O-EM-TEMPOS-NEOFASCISTAS.pdf> . Acesso em: 17 Mar. 2021

OLIVEIRA, Solange Mendes. **Derivação Prefixal: um estudo sobre alguns prefixos do português brasileiro**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/86632/203011.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso em: 23 mar. 2021

PÊGO, Alison Leal. O manifesto como gênero textual. IN: DEL ISOLA, Regina Lúcia Péret (Org.). **Nos domínios dos Gêneros Textuais**, Belo Horizonte, 2009, 82p.

PEREIRA, Deise dos Santos. Et al. Luta antirracista na educação infantil em tempos de pandemia: o que as táticas docentes revelam? **REDOC- Revista Docência e Cibercultura**, Rio de Janeiro, v. 5, n.2, p. 259 - 278 mai./ago. 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/57270> . Acesso em: 15 jun. 2021

PEREIRA, Erika Jennifer Honório. **“Tia, existe flor preta?” Educar para as relações étnico-raciais**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 183. 2015.

RASERA, Emerson Fernando; JAPUR, Marisa. Os sentidos da construção social: o convite construcionista para a Psicologia. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, v. 15, n. 30, p. 21-29, abr. 2005. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/paideia/a/hGPw8rKQXkBmJ6kqL9mg3qr/abstract/?lang=pt> . Acesso em: 12 out. 2022.

RESES, Gabriela; MENDES, Inês. Uma visão prática da análise temática: exemplos na investigação em multimídia em educação. (In) **Reflexões em torno de Metodologias de Investigação: análise de dados (Vol. 3)**. (Org) COSTA, António Pedro; MOREIRA, António; SÁ, Patrícia. UA Editora, p. 13-27. Mar, 2021.

RIBEIRO, Isabelle Lopes Bitarães; FERREIRA, Melissa Drumond; COSTA JÚNIOR, José. Racismo sem racistas: entendendo o racismo estrutural. **VIII Seminário de Iniciação Científica do IFMG**. Ribeirão da Neves, p. 1 – 5, 2019. Disponível em:

<https://www.ifmg.edu.br/sic/edicoes-anteriores/resumos-2019/racismo-sem-racistas-entendendo-o-racismo-estrutural.pdf> . Acesso em: 08 out. 2022.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, p. 37-50, set./dez. 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1891/189116275004.pdf> . Acesso em: 02 ago. 2021.

ROSA, Daniele Cristina. **A construção da identidade racial de crianças negras**.

Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba, p. 103. 2014

ROSEMBERG, Fúlvia. Raça e Desigualdade Educacional no Brasil: IN: AQUINO, Julio Groppa (Org.). **Diferenças e preconceito na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1998. 216p.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação infantil e relações raciais: a tensão entre igualdade e diversidade. **Cadernos de Pesquisa**, [São Paulo], v.44, n.153, p.742-759 jul./set. 2014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cp/a/xK4BvTfDz93x57SfS57yWRg/?lang=pt&format=pdf> . Acesso em: 20 jul. 2021

SACCO, Airi M.; PAULA COUTO, Maria Clara P. de; KOLLER, Sílvia H. Revisão Sistemática de Estudos da Psicologia Brasileira sobre Preconceito Racial. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 24, n. 1, p. 233-250, 2016. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/pdf/5137/513754276012.pdf> . Acesso em: 10 ago. 2023

SANTANA, José Valdir Jesus de; SANTOS, Vânia Moreira; FERREIRA, Maria de Fátima de Andrade. Concepções de professoras sobre o ensino para as relações étnico-raciais em uma escola pública do município de Itapetinga-BA. **Educação, Gestão e Sociedade: revista da Faculdade Eça de Queirós**, [S.l.], v.6, n° 24, p. 1 – 30, nov. 2016. Disponível em:

[http://uniesp.edu.br/sites/\\_biblioteca/revistas/20170509163313.pdf](http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170509163313.pdf) . Acesso em: 28 jun. 2021.

SANTIAGO, Flávio. Creche e racismo. **Revista Eletrônica de Educação**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 441-460, 2015. Disponível em:

<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1118/418> . Acesso em: 24 nov. 2021

SANTOS, Aretusa. **Educação das relações étnico-raciais na creche: espaço-ambiente em foco.** Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 231. 2018

SANTOS, Cleia Souza. **A literatura afro-brasileira na creche municipal de São Paulo.** Dissertação (Mestrado Profissional) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Municipal de São Caetano do Sul. São Caetano do Sul, p. 173. 2019.

SANTOS, Mônica Corrêa dos. **Repensando as práticas pedagógicas voltadas para as relações étnico-raciais na EMEI Palmeiras.** Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação Diversidade e Intersetorialidade) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, p. 90. 2019.

SILVA, Ana Célia da. A desconstrução da discriminação no livro didático: IN: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola.** [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2005. 204p.

SILVA, Bárbara Rainara Maia. **Educação infantil e relações étnico-raciais: contribuições do curso de pedagogia da UFC para a formação docente.** Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, p. 181. 2020.

SILVA, Elvia Alvarenga Fagundes da. **Desigualdade educacional e raça no Brasil: análise do período de 2001 a 2015.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas). Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, p.81, 2018.

SILVA, Geranilde Costa e. **Pretagogia: construindo um referencial teórico metodológico, de base africana, para a formação de professores/as.** Tese (Doutorado em Educação Brasileira) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, p. 242. 2013

SILVA, Khalil da Costa; FRANÇA, Dalila Xavier de. Valores maternos e preconceito racial em crianças. **Psicologia Revista.** São Paulo, v. 25, n.2, 395-414, 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/viewFile/28553/21358> . Acesso em: 15 de nov. 2021.

SILVA, Marta Regina Paulo da; SANTOS Cleia Souza. A literatura afro-brasileira em um Centro de Educação Infantil do município de São Paulo. **Revista Cocar,** [Belém], v.14, n.28, p.664-680, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/3143> . Acesso em: 03 jun. 2021

SILVA, Tainan Maria Guimães Silva e. O colorismo e suas bases históricas discriminatórias. **Revista Direito UNIFACS – Debate Virtual,** [Salvador] n. 201, p. 1-19 mar. 2017. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/4760> . Acesso em: 17 ago. 2022

SOUZA, Ellen Gonzaga Lima; DIAS, Lucimar Rosa; SANTIAGO, Flávio. Educação infantil e desigualdades raciais: tessituras para a construção de uma educação das/nas relações étnico-raciais desde a creche. **Revista Humanidades e Inovação,** [Palmas], v. 4, n. 1, p. 46 – 55, mar./abr. 2017

SOUZA, Laura Vilela e; MCNAMEE, Sheila; SANTOS, Manoel Antônio dos. Avaliação como construção social: investigação apreciativa. **Psicologia & Sociedade,** v. 22, n. 3, p. 598-607, dez. 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/psoc/a/PCLn8fvzbjse5JXCfgGjHbS/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 17 dez. 2021

SOUZA, Lorena Francisco de; OLIVEIRA, Ilma Martins Alves de. O ensino das relações étnico-raciais a partir de conteúdos geográficos: possibilidades na educação infantil. **Revista Científica de Educação**, v. 5, n. 1, p. e021031, abr. 2021 Disponível em: <https://seer.facmais.edu.br/rc/index.php/RCE/article/view/63/56> . Acesso em: 28 mai. 2021

SOUZA, Neuza Santos. **Tornar-se Negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. 1. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983. 89p.

STROEBE, Wolfgang; KRUGLANSKI, W. Arie. Social psychology at epistemological cross-roads: on Gergen's choice. **EJSP**, v. 19, n. 5, p. 485-489, 1989.

TEIXEIRA, Maria Aparecida Silva Bento. **Resgatando a minha bisavó**: discriminação racial no trabalho e resistência na voz dos trabalhadores negros. Dissertação. (Mestrado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, p. 135. 1992.

TRINDADE, Azoilda Loretto da. **O racismo no cotidiano escolar**. Dissertação. (Mestrado em Educação) - FGV - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, p. 249. 1994.



**APÊNDICE A – ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Departamento de Educação  
Programa de Pós-Graduação em Educação

**Pesquisa:** “Educação antirracista: reflexões e coproduções com educadores/as infantis do município de Teixeira- MG”

**ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO:**

1 - Idade:

2 - Como se identifica:

- Masculino.
- Feminino.
- Homem transexual.
- Mulher transexual.
- Não binário.
- Prefiro não responder.

3 - Formação: (Você poderá marcar mais de uma resposta).

- Médio Completo.
- Magistério.
- Graduação (Pedagogia).
- Graduação (Educação Infantil).
- Graduação em outra(s) área(s).
- Pós-graduação lato sensu.
- Mestrado.
- Doutorado.

4 - Caso você possua graduação em outra(s) área(s), indique qual(ais)?

5 - Qual é o seu cargo de trabalho nesse momento? (Você poderá marcar mais de uma resposta).

- Professor(a) de Educação infantil.
- Auxiliar de Desenvolvimento infantil.
- Supervisor(a).
- Diretor(a)

Vice-Diretor(a)

6 - Há quanto tempo você atua na Educação Infantil?

7 - Qual é sua cor/"raça"? \*

Branca.  Preta.  Parda.  Amarela.  Indígena.

8 - Você já sofreu e/ou presenciou alguma situação de racismo? (Você poderá marcar mais de uma resposta).

- Sim. Já sofri racismo DENTRO da escola.
- Sim. Já presenciei situações de racismo com outras pessoas DENTRO da escola.
- Sim. Já sofri racismo FORA da escola.
- Sim. Já presenciei situações de racismo com outras pessoas FORA da escola.
- Não. Nunca sofri e nem presenciei situações de racismo DENTRO da escola.
- Não. Nunca sofri e nem presenciei situações de racismo FORA da escola.

9 - Caso queira, justifique sua(s) resposta(s) da questão anterior.

10 - Quantos estudantes há em sua turma de trabalho? (Caso você não esteja atuando em sala de aula nesse momento, não precisa responder).

11 - Quantos estudantes negros há em sua turma de trabalho?(Caso você não esteja atuando em sala de aula nesse momento, não precisa responder).

12 - O que você entende por racismo?

13 - O que você entende por educação antirracista?

14 - Você já recebeu alguma formação sobre como trabalhar as relações étnico-raciais no espaço escolar?

- Sim. Recebi e aprendi bastante.
- Sim. Recebi e aprendi pouco.
- Sim. Recebi, mas não me lembro do conteúdo.
- Não. Nunca recebi.

15 - Você já recebeu alguma formação para desenvolver uma educação antirracista?

- Sim. Recebi e aprendi bastante.
- Sim. Recebi e aprendi pouco.

- Sim. Recebi, mas não me lembro do conteúdo.
- Não. Nunca recebi.

16 - Você considera que desenvolve uma educação antirracista na sala de aula?

- Sim. Com muita frequência.
- Sim. Com pouca frequência.
- Sim. Com pouquíssima frequência.
- Não. Não considero que desenvolvo uma educação antirracista.

17 - Caso você desenvolva uma educação antirracista, quais são as práticas que você realiza?

18 - Na sua escola existe algum material para trabalhar a educação antirracista? (Você poderá marcar mais de uma resposta).

- Livros.
- Filmes.
- Cartazes.
- Brinquedos.
- Jogos.
- Outro(os) material(is).
- Não há materiais para trabalhar a educação antirracista na escola onde trabalho.

19 - Caso exista outro(os) material(is) em sua escola, escreva qual(is):

20 - Você conhece a Lei 10.639/2003?

- Sim. Conheço muito.
- Já ouvi falar, mas não sei do que se trata.
- Não conheço essa Lei.

21 - Você conhece a Lei 11.645/2008?

- Sim. Conheço muito.
- Já ouvi falar, mas não sei do que se trata.
- Não conheço essa Lei.

22 - Tem algo que você gostaria de acrescentar sobre essa pesquisa?



## APÊNDICE B - ROTEIRO DAS OFICINAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Departamento de Educação

Programa de Pós-Graduação em Educação

**Pesquisa:** “Educação antirracista: reflexões e coproduções com educadores/as infantis do município de Teixeiras- MG”

### ROTEIRO DAS OFICINAS

#### ➤ 1º ENCONTRO: **Precisamos de uma educação antirracista?**

Neste primeiro momento ocorrerá a apresentação da pesquisadora e da pesquisa aos participantes. Durante este encontro discutiremos sobre o racismo e o ser racista enquanto construções sociais que são incorporadas e reproduzidas no nosso cotidiano para evidenciar o quão necessário é uma educação antirracista. Para isso, como provocação inicial, será utilizado o vídeo da história “Minha mãe é negra sim” da autora Patrícia Maria de Souza Santana, a fim de discutirmos sobre a presença do racismo desde a infância. Também serão feitas questões provocativas como: O que é racismo? Já sofri e/ou presenciei situações de racismo? O que é uma educação antirracista?

Ademais, serão apresentadas situações de racismo no cotidiano da escola e depoimentos de pessoas que vivenciaram o racismo no ambiente escolar. Serão retirados depoimentos de mídias sociais – textos e vídeos – no intuito de discutirmos o quanto o racismo afeta a vida escolar e a subjetividade dos indivíduos para a partir daí refletirmos sobre a necessidade de uma educação antirracista

O intuito deste encontro será conhecer as experiências de racismo dos/as participantes, e ao mesmo tempo refletir com eles/as sobre a necessidade de enfrentamento dessa violência. A proposta é levar os participantes a imaginarem uma educação que vise o combate ao racismo, levando-os/as a refletir sobre como seria uma educação antirracista para o grupo.

#### ➤ 2º ENCONTRO: **Podemos implementar uma educação antirracista? Como?**

Neste encontro os/as participantes/as serão provocados/as a pensarem de que modo poderiam efetivar a proposta de educação antirracista pensada no encontro anterior. Nesta

oficina os/as referidos/as poderão ensaiar caminhos para uma educação antirracista propondo ações que os levem a implementação desta. Serão apresentadas possibilidades de práticas antirracistas no contexto escolar. Esta apresentação, ocorrerá por meio de vídeos e fotos, mostrando educadores que promovem uma educação antirracista empreendendo estas práticas no seu cotidiano escolar.

Também buscaremos oportunizar a troca de experiências e reflexões do grupo de participantes a respeito de suas próprias práticas pedagógicas no cotidiano escolar (O que têm feito e o que podem fazer por uma educação antirracista?). Abordaremos também quais foram as impressões dos participantes ao longo do desenvolvimento da pesquisa e abriremos espaços para que eles possam se manifestar em prol de uma educação antirracista no município de Teixeiras – MG.

A ideia é levar os participantes a uma autorreflexão, analisando suas práticas nos espaços escolares a fim de que reconheçam o que eles têm feito e o que mais podem fazer. Neste encontro eles/as poderão analisar quais proposições antirracista podem e devem estar presentes em seu ambiente de trabalho.